

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DA ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Agnes Sofia Guimarães Cruz

DADOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA NOTICIOSA DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO
CONTEÚDO PRODUZIDO PELO PORTAL GELEDÉS

Bauru

2018

Agnes Sofia Guimarães Cruz

**DADOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA NOTICIOSA DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO
CONTEÚDO PRODUZIDO PELO PORTAL GELEDÉS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), como requisito do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Professora Dra. Caroline Kraus Luvizotto.

Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto
Unesp – Bauru

BAURU

2018

CRUZ, Agnes Sofia Guimarães.

Dados e narrativas sobre a violência contra mulheres negras: uma análise da cobertura noticiosa da Folha de São Paulo e do conteúdo produzido pelo Portal Geledés / Agnes Sofia Guimarães Cruz, 2018

130 f.

Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2018

1. Violência de gênero; 2. Mulher negra; 3. Comunicação. 4.

Agnes Sofia Guimarães Cruz

**DADOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA NOTICIOSA DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO
CONTEÚDO PRODUZIDO PELO PORTAL GELEDÉS**

Área de Concentração: COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Linha de Pesquisa: GESTÃO E POLÍTICAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO
MIDIÁTICA

BANCA EXAMINADORA:

(1) Presidente/Orientador: Profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

(2) Prof. Dra. Karina Janz Woitowicz

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa

(3) Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Resultado:

Bauru, 27/08/2018

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de AGNES SOFIA GUIMARÃES CRUZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURUR.

Aos 27 dias do mês de agosto do ano de 2018, às 14:00 horas, no(a) Escritório de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação - ERAPI, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP/Campus de Bauru, Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professor Assistente Doutor KARINA JANZ WOITOWICZ do(a) Departamento de Comunicação / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de AGNES SOFIA GUIMARÃES CRUZ, intitulada **Dados e narrativas sobre a violência contra mulheres negras: uma análise da cobertura noticiosa da Folha de São Paulo e do conteúdo publicado pelo Portal Geledés**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Professor Assistente Doutor KARINA JANZ WOITOWICZ

Para os meus pais

AGRADECIMENTOS

“No calor do verão a fé tá viva e sã”.

É engraçado ser atea e ter um apego especial a uma música que exalta a fé. Prefiro observá-la como uma ode a uma crença mundana, a uma espiritualidade terrena que transcende ao meu próprio “limbo” entre a limitação de crença e a convicção de negar, que é a definição que encontro para o meu ateísmo, parte fundamental da minha personalidade.

Eu já cansei de contar esta história: meu ano-novo solitário em Brasília, o medo pelo semestre seguinte, a cabeça cansada com tantos problemas. A lasanha improvisada que eu fiz e compartilhei com uma mulher, negra como eu, que compartilhou tantas histórias comigo durante aqueles quatro meses e meio em que morei na casa de vinte mulheres. Aquele momento em que ficamos caladas ouvindo a voz do Gil, incapazes de nos olharmos, porque estávamos tão magoadas, cada uma com suas próprias vivências de racismo e negação recentes, havíamos sacrificado tantas relações pessoais em prol dos nossos sonhos, que era impossível não encontrar naquele cântico de fé um caminho de redenção aos nossos próprios medos. Abraçar a vida da fé no calor do verão candango foi um convite ao amor próprio e de celebração à resiliência, e só me dei conta disso meses depois. Para ser mais exata, no momento em que concluo essa dissertação.

Por onde será que você anda, Marinete?

Eu fiz o Mestrado sem bolsa. A FAPESP negou a minha tentativa por duas vezes, dentro de um cenário de crises, cortes de verbas. Apesar de ter o meu projeto bem avaliado pelo parecerista, pormenores da coordenação técnica não consideraram a minha candidatura como algo que merecia ser salva da crise. E durante essa pós-graduação, eu fiz um pouco de tudo. Trabalhei em um parque, escrevi para uma revista, fui professora, fiz um estágio remunerado na ONU e, por fim, cheguei ao meu emprego atual. Uma trajetória que trouxe insegurança para uma recém-formada que queria conciliar a vida acadêmica e a trajetória profissional, mas havia se planejado para passar por um período de amadurecimento intelectual, antes de entrar no mercado da forma como queria. E me planejei para me preparar por dois anos para sair como jornalista especializada em questões de gênero e raça, preparada para trabalhos jornalísticos de grande profundidade. Precisei fazer isso do meu jeito, resta saber se a Imprensa vai aceitar.

Foi uma dura caminhada. A graduação, os sonhos pelos quais precisei abdicar em prol de decisões pragmáticas. Lidar com o racismo institucional que se apresentou de tantas formas durante a minha formação antes, durante e depois da minha vivência universitária, e que também estará presente no Doutorado. E aqui racismo institucional, para quem não conhece a

definição, não é apenas o preconceito na sua forma mais explícita, mas é a privação de direitos e oportunidades, motivadas por condições históricas de desigualdade racial e que, no Brasil e na Academia, sempre possui contornos de classe e gênero para mulheres negras.

Eu e minha família sempre tivemos que lutar pelo acesso à educação. Luta que por vezes perdi pelo cansaço e pela saúde mental. Afinal, eu concluí o mestrado no ano em que completei dez anos em que passei em primeiro lugar em uma escola federal, e tive minhas primeiras experiências violentas com o racismo, que já havia se manifestado em alguns episódios, mas não com a violência daqueles 15 anos, em que tive negada a minha capacidade intelectual, entre outras agressões. E levei uma década para perceber o quanto isso define a pessoa que eu sou e a trajetória que eu tive em todos os espaços que ocupei, muitos deles marcados por problemas semelhantes.

Mas agora é o momento para celebrar a conclusão de uma etapa. Celebrar uma caminhada que proporcionou seus trajetos solitários, mas que me levaram a estradas em que não estive só.

Gostaria de agradecer à minha família, em especial os meus pais, Roseli e Carlos, que tanto lutaram para que eu e meus irmãos tivéssemos uma boa educação, sempre com muita determinação e afeto. Pessoas que me ensinaram, principalmente, a dar o valor a acordar mais cedo e trabalhar para ter o dobro do rendimento de uma pessoa branca e que pouco valoriza seus privilégios.

Para a dona Dora, diretora do Colégio Objetivo e uma das grandes responsáveis pela minha formação intelectual.

À minha avó, dona Maria, que em tantos momentos está presente, com uma fé que não compartilhamos, mas que é sua maneira de demonstrar apoio e afeto.

Aos meus irmãos, Artemis, Arquias e Ariston, que compartilham comigo a paixão pelo xadrez, pelo cinema, pelos livros e pela música. Ao Marcel Verrumo, um presente que a UNESP me deu. Prometo que agora terei mais tempo para nossos cafés no Sesc. Merecemos!

A Rita e Antônio meus vizinhos que surgiram na última etapa desse trabalho e rechearam meus finais-de-semana com muito afeto e boas risadas. E histórias inspiradoras.

Apenas no meu último semestre de produção do Mestrado é que encontrei um trabalho em que encontrei o respaldo necessário para concluir a dissertação. Esse lugar é o IBPAD, em que trabalho como freelancer desde janeiro e que conta com uma equipe maravilhosa, de Brasília a São Paulo. Sem querer, realizei um sonho. Gratidão especial ao Tarcízio Silva, meu chefe e a quem sou grata pela empatia, paciência e confiança pelo meu trabalho. E a quem admiro como pesquisador e professor.

A João Pedro Ferreira, Marcos Cardinali, Jorge Sallhani, Isabela Jordan, amigos amados dos tempos de Bauru. Ao Gabriel dos Ouros por me acompanhar na minha incursão pelo universo de TI. Ao Thales Venâncio, amizade errada que continua, e às noites da nossa casa Atômica que não conseguimos deixar para trás, com todos os seus personagens.

Ao professor Sérgio e equipe da Oboré, um lugar mais do que especial na minha vida. Honro também a memória do prof Milton Bellintani, que faleceu um pouco antes do início do meu mestrado e cuja perda eu sinto toda vez que me lembro dos e-mails que não respondi a tempo. Agradecimento ao professor Juarez, pela época do estágio-docência na sua disciplina. Ao professor Danilo Rothberg, que me orientou na pauta que nos garantiu o Prêmio Jovem Jornalista 2015, e me apresentou a Teoria Fundamentada durante o Mestrado. E ao professor Maximiliano Vicente, pela participação na minha banca, uma honra tendo em vista o apreço que sinto pela época em que fui sua aluna, na graduação. E à professora Karina Janz, que representa na minha banca a Universidade Estadual de Ponta Grossa, uma instituição que já tive a honra de conhecer e que admiro muito. E claro, à minha orientadora, Prof^a Caroline Kraus Luvizotto, por toda paciência e apoio.

E, por fim, agradeço ao Caetano e aos seus filhos, por um show tão emocionante como o Ofertório, aquelas lembranças que chamam por Dona Canô, mas me deixam tão ligadas às minhas próprias memórias com a minha mãe e a minha avó materna.

E claro, ao Gilberto Gil e ao seu Andar com Fé, que me manteve em pé durante quase todo esse espinhoso trajeto.

Finalmente: Quem mandou matar Marielle? Quem mandou matar Anderson?

CRUZ, Agnes Sofia Guimarães. DADOS E NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE DA COBERTURA NOTICIOSA DA FOLHA DE SÃO PAULO E DO CONTEÚDO PRODUZIDO PELO PORTAL GELEDÉS. 130 f. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

RESUMO

Em 2015, um conjunto de manifestações do movimento feminista levou a Imprensa a identificar um fenômeno que atribuiu como Primavera das Mulheres, fase de reivindicações pelo combate à violência de gênero e a defesa de pautas como a igualdade salarial e o direito ao aborto. Ao mesmo tempo, em novembro de 2015 o Mapa da Violência, publicação elaborada com o apoio da Organização das Nações Unidas, trouxe um dado alarmante sobre o aumento da violência de gênero na população negra feminina, que passou a ser replicado pela Imprensa e por ativistas negras e organizações da sociedade civil engajadas pelo combate à violência contra a mulher negra. O presente trabalho partiu da motivação em compreender de que forma a Imprensa passa a acompanhar essas discussões e a representá-la em sua cobertura noticiosa, e as similitudes e diferenças encontradas em relação às estratégias de debate e agendamento, nas mídias sociais, por autoras negras que se identificam como ativistas online e parte do conjunto de vozes do feminismo negro. Dessa forma, o trabalho realiza um trabalho exploratório com a análise crítica do material online de um veículo considerado como parte da Imprensa tradicional, a Folha de São Paulo, e do conjunto de artigos reunidos e filtrados pelo portal de uma das instituições mais renomadas na luta antirracista e pelos direitos humanos, o Portal Geledés. O objetivo central da pesquisa consistiu em identificar categorias de valores, fontes e informações presentes na cobertura noticiosa da Folha de São Paulo em casos de violência de gênero, e, a partir do encontro de categorias identificadas no material publicado pelo Geledés, pensar em estratégias para uma cobertura noticiosa mais atrelada à importância do fator racial nas discussões quanto aos Direitos das Mulheres Negras. A partir da análise do material encontrado, concluiu-se que, em relação às condições que estão por trás dos números alarmantes dos casos de violência de gênero contra mulheres negras no Brasil, há uma percepção da responsabilização do Estado quanto a práticas racistas resultantes da violência policial (principalmente em casos como o de Luana Barbosa) ou da repressão política a mulheres negras (conforme os relatos publicados da Marcha das Mulheres Negras); no entanto, o peso da reação do Estado diante do fator racial nos casos de violência doméstica e outros crimes sexuais baseados por gênero esteve ausente em boa parte do conteúdo

noticioso da Folha de São Paulo; a cobertura sobre a violência de gênero como um todo também apresenta algumas limitações que contribuem para que a questão racial seja ainda mais ausente quando a pauta está relacionada às mulheres negras. Diante desse cenário, houve a necessidade de ampliar o entendimento sobre conteúdos de comunicação voltados ao agendamento racial nas discussões de gênero, com a consulta do Mapa da Violência, além da criação de categorias finais de análise que levaram a uma proposta de teoria substantiva para uma cobertura midiática do tema que leve em consideração aspectos interseccionais (gênero, cor e classe). A pesquisa adotou a Teoria Fundamentada (The Grounded Theory) como caminho metodológico, por meio do qual houve a análise e a emergência teórica mencionada entre os resultados da pesquisa. Como respaldo teórico, destacam-se Strauss e Corbin (2008), Collins (1990;2016), Castells (1999;2009; 2011), Hall (1997) e Sodré (2009).

Palavras-chave: violência; mulher negra; comunicação; Folha de São Paulo; Portal Geledés

ABSTRACT

In 2015, a series of manifestations of the feminist movement led the Press to identify a phenomenon that it attributed as Spring Women, a phase of demands for the fight against gender violence and the defense of guidelines such as equal pay and the right to abortion. At the same time, in November 2015, the Violence Map, published with the support of the United Nations, brought an alarming report on the increase in gender violence in the black female population, which has been replicated by the Press and activists black women and civil society organizations engaged in combating violence against black women. The present work was based on the motivation to understand how the Press goes to follow these discussions and to represent it in its news coverage, and the similarities and differences found in relation to the strategies of debate and scheduling in social media by black authors who identify themselves as online activists and part of the set of voices of black feminism. In this way, the work performs an exploratory work with the critical analysis of the online material of a vehicle considered as part of the traditional Press, Folha de São Paulo, and the set of articles collected and filtered through the portal of one of the most renowned institutions in the struggle anti-racist and human rights, the Geledés Portal. The main objective of the research was to identify categories of values, sources and information present in the Folha de São Paulo news coverage in cases of gender violence, and, based on the meeting of categories identified in the material published by Geledés, to think about strategies for a news coverage more tied to the importance of the racial factor in the discussions on the Rights of Black Women. From the analysis of the material found, it was concluded that, in relation to the conditions that are behind the alarming numbers of cases of gender violence against black women in Brazil, there is a perception of the State's responsibility for racist practices resulting from violence (especially in cases such as that of Luana Barbosa) or political repression against black women (according to the published reports of the Black Women's March); however, the weight of the State's reaction to the racial factor in cases of domestic violence and other gender-based sexual crimes was largely absent from Folha de São Paulo news content; the coverage of gender violence as a whole also has some limitations that contribute to the racial issue being even more absent when the agenda is related to black women. In view of this scenario, there was a need to broaden the understanding of communication contents geared to racial scheduling in the gender discussions, by consulting the Map of Violence, as well as the creation of final categories of analysis that led to a proposal of substantive theory for a media coverage of the theme

taking into account inter-departmental aspects (gender, color and class). The research adopted The Grounded Theory as a methodological path, through which the analysis and the theoretical emergence mentioned among the results of the research. As a theoretical support, we highlight Strauss and Corbin (2008), Collins (1990; 2016), Castells (1999; 2009; 2011), Hall (1997) and Sodré (2009).

Keywords: violence; black woman; Communication; Newspaper; Portal Geledés

APÊNDICES

TABELA DO CONTEÚDO DO GELEDÉS.....p. ii

TABELA DO CONTEÚDO DA FOLHA DE SÃO PAULO.....p. vi

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01 p. 67

Fig. 02 p. 101

Fig. 03 p. 103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Gênero, Raça e Violência.....	p. 17
A pesquisa.....	p. 20
1. ATIVISMO, RAÇA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	p. 30
1.1. Hashtags e Mobilização Política	p. 31
1.2 O Lugar da Raça Nos Ciberfeminismos.....	p. 41
2. CIRCUITOS DO RACISMO NA MÍDIA.....	p. 46
2.1 A queda da mulata Globeleza	p. 46
2.2 Perspectivas sobre a violência racial e a de gênero	p. 56
3. OBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO DE DADOS.....	p. 62
3.1 Os “lados” da objetividade	p. 63
3.2 Dataficação, racismo e Open Data	p. 65
4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS.....	p. 71
4.1 The Grounded Theory.....	p.72
4.2 O Portal Geledés.....	p. 76
4.3 A Folha de São Paulo.....	p. 88
4.4 Categorias Finais.....	p. 97
4.5 Análise dos Resultados.....	p. 98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 108

1. INTRODUÇÃO

GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA

No dia 17 de março de 2014, diversos veículos de comunicação divulgaram um vídeo que mostrava uma viatura da polícia militar do Rio de Janeiro arrastando, sob alta velocidade, o corpo de Cláudia Silvia Ferreira, de 38 anos, mulher negra, trabalhadora e mãe de quatro filhos, baleada por uma bala de fuzil durante uma troca de tiros entre policiais e traficantes no Morro da Congonha, comunidade da Madureira, na capital fluminense. O caso gerou comoção nacional, sobretudo de ativistas engajados no Movimento Negro, inconformados com a impunidade do crime cometido pelos policiais e pela forma como a vítima foi descrita pela imprensa: “Mulher morta e arrastada pela polícia”. Mulher, sem nome e sobrenome.

Quando tomei pé do episódio, no dia 18, chorei tanto que nunca tive coragem de ver o vídeo, bastaram as fotos e as manchetes dos noticiários: “mulher arrastada por viatura da PM”. Como se já não bastasse todo o massacre, a mídia novamente nos deu o espaço do “ser ninguém” e tirou a identidade de Cláudia. Mataram-na pela quarta vez! Roubaram-lhe sua essência, furtaram-na um nome e um sobrenome. Tentaram, mais uma vez, sufocar a existência da mulher negras. Mas os mesmos jornais dão nome, voz e protagonismo a pessoas como Ana Carolina Jatobá e Suzane von Richthofen. (BARROS, Thiane Neves, “Blogueiras Negras”)¹

Dois anos depois, na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo, Luana Barbosa dos Reis, mulher lésbica, mãe solteira e com passagem pela polícia, foi espancada por policiais durante uma abordagem e morreu após passar cinco dias internada no hospital, com lesões graves que causaram a isquemia cerebral e o traumatismo craniano que a levaram à morte. O caso, com exceção de alguns veículos considerados independentes (como a Ponte Jornalismo, o Brasil de Fato e, mais recentemente, o site Alma Preta), ganhou pouca repercussão dentro da imprensa brasileira². Atualmente, o Ministério Público pediu pela prisão dos policiais responsáveis pela morte da vítima³.

Essas duas histórias são algumas das principais motivações da presente pesquisa. Além da brutalidade de suas mortes (ambas ocasionadas pela polícia e, por consequência, pelo Estado), o que chama a atenção é a cobertura midiática que anula nomes (principalmente no

¹“Cláudia Ferreira da Silva: arrastada sim, sem nome não”. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/03/17/claudia-ferreira-da-silva-arrastada-sim-sem-identidade-nao/>. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

² Entre as reportagens selecionadas da Folha de São Paulo, há um trabalho que faz menção à investigação do caso.

³ Julho de 2018.

caso de Cláudia) e pouco reivindica desdobramentos investigativos sobre os culpados pelos crimes. Ao Movimento Negro restou o papel de levantar questionamentos, com suas vozes espalhadas pelas ruas, em passeatas e outras manifestações públicas, e pelas redes sociais, com o ciberativismo organizado em sites, blogs e redes sociais. E às mulheres negras nesses espaços de militância, coube a responsabilidade de tirar essas histórias da alçada de situações isoladas ou de coincidências trágicas, e inseri-las dentro das estatísticas de décadas de investigações a respeito do feminicídio sistemático ocorrido contra a população negra feminina, em pesquisas e debates que se tornam denúncias diante da ausência de uma Imprensa capaz de fazê-las.

Em relação à Imprensa, o ativismo nas mídias sociais enfrenta os mesmos desafios de mobilizações mais tradicionais dos movimentos sociais, principalmente no que diz respeito à forma com qual são representados *mass media*. Woodwad (2000) atenta para fato de toda representação cultural representar uma relação de poder sobre determinado grupo social, e aponta produtos midiáticos como ferramentas eficazes para a imposição de traços de identidade sobre seu público; Lippman (2008) reconhece a força do uso do estereótipo como defesa do status quo de determinado grupo social, sendo usada pelo discurso político e midiático para a inferiorização de grupos que não fazem parte da comunidade vigente. A ideia de estereótipo como luta pela hegemonia também é reforçada por Freire Filho (2003), que observa que há uma

tentativa habitual das classes dominantes de modelar toda a sociedade de acordo com sua visão de mundo, seu sistema de valores e sua sensibilidade, de modo que sua ascendência comande, arregimente um consentimento amplo e pareça natural, inevitável e desejável para todos. (FREIRE FILHO, 2004, p. 48)

A presença dessa forma de representação de grupos marginalizados, chamados comumente como minorias, na Imprensa, reforça a existência de elementos que põem em xeque os princípios de verossimilhança e imparcialidade atribuídos à objetividade jornalística. Há, em seu lugar, um ponto-de-vista, ou enquadramento, que segundo Porto (2004), é melhor classificada nos estudos clássicos de Goffman: pela perspectiva do autor, somos condicionados a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Enquadramentos são compreendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente e que permitem às pessoas a elaboração do sentido dos eventos e das situações sociais (PORTO, 2004, p. 4). Para Silva(2003), há vários critérios que podem ser considerados como fundamentais para a compreensão do processo de construção de uma notícia, e que vão além das relações estabelecidas entre empresa e jornalista.

Compreender a natureza do material noticioso apenas pelo viés ideológico da empresa seria excluir, de maneira indevida, os elementos “intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia”(SILVA, 2005, p. 03).

Portanto, é necessário observar a construção de uma notícia a partir da junção dos interesses da empresa atrelados às próprias características do fato ou evento a ser noticiado, análise conjunta que pode ser definida como noticiabilidade, que também carrega a observação de questões ético-epistemológicas que rodeiam os acontecimentos a serem analisados. Ao estudar a produção noticiosa da empresa jornalística de maior circulação do país, a Folha de São Paulo, o presente projeto pretende investigar as condições do jornal para uma cobertura dos crimes de violência de gênero contra a população negra feminina. Partindo de uma cobertura noticiosa em que é praticamente ausente o recorte racial sobre a violência de gênero, a pesquisa pretende contribuir quanto à análise dos elementos que seriam necessários a uma abordagem pela Imprensa sobre esse fator, levando em consideração, ao mesmo tempo, as condições materiais e discursivas já utilizadas para a cobertura da violência de gênero e as perspectivas de parte do movimento negro que têm realizado articulações cujos resultados reverberam em mobilizações sociais nas ruas, nas redes e nas políticas públicas brasileiras: o ciberativismo negro feminista, aqui representado pelo Portal Geledés.

O objetivo central da pesquisa, portanto, consiste em identificar categorias de valores, fontes e informações presentes na cobertura noticiosa da Folha de São Paulo em casos de violência de gênero contra a mulher negra, e encontrar pontos de aproximação e distanciamento com padrões de narrativa encontrados no conteúdo online filtrado pelo Portal Geledés, a partir de diversas publicações alinhadas a uma perspectiva mais próxima dos critérios de cidadania e interseccionalidade valorizados por essa instituição, e pela qual estabelecemos a fala do movimento negro como de autoridade em relação ao tema que suscita essa pesquisa, o que nos leva a três objetivos específicos: 1) Analisar as condições e narrativas adotadas pela Folha de São Paulo e produtores de conteúdo, filtrados a partir do Portal Geledés; 2) Mapear as estratégias de conteúdo utilizadas pelas autoras do Portal Geledés; 3) Propor conceitos para uma cobertura noticiosa mais sensibilizada à importância das especificidades nas discussões quanto aos Direitos das Mulheres Negras.

O Ciberespaço pode ser definido como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LEVY, 1999, p. 92). A informação é compartilhada de modo simultâneo e desterritorializado, sem que haja a necessidade de uma sincronia entre tempo e espaço, de modo que ela transita de acordo com as

possibilidades oferecidas pela virtualização que “inventa, no gasto e no risco, velocidades qualitativamente novas, espaços-tempos mutantes” (LÉVY, 1994, p. 54). Dessa forma, encontramos na internet formas diversas de produção de conteúdo, inclusive aquela regida por uma auto-organização de ideias, as quais são construídas independentes de códigos discursivos, éticos e ideológicos presentes no conteúdo produzido dentro de uma instituição organizada por algum corpo externo, como é o caso de um texto noticioso dentro de uma organização midiática considerada hegemônica, dirigida por um grupo de pessoas motivadas por interesses políticos e socioeconômicos. Tal observação sobre a produção independente no espaço virtual é reafirmada por Castells (2013), que conclui que a internet e os movimentos sociais que se apropriam do ciberespaço comungam de uma “cultura específica, a cultura da autonomia, a matriz cultural básica das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 135). Por autonomia, inclusive, o autor define como

capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construírem sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da internet na prática da autonomia (CASTELLS, 2013, p. 136).

A autonomia é um dos fatores importantes para a compreensão do lugar do ciberativismo como um campo que desafia o poder de instâncias formadas por conglomerados institucionais já estabelecidos socialmente, atribuindo-o a uma esfera de contra poder. Castells (2009) defende que o poder e sua antítese baseiam suas forças no controle e ampliação de informação e comunicação, estando ambos situados em uma conformação de sociedade em rede, em que há a tensão causada, entre outros fatores, pelas necessidades de atores sociais diversos em estabelecer um alcance, cada vez maior, de seus valores e interesses. É um contexto necessário para compreender a relevância da atuação de ativistas sociais pela Internet e o reconhecimento dos impactos de suas mobilizações online para outras instâncias da sociedade, e que nos leva ao estudo proposto para a presente pesquisa.

A PESQUISA

A edição de 2015 do Mapa da Violência, pesquisa realizada com o apoio da Organização das Nações Unidas, constatou que, entre 2003 e 2013, houve a mudança de 1746 vítimas para 1576, representando uma queda de 9,8%, enquanto houve o aumento dos casos contra mulheres

negras: 1864 para 2875, ou seja, um aumento de 54% (WASELFISZ, 2015). Romio (2004) alerta para uma narrativa muito comum na sociedade brasileira sobre a violência de gênero: na imprensa, nos boletins de ocorrência e em outros espaços de denúncia, os casos raramente são analisados sob a ótica das vítimas. Aqueles que viram notícia destacam-se pela particularidade de sua violência, geralmente levada ao extremo. A narrativa sempre está centrada na figura masculina, há uma busca pelas suas motivações para o ato, de modo que este raramente está associado a uma cultura de feminicídio dentro do contexto brasileiro.

Quando as vítimas são mulheres negras, a situação agrava-se, visto que há uma forte condição histórica que já as coloca como ausentes dentro do quadro de sujeitos das narrativas habituais. Gonzalez (1983) investiga como é histórica a narrativa que não coloca a população negra como sujeito, sendo, portanto, infantilizada, visto que “infantil é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na 3ª pessoa, porque falada pelos adultos” (GONZALEZ, 1980, p. 235). A autora exemplifica a abordagem adotada por Caio Prado Júnior em seu estudo “Formação do Brasil Contemporâneo” (1976), quando, ao abordar a escravidão, afirmará que a função da mulher negra e escravizada “não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor”(apud GONZALÉZ, 1983, p. 231). Nessa passagem, a mulher negra, segundo González, é destituída de qualquer perspectiva de humanização.

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos, de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Tratamos sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou sejam, insistem em esquecê-las. (GONZALEZ, 1983, p. 232)

Para Crenshaw (2004), é necessário mudar o lugar da vítima, a mulher negra, nos estudos de violência de gênero, para que haja o combate eficaz ao tipo de agressões que enfrentam. No entanto, a autora apenas enxerga isso por meio do protagonismo da vítima na sua narrativa sobre o crime que a acometeu, ou seja, uma abordagem reconfigurada até o ponto onde as práticas de subordinação interagem com, influenciam e são influenciados por outras formas de subordinação (CRENSHAW, 2004, p. 182).

Mas o ponto-de-partida da nossa pesquisa não é o de total silenciamento da Imprensa. Desde a publicação do Mapa da Violência, encontramos exemplos de reportagens em que há o recorte racial quando a pauta é a violência de gênero, algumas delas reunidas entre exemplos noticiosos filtrados pelo Portal Geledés e usados para a comparação com a Folha de São Paulo.

Ao mesmo tempo, o relatório possibilitou que mulheres ativistas e negras passassem a ter um subsídio para que a veemência de seus relatos passasse a ter uma repercussão midiática mais significativa, uma vez que o movimento negro é sempre questionado quanto à credibilidade de suas demandas. O Mapa não foi a primeira publicação que explora o viés racial, mas é a mais recente que ganhou a página de várias reportagens sobre o tema, e seus dados foram utilizados como respaldo para a coleta de dados de outros dossiês mais recentes, também relacionados à violência contra mulheres no Brasil⁴.

O nosso ponto-de-partida é que vivemos uma época em que há uma discussão cada vez mais acirrada sobre a vulnerabilidade enfrentada por mulheres negras em diversas circunstâncias. Mulheres negras compartilham, e por vezes disputam, os mesmos espaços de discussão do feminismo brasileiro em geral na Internet e em outros espaços marcados pelo debate público. Em novembro de 2015, primeiro mês do período analisado na presente pesquisa, a Marcha Nacional das Mulheres Negras reuniu 50 mil pessoas em Brasília⁵, uma pauta que não está presente no conteúdo da Folha de São Paulo. Conforme relataremos adiante, a Rede Globo substituiu sua “exótica” Mulata Globeleza por uma passista vestida e acompanhada por manifestações carnavalescas de várias regiões do país, como repercussão a um manifesto publicado por duas ativistas negras (ironicamente publicado em um blog integrante das colunas de opinião da Folha de São Paulo).

Ainda assim, não encontramos uma reportagem na Folha de São Paulo, do período escolhido para a análise, em que a pauta da violência contra mulheres negras estivesse em evidência.

Em relação à invisibilidade de pautas que abordem a temática racial sob diversos aspectos, ou até mesmo a problematização da forma como a violência do gênero ainda é abordada pela Imprensa, nossa abordagem não é inédita. Podemos mencionar dois esforços de pesquisa que apontam problemas em relação aos dois temas.

Ao realizar uma pesquisa sobre a presença de temas ligados à mulher brasileira na mídia, a ANDI-Comunicação e Direitos⁶, organização da sociedade civil dedicada ao monitoramento

⁴ Nesse sentido, mencionamos o relatório #InvisibilidadeMata, do Artigo 19, que reúne todos os dados públicos disponíveis a respeito do feminicídio no Brasil. No trabalho, o Mapa da Violência é utilizado como trabalho mais recente sobre os índices do feminicídio no Brasil.

⁵ Fonte: Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir): <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras>. Acesso: 04 de abril de 2016.

⁶ Imprensa e agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Disponível em: <http://www.andi.org.br/publicacao/imprensa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura>. Acesso: 04 de abril de 2016.

mediático, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, chegou a alguns dados que ainda evidenciam os problemas enfrentados pela questão do gênero na Imprensa. Sobre o tema “violência”, a pesquisa encontrou 1506 textos noticiosos publicados dentro de um período de 12 meses, e dentro deste corpus de pesquisa houve a constatação dos seguintes resultados:

- Há uma espécie de “individualização do problema”, ou seja, segundo a instituição de pesquisa, os fatos são relatados “a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema”, com 73,78% das notícias sendo contabilizadas dessa forma.

- A pesquisa conclui que há um viés sensacionalista no agendamento dessas histórias, já que o assunto vira notícia “especialmente quando a agressão for cometida por motivação passional e com crueldade”.

- Apenas 2,13% das notícias sobre o assunto abordam políticas públicas, sendo predominante a ausência de um discurso noticioso engajado em monitorar ações do poder público ao combate de problemas sociais.

- Mais de 80% das notícias analisadas não apresentam as complexidades da violência contra as mulheres, e não oferecem uma análise crítica sobre o fenômeno

- Mais de 86% não oferecem informações sobre as leis que garantem a punição do problema. Entre elas, há apenas a informação da Lei Maria da Penha.

- Mais de 86, 67% das notícias sobre o assunto não mencionam nenhuma das legislações existentes na área. Dentre as poucas, a maior parte cita a Lei Maria da Penha.

- Os cidadãos e cidadãs comuns são as fontes mais frequentes no noticiário sobre violência contra a mulher – o que aponta que a cobertura oferecida pelos veículos impressos ao tema está focalizada no fato em si e na individualização do problema. Os representantes da Polícia também são muito ouvidos.

A pesquisa dividiu-se em três eixos temáticos – Violência Contra a Mulher; Mulher e o Trabalho; Mulher e o Poder. No entanto, apesar de sua importância devido ao envolvimento das instituições mencionadas – entre elas uma que pertence ao poder público (a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres), a pesquisa carece de conclusões sobre a presença de questões de raça e classe das vítimas nas notícias que foram analisadas. O dossiê ressalta que deve haver um cuidado maior à cobertura de casos de violência de gênero, mas não se atenta às particularidades dos tipos de violência contra mulheres brancas e contra as mulheres negras

Já a especificidade das vítimas negras é encontrada no Guia coordenado por Basthi (2011), que entre outras coisas, busca combater o estereótipo quando a pauta está relacionada

a vítimas mulheres. Como selecionar notícias adotando uma atitude de respeito e combate a estereótipos? Pelo guia, é necessário pensar no recorte de raça e etnia em cada elemento do conteúdo jornalístico. O início da mudança deve ser a partir de uma perspectiva estrutural, do reconhecimento ético da desigualdade de direitos entre os gêneros e das disputas de narrativas que ainda estão moldadas sob o mesmo padrão de inequidade.

Começa com o reconhecimento de pautas, coberturas e análises sobre problemas específicos que afetam esses grupos. Começa quando jornalistas passam a respeitar as mulheres negras e indígenas como fontes qualificadas para ilustrar qualquer tipo de reportagem. Começa quando profissionais da imprensa assumem o propósito de visibilizá-las positivamente por meio de textos, sonoras e imagens na mídia. Começa na medida em que um noticiário plural, promotor da cidadania, da igualdade e da justiça e demarcado pela diversidade de gênero, raça e etnia passa a ser uma meta diária de toda a equipe de Jornalismo. (BASTHI, 2011, p. 37)

É importante reconhecer que o desenvolvimento da Imprensa brasileira ocorreu no âmbito da preconização do famoso mito da democracia racial, ideia sustentada durante décadas pela Sociologia brasileira, com a alegação de que não haveria embates ou situações de estratificação social acarretados por estigmas raciais. Uma ideia que foi criticada, posteriormente, por autores como Nascimento (1978) e Hasenbalg (1979), mas cujos vestígios ainda são perceptíveis em muitas formas de narrativa. E ao reconhecer isso, portanto, não negamos a presença de tramas que estão além dos critérios de noticiabilidade; em que pese que haja uma história a ser valorizada sobre a atuação de diversos veículos engajados com pautas antirracistas, conduzidos por profissionais negros, Sodré (1999) também encontra resquícios da problemática racial ao mencionar a atuação de segmentos de jornais organizados por associações formadas por profissionais negros em que havia a ausência de temas com temáticas de denúncia social. Pelo contrário, tais veículos procuravam a incorporação aos padrões eurocêntricos da época para ganhar legitimidade, e garantir a inclusão do negro que não era propiciada pelos principais veículos da época ou pelo próprio sistema político e econômico pós-abolicionista:

os textos, de feitio rebuscado e literário, noticiam aniversários, casamentos, eventos sociais; veiculam protestos contra o preconceito racial; incitam à educação como recurso de ascensão social; condenam o alcoolismo e as práticas boêmias. Predominam a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de responsabilidade e equiparação aos padrões brancos. (SODRÉ, 1999, p. 239)

Estamos diante de questões que não encontram respostas definitivas, principalmente diante de um contexto em que novas perspectivas do Jornalismo procuram ampliar a cobertura

mediática a respeito a qualquer pauta veiculada à defesa da cidadania e dos Direitos Humanos. Tal como será explorado no decorrer desse trabalho, a ascensão do Jornalismo Guiado por Dados faz com que haja uma ânsia, cada vez maior, de buscar, por meio da análise de dados coletados em Bancos de Dados Abertos e outras fontes, correlações entre fenômenos sociais e histórias que, antes, não seriam observadas com a mesma facilidade.

Nosso trabalho, portanto, inicia-se a partir da análise crítica do material de dois veículos que representam espaços distintos de mobilização e debate. Por nossa investigação também perpassam questões inerentes a trajetórias das políticas públicas voltadas para as mulheres e de que forma elas foram influenciadas pelo discurso do feminismo negro interseccional de pesquisadoras, escritoras e ativistas que contribuíram para os avanços da pesquisa sobre a condição do negro e da mulher dentro da sociedade brasileira. Com isso, buscamos compreender como a Imprensa acompanha as políticas desenvolvidas e as utiliza (ou não) na abordagem que realiza sobre o feminicídio brasileiro e outras violências cometidas contra mulheres negras. Em outras palavras, surgiu a necessidade de compreender a narrativa do feminicídio brasileiro enquanto um fenômeno social ou um tema inerente às principais discussões quanto à responsabilização do Estado e da sociedade sobre o direito à saúde e à integridade das mulheres, em especial das mulheres negras.

Ao inserir em nossa pesquisa, em muitos momentos, as discussões sobre o epistemicídio dentro das áreas de conhecimento correlacionadas aos estudos sobre Jornalismo e à própria Ciência da Comunicação, não podemos deixar de mencionar os esforços do presente trabalho em refletir de que forma pesquisadores latinoamericanos e pós-colonialistas, ao defenderem uma “epistemologia do sul”, podem contribuir para que haja a construção de perspectivas nessas vertentes em trabalhos que explorem os novos objetos comunicacionais, situados nos novos espaços midiáticos que surgem com a Internet e seus novos atores sociais. Encontrar um objeto de pesquisa que seja considerado pertinente para a Comunicação é sempre um desafio que põe em jogo o próprio caráter científico da área em questão. França (2016) ressalta o potencial do objeto em evidenciar as peculiaridades do campo científico, ou a concepção criada para o mesmo.

É na relação com o outro que aprendemos a nos ver como ele nos vê – o que amplia nosso autoconhecimento e alarga o leque de escolhas em nossas tomadas de posição. As expectativas sociais nos fazem repensar nossas opções e influem na construção de nossa ação e papel no mundo. Também o compartilhamento de elementos da realidade, possibilitado pelo saber do outro, nos estimula e nos modifica. Enfim, é na e através da comunicação que não apenas afetamos o outro, como nós construímos como sujeito social. (FRANÇA, 2016, p. 159)

Apesar de nosso engajamento com a especificidade da violência de gênero em mulheres negras, consideramos nosso trabalho um ponto inicial para compreender as possibilidades das narrativas do ciberativismo como ferramentas fomentadoras de embate político para o reconhecimento, ou legitimidade, da cidadania e da garantia de direitos fundamentais a movimentos sociais, uma vez que reconhecemos que suas demandas ainda não estão totalmente inseridas nos espaços construídos socialmente pela informação midiática. E aqui reconhecemos a midiaticização como um fator intrínseco à organização da política da sociedade, um processo pelo qual há a estruturação das dinâmicas sociais e políticas que reverberam, diretamente, nos rumos tomados pela democracia.

Graças às limitações de tempo e motivações da pesquisa, partimos de uma categoria limitada, mas ainda assim mais abrangente que a questão interseccional: o gênero. Como introdução de fato da pesquisa, é necessário apresentar as epistemologias estabelecidas para o tema e de que forma o recorte racial passou a ter visibilidade dentro dessas perspectivas teóricas de atuação do movimento feminista.

No Brasil, podemos destacar, em relação ao nosso tema, a atuação das ondas feministas a partir da década de 70, quando houve grupos feministas que se articularam com outros movimentos sociais da sociedade civil contra as arbitrariedades provocadas durante o regime militar, além de reivindicações por questões como moradia, reforma agrária e questões trabalhistas. Não havia um atendimento público para mulheres vítimas de violência doméstica, e o aumento de estudos e debates sobre o tema, durante a década de 80, contribuíram para o início de políticas públicas voltadas ao problema. Foi neste mesmo momento que o conceito de gênero passou a ganhar outro significado no país, segundo Santos (2011): a academia passa a usar o termo como categoria analítica em trabalhos de portes diversos, desde artigos até teses de doutorado, ainda que de uma forma destituída de sistematização. Segundo a autora, algo que também contribuiu para um contexto favorável às lutas foi o destaque que o tema recebeu a nível internacional, com a implementação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas, em 1975, acompanhando a articulação cada vez maior de movimentos feministas europeus e norte-americanos, intensificados com os movimentos estudantis da década de 1960 e com as lutas pelos direitos civis na mesma época, respectivamente. A discussão do uso do gênero como uma categoria analítica social foi reforçada pelos estudos de autores como Scott (1986), que atenta para o uso do conceito como uma forma de analisar o papel feminino e masculino em conjunto, reconhecendo que há uma influência do modo como a construção da masculinidade foi construída e perpetuada sobre o estabelecimento de padrões

para as mulheres. Dessa forma, usar o gênero como método seria uma forma de identificar uma luta de controle social, em que a análise da opressão simbólica pela qual as mulheres foram vítimas do patriarcado, predominante ao longo da História, faria compreender a dificuldade, até hoje enfrentada, pelo combate à violência de gênero. Em outras palavras, pode-se dizer que o gênero possui duas frentes específicas: gênero é "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder" (SCOTT, 1986, p. 21).

Portanto, no primeiro capítulo estudamos a construção da epistemologia de gênero, o conhecimento estabelecido para o ciberfeminismo e o momento em que o feminismo negro passou a ganhar as redes. Inclusive, partimos da premissa de Castells (1999;2011) para uma sociedade contemporânea e estabelecida em redes, conexões simultâneas entre diversos atores sociais e que, a partir desse interacionismo, encontra o estabelecimento de uma série de tipos de práticas de poder ou autoridade. Aqui também aparecem o conceito de Data Activism, a partir de autores contemporâneos como Gutierrez (2017) não apenas pelo ciberativismo, mas por qualquer iniciativa da sociedade civil que faça uso dos dados como “subsídio de debate”, uma expressão aproximada à utilizada por Walszys (2015), ponto que a ser abordado posteriormente, na nossa análise do corpus.

No segundo capítulo, estaremos atentos ao caldeirão de ideias que procuram estabelecer esclarecimentos sobre o lugar do ciberativismo dentro dos processos comunicacionais. Autores como Barbero e Canclini analisam processos de mediatização e hibridismo que estão por trás das engrenagens das ações comunicacionais de movimentos considerado contra hegemônicos, ao mesmo tempo em que Hall (1997; 2003) discute o papel das representações dentro da produção de sentidos, por um viés construcionista em relação ao lugar em que se encontra nas dinâmicas sociais.

É importante revisitar as mediações de Barbero a partir do momento em que observamos o lugar da análise da mídia como um dispositivo que vai além de algo instrumental ou fenomenológico. Aqui, os objetos midiáticos são analisados sob um ponto de vista relacional com discussões oriundas de outras áreas, uma sobreposição de fatores ideais para serem colocadas ao lado das concepções sobre racismo investigadas em campos como o do Direito da Ciências Sociais. As mediatizações acarretadas a partir da interpretação política do papel da mídia na sociedade, portanto, acabam por configurar o campo como um palco de mobilização social e transformações estruturais.

Em seu mapa, Barbero reivindica o estudo de “mediações culturais da comunicação” (BARBERO, 2009a, p. 150), o que pode ser associado, até uma determinada instância, aos processos culturais de recepção entremeados pela ideia de codificação e decodificação do canônico estudo de Hall, que apesar de ter passado por várias releituras ao longo das décadas (inclusive do próprio autor), mantém premissas que podem ser mencionadas no presente estudo. Dentro dessas perspectivas, houve uma espécie de “apropriação” da definição da violência em discussões iniciadas, inicialmente, fora do âmbito comunicacional, destacando-se a sua relação com o poder e com a utilização do racismo como dispositivo de segregação e autoridade. A isso, buscamos perspectivas fundamentadas por Carneiro (2005) e Fanon (2008;2010). No mesmo capítulo, no intuito de situar a discussão da identidade como um ato de reivindicação social, analisamos situações em que a crítica de representações estereotipadas da mulher negra, dentro da mídia, resultou em resultados de grande repercussão. A crítica de mídia realizada por blogueiras e ciberativistas em relação ao papel da mulher negra na televisão brasileira levou a alguns resultados de grande repercussão, como o da criação de uma nova Mulata Globeleza 2017, outrora atribuída a uma mulher negra e seminua. Além disso, observa-se o aumento da presença de artistas negras em papéis antes destinados apenas a mulheres brancas, como o protagonismo ou a obtenção de papéis em novela em que assumem personagens associadas a mulheres fortes e bem-sucedidas, ou de objeto afetivo, papel último que contraria, inclusive, a histórica ideia da solidão da mulher negra. Isso ao mesmo tempo em que mulheres negras passam a ocupar lugares de fala importantes nas redes sociais, e que chamam a atenção da Imprensa e da própria sociedade civil.

O estabelecimento da concepção de uma razão moderna destituída de parcialidades, calcada na neutralidade e exatidão dos fatos também foi questionado a partir das primeiras epistemologias de gênero, mas alguns autores também desenvolveram estudos sobre o viés racial que também estaria presente em uma racionalidade que não seria neutra. No terceiro capítulo, contextualizamos a perspectiva de Zuberi (2008) dentro da Teoria Crítica de Raça a respeito dos *bias*⁷ raciais encontrados na Ciência Moderna, em especial nos dados estatísticos. Uma discussão que encontra ecos na crítica de Sodré (2011) à pretensa objetividade do jornalismo, em que o autor encontra uma estratégia de acontecimentos que representa um enfrentamento à velha ideia de imparcialidade comumente ligada à objetividade jornalística.

⁷ Termo próximo ao termo em português estereótipo, constantemente utilizado em decisões tomadas a partir de dados estruturados sob uma perspectiva enviesada e que, por vezes, reproduz preconceitos que ocorrem nas relações sociais (racismo, machismo, entre outros). Preferimos deixar o termo original, uma vez que não consideramos adequado a busca por uma tradução literal.

Realizamos esforços heurísticos para encontrar interfaces de diálogo entre os dois autores, uma contribuição à nossa análise posterior sobre o processo de datificação categorizado em nosso corpus. O trabalho de Carneiro(2003) sobre dispositivos de racialidade também é outro norteamento teórico importante para essa fase da análise.

No quarto capítulo, apresentamos a nossa metodologia e as análises encontradas. Para a nossa metodologia adotamos as trajetórias da Teoria Fundamentada (ou The Grounded Theory), em que as categorias tiradas das nossas observações apontam possíveis desdobramentos teóricos que nosso trabalho mantém em aberto, graças a suas limitações e outros fatores que acreditamos que podem ser superados pela continuidade da pesquisa em um possível doutorado. Por meio desse percurso, realizamos uma investigação marcada pela rigorosidade no acompanhamento dos dados, o que significa dizer que as etapas da pesquisa não foram concatenadas em ciclos fechados; houve a revisão sistemática de cada passo realizado, caminhos que percorremos e pelos quais retornamos diversas vezes.

1. ATIVISMOS, RAÇA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Neste capítulo, analisamos o contexto da atuação do ciberfeminismo: as condições materiais para que atuem, as perspectivas adotadas e seus significados políticos.

Investigar a performance desses atores sociais é compreender, em primeiro lugar, o peso exercido pela identidade em seus discursos. Hall (1990), ao investigar os impactos da identidade na pós-modernidade, identifica uma fase anterior em que ela estava condicionada à veneração a acontecimentos e personalidades anteriores, sendo sempre utilizadas como simulacros ou exemplos, agora eram identidades em constante mutação, que formulam e reformulam personas a partir da sua época. Ao contrário dos Estados Modernos, a noção de identidade com uma nação ultrapassa fronteiras físicas:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de "teto político" do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. (HALL, 1992, p. 49)

A partir dos anos 60, novos jogos sociais começam a tomar as ruas e os espaços de discussão. O autor menciona Giddens e outros intelectuais que observam uma revolução das pautas, em que o privado ocupa o público, graças a movimentos sociais, que passam a questionar a universalidade atribuída ao conceito de Humanidade pelas sociedades modernas (e, principalmente iluministas), questionamento feito a partir do momento em que há a evidenciação, segundo o autor, das relações de desigualdade de gênero, que passam a serem interpretadas como questões sociais que não estão atreladas apenas ao campo do privado, ideia que, tal como veremos adiante, encontrou seu maior desenvolvimento teórico nas chamadas epistemologias de gênero.

Ao investigar os atores sociais das novas tramas digitais, Latour (2012) observa como o discurso político está condicionado ao que não foi visto: uma vez que indivíduos apontam estruturas sociais que antes não eram responsabilizadas, a política se torna uma espécie de experiência problematizadora. Vínculos sociais entre esses atores são efêmeros, mas, ao

mesmo tempo, é possível identificar suas ações pelos rastros que são deixados, sobrevivendo às dinâmicas constantemente impostas pelas redes sociais. É necessário, portanto, “tentar compreender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos” (LATOUR, 2012, p. 31).

Iniciamos o capítulo a partir da exploração do exemplo de uma das maiores mobilizações feministas que aconteceram à época do período escolhido para a análise da pesquisa. Foi o “pontapé” que encontramos para situar nosso referencial a respeito da ideia de sociedade em rede e do associativismo de vários segmentos do movimento feminista, de forma a revelar especificidades de opressões distintas que passam a ser pautas compartilhadas e fortalecem o estabelecimento da luta de gênero como uma atuação política que perpassa diversos movimentos sociais, o que afeta, conseqüentemente, áreas distintas da sociedade.

1.1 HASHTAGS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Em uma segunda-feira do final de novembro de 2015, um coletivo online formado por cinco mulheres, Não me Khalo, publicou um tweet com a hashtag #MeuAmigoSecreto. Homônima a uma das brincadeiras mais populares das confraternizações de final de ano, a proposta do grupo era compartilhar, com a hashtag, situações em que as violências cometidas contra as mulheres (como assédio, racismo, abuso emocional, entre outros) eram praticadas por amigos, familiares ou pessoas conhecidas, longe do senso comum de que a violência de gênero ocorre principalmente por pessoas que não possuem vínculo com a vítima.

O primeiro tweet da campanha estava relacionado ao aborto, aqui sendo problematizada a falta de apoio de homens que são contrários ao procedimento, mas que recorreriam a ele quando estivessem diante de uma gravidez indesejada de suas parceiras⁸.

Não demorou muito para que a campanha ganhasse uma proporção maior ao ter sua hashtag compartilhada por seguidoras do Não Me Kahlo, que passaram a usar o #MeuAmigoSecreto para contarem histórias pessoais e exemplos vivos de muitas das situações de machismo e abuso ocorridas no dia a dia de milhares de brasileiras. Na mesma noite em que começou a ser propagada no Twitter, a hashtag já estava no Facebook, utilizada para a criação dos famosos “textões”, relatos em que o autor denuncia situações problematizadoras e que rendem discussões consideradas de interesse público.

⁸ “#MeuAmigoSecreto diz que aborto é assassinato mas pediu pra namorada abortar quando ela engravidou.” Link do tweet original: <https://twitter.com/naokahlo/status/668901393948872704>

Se os primeiros tweets da campanha foram publicados na noite da segunda-feira do dia 23 de novembro, algo que contribuiu para aumentar a popularização da hashtag foi o próprio contexto da semana em que ela passou a ser compartilhada: era a antevéspera do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, data reconhecida pela Organização das Nações Unidas desde o final da década de 90, mas celebrado por movimentos feministas latinoamericanas desde 1981, em memória das irmãs Mirabal, ativistas dominicanas assassinadas durante a ditadura de Rafael Trujillo (Gasa, 2011). Todo ano, a partir do dia 25 de novembro, são realizadas campanhas em prol dos direitos das mulheres e das adolescentes, os 16 dias de Ativismo contra a Violência de Gênero (16 Days of Activism against Gender-based Violence), instituídos pela ONU e que se encerram no dia 10 de dezembro, dia dos Direitos Humanos.

No dia 25, ao mesmo tempo em que mais mulheres foram encorajadas ao uso da hashtag para o compartilhamento de seus relatos de abuso, algumas instituições públicas aderiram à campanha para divulgar informações sobre a violência de gênero no país, inclusive o contato de canais de assistência para as vítimas, entre as quais podemos mencionar o Ministério dos Direitos Humanos ⁹e a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo:

Essa campanha demonstra como é fundamental o não silenciamento das mulheres em relação às violências sofridas, gerando mais impunidade. Obviamente não é fácil externalizar tais vivências, muitas traumáticas e extremamente cruéis, especialmente porque na sociedade temos uma construção social que escusa os homens e culpabiliza as mulheres, as próprias vítimas, nesses atos. A SMPM se solidariza com todos os relatos efetuados, pois entende que estes comprovam que a violência contra a mulher é fruto da desigualdade de gênero na nossa sociedade e que ainda muito precisa ser feito para que esta seja de fato igualitária e segura para todas. Ainda mais no mês da Campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, esse debate se torna fundamental.(SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DE SÃO PAULO, 2015)

A Imprensa passou a noticiar a campanha dentro do acontecimento da data que traz visibilidade à violência contra a mulher, relacionando-o à publicação do então recente Mapa da Violência, ou do contexto político da época: a turbulência política em torno do mandato da presidenta Dilma Rousseff(que sofreria um impeachment meses depois) e o projeto de lei 5069, do então deputado federal Eduardo Cunha, que propunha uma rigidez maior ao uso da pílula abortiva, mesmo em casos de abuso sexual – e os quais, pelo projeto, deveriam ser devidamente comprovados antes do uso do método contraceptivo¹⁰.

⁹ #MeuAmigoSecreto bate na esposa. Você não precisa dizer nas redes quem é o seu amigo secreto, mas pode ligar para o 180 e denunciar. #180. Link do tweet: <https://twitter.com/DHumanosBrasil/status/669501541074735104>

¹⁰ Um exemplo é a reportagem “O ano em que elas disseram Basta”, do site Hora de Catarina: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/hsc_mulheres/index.html . O El País também relaciona o movimento aos

Pouco menos de um ano depois, o coletivo Não Me Kahlo publicou um livro a partir da campanha, uma iniciativa que procurou estabelecer o trajeto da hashtag com o contexto do ciberfeminismo brasileiro da época, ao mesmo tempo em que houve o desenvolvimento de reflexões teóricas sobre os principais temas trabalhados pelos relatos compartilhados com o #MeuAmigoSecreto. Com a pesquisa teórica realizada para o livro, o coletivo contrariava as críticas de que o discurso do “ativismo de sofá” (termo pejorativo para o ativismo online, que remete ao comentário de que o discurso nas redes pouco resulta em ações práticas na sociedade) seria raso e destituído de embasamento (Não me Kahlo, 2016).

Mais do que servir à conscientização dos homens, porém, a hashtag se estabeleceu como uma forma de denúncia das situações pelas quais nós mulheres passamos, nos lembrando que não estamos sozinhas e que é possível, sim, levantarmos a voz. Fora da internet, a campanha teve um impacto significativo: o número de denúncias feitas ao 180 – o “disque-denúncia” da Secretaria de Políticas para as Mulheres – chegou a 63.090, 40% a mais do que no ano anterior. (NÃO ME KAHLO, 2016, p. 16)

A hashtag #OMeuAmigoSecreto também foi mencionada, por muitos noticiários da época, como um exemplo de uma onda de protestos que passaram a ser conhecidos como Primavera Feminista, ou Primavera das Mulheres. Uma reportagem da revista *Época* identificou um *zeitgeist* que envolvia um conjunto de protestos similares por suas hashtags e suas reverberações nas ruas ou em outros espaços a rigor dissociáveis do online, o que justificaria a alcunha (uma alusão direta à Primavera Árabe), já que eram acontecimentos próximos e que ocuparam boa parte dos últimos meses de 2015. Vale fazer uma rápida explanação ao que seria o *zeitgeist*, uma vez que será uma definição a ser utilizada em outros momentos do trabalho. Conceito atribuído a um estado de espírito de uma época, a palavra foi propagada a partir dos estudos de Hegel a respeito do tema, conforme sugere Wagner (2014).

A importância da filosofia de Hegel é o espírito como única substância, o que supõe, assim, que a história seja o espaço de realização e liberdade. Essa realização atravessa o tempo sempre em continuum, com conquistas, alegrias, sofrimentos, conflitos, guerras, etc. Cada etapa da história se opera por meio de uma nova recomposição, oferecendo um progresso da consciência de liberdade, da afirmação dessa liberdade. Essa filosofia da história tem grande importância para o sentido da estética hegeliana. Hegel percebe que a história apresenta um sentido, um significado específico para a evolução do espírito, que adquire conhecimento próprio do que se apresenta como real. Ele apresenta o sentido da história como o espaço da emancipação da humanidade. A ideia de o espírito transitar pela história é a ideia de uma razão concreta. (WAGNER, 2014, p.25)

No entanto, a reportagem reconhece que não está diante de um movimento social inédito ou que passou a atuar na Internet a partir daquele momento: ativistas de campanhas anteriores também são entrevistadas, como a jornalista Juliana Faria, que desde 2013 conduz o projeto Think Olga, em combate ao assédio contra a mulher nas ruas. Em seu depoimento, a jornalista e ativista, em referência às cantadas, ressalta a importância de enxergar tais atitudes como uma forma de violência contra a mulher – perspectiva nem sempre adotada pelos veículos de comunicação. Para reforçar sua crítica, Juliana procura situar sua trajetória pessoal na mobilização que passa a realizar por meio do seu trabalho, uma característica constante na forma como o ativismo online procura se relacionar com o público, por meio de narrativas que estejam próximas às experiências pessoais de qualquer mulher.

“A primeira vez que fui assediada eu tinha 11 anos. Estava voltando da padaria, um carro passou perto de mim e gritou palavrões. Não entendi aquilo e comecei a chorar. Uma senhora me parou na rua e me disse ‘não seja boba, aceite isso como um elogio’”, diz Juliana. Há dois anos, Juliana pensou em usar a internet para desabafar contra o assédio sexual em locais públicos, uma angústia que ecoou em mulheres do país inteiro. “As meninas finalmente se apossaram de seu direito à liberdade sexual e agora têm a internet, uma ferramenta poderosa de comunicação para se fazer ouvir”, diz Maria Helena Vilela, diretora do Instituto Kaplan, de educação sexual.(ÉPOCA Online, nov.2015)

A campanha do coletivo Não Me Kahlo e as ativistas mapeadas pela reportagem da revista Época possuem características de movimentos sociais que, com a internet e os avanços da sociedade da Informação, passaram a adquirir uma configuração comumente definida como rede, aqui definida como um “conjunto de relações específicas (por exemplo, colaborações de apoio, aconselhamento, controle ou ainda influência) entre um conjunto finito de atores”(LAZEGA; HIGGINS, 2014, p. 8). A definição de Castells (1999) faz uma alusão direta da rede a uma nova forma de pensar a configuração política da sociedade, uma vez que as redes “constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (CASTELLS, 1999, p. 497).

Não é possível estabelecer relações sociais finitas de forma definitiva, e vamos adotar a perspectiva de Castells (2011), que vai estudar o poder sob um viés estruturante, ao reconhecer que não há a existência de uma rede sob a influência de uma única agenda, mas sob um conjunto de “sub redes” que engendram um rol de articulações, e que por sua vez acarretam em hierarquias de poder, organizadas de acordo com a influência discursiva e da disseminação de

valores propagados por esses grupos também estruturados em conexões. A mensuração pela influência, portanto, é realizada sob uma perspectiva dialógica, a partir de atores (ou vértices, expressão comumente utilizada pela literatura a respeito de redes sociais) e por aqueles que estão excluídos; a quem é atribuído um lugar de Outro ou desconhecido, não compõe a rede, mas é a partir do seu lugar que é possível construir a ontologia que define o que de fato a influência e, portanto, a conduz.

A complexidade de identificar as arestas que estão mais fortalecidas na sociedade em rede, e a composição interna das próprias sub redes que gerenciam e excluem atores nessa dinâmica leva Castells a estabelecer quatro tipos de poderes¹¹:

Networking Power – A influência de atores e organizações que estão nas redes consideradas pertencentes à sociedade em rede, sobre coletivos e indivíduos considerados excluídos das principais conexões globais

Network Power – Quando o poder define as regras para que haja inclusão de um grupo na rede.

Networked Power – O poder exercido por atores sociais sobre outros na rede, classificado de diversas formas.

Networking-making Power – quando determinadas subredes são mantidas de acordo com os interesses dos atores dominantes da rede.

A influência de atores e organizações que estão nas redes consideradas pertencentes à sociedade em rede, sobre coletivos e indivíduos considerados excluídos das principais conexões globais constituem o Networking Power. Para Castells, essa é a principal forma de exercício de controle, podendo ser dividida em dois mecanismos: a habilidade de

Constituir redes e programar e reprogramar as redes em termos de objetivos firmados pela rede; e a habilidade de conectar e assegurar a cooperação de redes distintas pelo compartilhamento de metas em comum e combinando recursos enquanto afastam a concorrência de outras redes por meio de cooperações estratégicas. (CASTELLS, 2011, p. 776)¹²

Para Castells, os “holders” do poder seriam divididos em dois grupos: os *programmers*, responsáveis pela primeira habilidade de agendar as negociações e pautas difundidas pela rede, e os *switchers*, os que asseguram as conexões necessárias para o controle das relações sociais a partir das redes de influência. Os dois grupos não são compostos por atores sociais que atuam

¹¹ Aqui, optamos por deixar as definições de Castells no idioma original em que o artigo foi publicado, por compreender que parte de sua semântica também se deve à forma como os próprios tempos verbais são construídos no inglês. (N.A.)

¹² Tradução da Autora.

isoladamente, mas por coletivos que se organizam de acordo com seus interesses e graus de influência nos nichos de onde vieram, motivo pelo qual trabalhamos com as subredes como atores de influência em detrimento de agentes sociais ou instituições definidas de forma individualizada, tal como poderiam ser usados sob uma perspectiva mais clássica sobre o poder.

As interações entre forças hegemônicas e contra hegemônicas compõem a mesma estrutura de poder, uma vez que apresentam a mesma lógica de dinamismo interno, o que leva Castells a explicar que a resistência acaba por utilizar das mesmas dinâmicas utilizadas pelas forças dominantes da rede. Movimentos sociais tentarão introduzir novas agendas que, mais do que realizarem algum tipo de influência, tentarão ser codificadas como novos fatores determinantes de orientação e influência dos mecanismos que regem a sociedade em rede.

Dentro dessa mesma perspectiva sobre o poder, é possível compreender o que Castells atribui como monopólio da violência, em que há uma busca por uma coerção que não é obtida por força ou dominação, mas por meio da intimidação realizada a partir da compreensão do que rege a mentalidade social do grupo.

Cada mente individual constrói seu próprio significado por meio da interpretação do material da comunicação em seus próprios termos (...). Portanto, no novo mundo da comunicação de massa interpessoal e audiências altamente segmentadas, há poucas instâncias de compartilhamento em massa de mensagens midiáticas; pelo contrário, o que é amplamente compartilhado é a cultura do compartilhamento de mensagens de múltiplos emissores-receptores. E exatamente porque o sistema de nova comunicação é tão versátil, diversificado e aberto, que integra mensagens e códigos de todas as fontes, aproximando boa parte da comunicação que é difundida em redes multimodais, multichannels. (CASTELLS, 2011, p. 780)

A violência, nas mídias sociais, é presente graças ao discurso de ódio em resposta a ativistas e aos discursos políticos que rendem polarizações ideológicas por vezes tensionadas, mas apesar da relação, cada vez mais perceptível, entre a violência cometida contra mulheres no “ambiente offline” e nas mídias sociais (Plou, 2013), a perspectiva de Castells procura dimensionar a atuação das representações midiáticas e do alcance como estratégias políticas inerentes para a relação da sociedade com determinado tema. Aqui, a informação é o elemento mediador das relações de poder estruturadas em rede.

A construção da mensagem não está mais sob as mãos apenas de veículos midiáticos, pode ser elaborada por qualquer indivíduo, mas Castells também aponta outro fator que justificaria um olhar ainda mais relacional para o poder e a representação midiática: a perda do controle do alcance, em que o que “cai na rede” passa a atingir instâncias cada vez mais distantes do grupo ou subrede do qual é oriundo.

Movimentos sociais, enquanto tradicionalmente considerados contra hegemônicos, estão situados em rede, mas precisam pensar em fatores que transcendem o alcance necessário para a agregação de valor simbólico de suas ações.

Isso é altamente positivo se você quer difundir a mensagem, mas é devastador se você não quer difundi-la(...). Nesse caso, o poder da rede exercido por redes digitais assume um novo formato: a remoção do controle sobre a distribuição da mensagem. Isso é um contraste com o poder tradicional de rede dos mass media, que acaba por reformatar a mensagem para o mais apropriado à audiência de acordo com sua estratégia corporativa.(CASTELLS, 2011, p. 780)

O coletivo Não me Kahlo constatou que as denúncias de violência contra as mulheres pelo “disque-denúncia” 180 aumentaram em 40% em comparação ao anterior da campanha do #MeuAmigoSecreto (Não me Kahlo, 2016). Apesar de não ser possível estabelecer quais audiências receberam a campanha, e a partir desse alcance concluir que o aumento das denúncias estão diretamente ligadas ao #MeuAmigoSecreto, já é possível questionar, em que medida, as ações realizadas pelo coletivo, por exemplo, influenciaram para que houvesse um engajamento maior por parte de instituições públicas para divulgar informações relevantes que convencessem um público maior a aderir ao disque-denúncia. Podemos, por ora, identificar a construção da epistemologia da teoria de gênero que, ao procurar o resgate do que seria o *standpoint* feminino acerca do conhecimento, contribuiu para a construção de um discurso que hoje exerce uma significativa influência sobre outras mulheres, e uma vez que há a “perda de controle” sobre a distribuição da mensagem, seu alcance não resolve a desigualdade de gênero ou a violência, mas constrói uma agregação de valor quanto ao que significa incentivar a proteção à mulher e à sua busca por igualdade de direitos.

O lugar do discurso ciberfeminista pode ser caracterizado como um espaço de revisionismo histórico ou de construção para novas formas de mensuração do gênero na sociedade, ou até mesmo a construção de novos tipos de gênero em si, tal como observam Miguel e Box (2011), que encontram nas demarcações sociais atribuídas ao feminino e ao masculino as origens da concepção moderna do que seria uma esfera pública – a política, a rua, as práticas sociais - e uma esfera privada (o lar, a família). A partir das mudanças sobre a ocupação da esfera pública e de tarefas considerada como políticas ou eticamente sociais pelos gêneros feminino e masculino. Sob a perspectiva das autoras – impulsionadas, por sua vez, por estudos com enfoque em gênero ou sob um viés feminista – a separação do público e do privado foi de suma importância para que a construção do gênero feminino fosse realizada longe do que era considerado político, uma vez que à mulher era atribuída a função de protetora da ética

privada, enquanto ao homem era autorizado a transitar entre os dois âmbitos, uma vez que o público precisava do privado para ser revigorado, de forma a encontrar forças na construção do racionalismo e da universalidade científica, moral e política necessárias para a organização da sociedade. A construção do gênero feminino dentro do privado ocorre sob um amálgama de infantilidade, uma vez que as mulheres

abrigam qualidades extraordinárias, especificamente femininas e fundamentais para a ordem e o progresso sociais. Entre estas encontramos qualidades intelectuais como a intuição, certo apego ao pensamento concreto – frente ao homem especulador e metafísico – e a fluidez verbal, mas, sobretudo, destacam as sublimes qualidades morais, todas elas resumíveis em sua capacidade ilimitada de entrega aos outros: abnegação, sacrifício, compaixão, piedade, doçura. Agora, se nos perguntarmos qual é a tradução de tanta excelência em termos de participação na vida social e política, a resposta é que nenhuma. (MIGUEL; BOX, 2011, p. 46)

A mulher, quando passa a sair da esfera familiar e ocupa a política, estabelece uma nova etapa histórica para o conceito do público e do privado, o que pode levar ao mérito da elaboração de uma epistemologia baseada no gênero e o trânsito material e político praticado pelos sujeitos masculino e feminino que tradicionalmente o compõem; no entanto, há a necessidade de uma ruptura de dualidades, o que levam as autoras à definição do ciborgue, “novo sujeito político que supere os dualismos que subjazem à lógica da dominação: mulher-homem, natureza-técnica, físico-intelecto, escravo-amo”(MIGUEL; BOX, 2011 p. 47). É uma identidade que permite os lugares múltiplos do gênero no virtual, cujas relações em rede estão distantes da lógica esfera-privada que, por tanto tempo, estabeleceu configurações fixas e duais para os dois gêneros. Entretanto, pensar que não há possibilidade, nas redes, da reprodução de lógicas comuns aos papéis tradicionais do feminino e do masculino é ignorar situações de violência contra as mulheres que se reproduzem na internet, por meio do discurso de ódio, do vazamento de nudes e do próprio consumo de pornografia online, este último exemplo utilizado pelas próprias autoras para rechaçar qualquer proposta de descorporificação que sustentaria o conceito de ciborgue. Se por um lado a Internet propicia a participação política das mulheres e desafia as atribuições tradicionais ao privado, este ainda possui espaço para situações clássicas de violência de gênero que justificam a necessidade de uma convergência teórica entre as possibilidades oferecidas pela tecnopolítica das redes e a epistemologia proposta por estudos de gênero (Plou, 2011).

Autoras que defendem essa epistemologia partiram do combate ao universalismo que estaria na razão moderna e na defesa dos Direitos Humanos, ideais que, pelo revisionismo feminista, são patriarcais e baseadas pela diferença e estratificação de gêneros (Scott, 1995).

Ao mesmo tempo em que procura estabelecer dois eixos de construção analítica – uma em que trabalhe o gênero como núcleo das relações sociais e outra em que o gênero também é uma variável para quantificar relações de poder, Scott procura combater a ideia de fixidade:

A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.”(SCOTT, 1995 p.28)

Construir uma epistemologia de gênero encontra desafios no próprio ceticismo das autoras quanto a teorizar o tema. Harding(1993) alerta para os perigos que emergem a partir da ideia da teoria entre “aquele que conhece e aquele que é conhecido”(HARDING, 1993, p. 10). Afastar-se da proposta positivista ou racional da teoria é um caminho para combater a ideia de trabalhar a partir de um estigma entre “o que é ciência” e o “que não é ciência”. A autora combate a proposta de uma sistematização fixa para as teorias feministas e que esteja atrelada apenas a preceitos racionais da Ciência, uma vez que as relações de gênero estão presentes em diversas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo em que estão presentes valores mais próximos da subjetividade de seus atores:

Naturalmente há um outro mundo – o das emoções, sentimentos, valores políticos, do inconsciente individual e coletivo, dos eventos sociais e históricos explorados nos romances, teatro, poesia, música e arte em geral, e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científicas. Um dos projetos das feministas teóricas é revelar as relações entre esses dois mundos – como cada um modela e informa o outro. No exame da crítica feminista à ciência, devemos, portanto, refletir sobre tudo o que a ciência não faz, as razões das exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não.(HARDING, 1995, p. 13)

E entre “tudo o que a ciência não faz” também está o embate ao universalismo, o reconhecimento de combater uma teoria que também seja eurocêntrica, a partir do único viés da mulher branca.

Ao fazerem uso de hashtags e outras estratégias de alcance massivo de conteúdo, os movimentos feministas brasileiros que atuam pela internet reconhecem o valor do alcance enquanto um elemento de poder a ser considerado dentro da sociedade em rede. Ao mesmo tempo, esses mesmos grupos pensam em mecanismos para que as ações que repercutem ou causam influência na opinião pública sejam construídas sob um viés dialógico e diverso, em

que há o reconhecimento do potencial das consequências em deixar evidentes as particularidades de cada tipo de movimento de mulheres, uma vez que apresentam as várias dimensões de demandas e articulações políticas nas quais é possível envolver a questão do gênero.

Branças, negras e indígenas reúnem as opressões especificadas de cada um de seus nichos para que haja o reconhecimento de cada uma dessas demandas. Se hoje a violência de gênero alcançou a cultura de massa, em reportagens veiculadas em revistas e jornais tradicionais, ou até mesmo em campanhas de instituições públicas pela conscientização do problema, ainda é necessário questionar em que medida o alcance realmente trouxe a reverberação de uma visibilidade interseccional, pergunta realizada (e cuja negação é frequentemente encontrada), especialmente, por mulheres negras.

É uma estratégia de estabelecimento de redes, mas aqui no sentido de agregações de alianças. Tal como as negociações entre sub redes explicadas por Castells, Scherer-Warren (2013) encontra uma situação análoga ao estudar os movimentos sociais contemporâneos como movimentos em rede. A autora trabalha o que defende como uma perspectiva latinoamericana, em que formar redes entre os movimentos é sinônimo de fortalecimento e sobrevivência políticos. Há a formação de “alianças de parentesco” que trabalham com o fortalecimento de símbolos que reivindicam a emancipação política, por meio de ideários que trabalham com a democratização e a igualdade de direitos. Aqui, o estabelecimento de movimentos em redes ganha contornos estratégicos para a visibilidade de todos os atores envolvidos.

Quanto à última questão – o que é ser movimento negro? – iniciaremos lembrando que, na sociedade contemporânea, da informação, os formatos organizacionais das ações coletivas também desempenham um papel decisivo para as articulações discursivas dos movimentos sociais, isto é, a existência de um formato de organização em redes deve ser tratada também como uma prática política – exemplificando: como uma pré-condição para que o movimento possa desenvolver uma cadeia de equivalência de múltiplos projetos particularizados. (SCHERER-WARREN, 2013, p. 210)

Ao dar como exemplo uma rede latinoamericana e diaspórica formada por mulheres latinas, negras e indígenas, a autora encontra muitas das características que Castells definiu para o networking-power, estratégias para que, uma vez associadas, subredes atuem em conjunto para a distribuição massiva dos símbolos que representem suas propostas, ainda que tais mensagens cheguem a um estágio de não-controle, de uma representação discursiva que ganha outros contornos, valores e apropriações à medida em que ocorre sua propagação.

1.2 O LUGAR DA RAÇA NOS CIBERFEMINISMOS

A crítica do feminismo negro ao seu lugar no movimento pelo direito das mulheres é uma questão que remete à época do movimento sufragista americano, tal como resgata Davis (1981) em seu estudo sobre o cruzamento de opressões classe social, gênero e raça. A autora lembra o discurso da abolicionista Sojourner Truth, que durante a Convenção Nacional de Direitos das Mulheres, em 1843, denunciou a dupla violência vivenciada pelas mulheres negras em ambientes de reivindicação pelo voto: o sexismo dos homens e o racismo das mulheres brancas.

Sojourner Truth foi espontaneamente aplaudida como a heroína do dia. Ela não apenas derrotou o argumento masculino do “sexo fraco”, como também refutou a tese que a supremacia masculina era um princípio cristão, uma vez que cristo era um homem: “esse homem vestido de negro disse que as mulheres não podem ter os mesmos direitos que os homens porque cristo não foi uma mulher. De onde é que cristo veio?” De acordo com a presidente oficial “um trovão não teria silenciado essa multidão, como os profundos e maravilhosos tons em que ela ficou com os braços desnudados e os olhos em fogo.” “De onde veio o teu cristo? De deus e de uma mulher! O homem nada tem a ver com ele!” E quanto ao horrível pecado cometido por Eva, esse foi um difícil argumento contra as capacidades das mulheres. Pelo contrário foi uma enorme vantagem: “Se a primeira mulher que deus fez foi forte o suficiente para virar o mundo ao contrário sozinha, estas mulheres juntas são capazes de pô-lo no lado certo. E agora que estão a pedir para fazê-lo, é melhor os homens deixá-las fazê-lo”.(DAVIS, 1981, p. 73)

Carneiro (2003) também traz essa discussão para a realidade brasileira, uma vez que ela também encontra na mesma uma subalternização de gêneros, “tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).”(CARNEIRO, 2003, p. 119). A autora reconhece a luta do feminismo brasileiro e seu êxito em acompanhar os movimentos sociais populares e a luta pela redemocratização, que culminou na Constituição de 1988 e contemplou boa parte das demandas reivindicadas pelas mulheres, ao mesmo tempo em que abriu caminhos para que a violência de gênero começasse a ganhar outros contornos no Judiciário. A autora, porém, não deixa de trazer um enfoque especial à atuação de feministas negras, que apesar da atuação conjunta com o feminismo brasileiro em geral, denunciaram os momentos em que suas demandas não foram reconhecidas pelas próprias aliadas.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2003, p. 3)

Na internet, ao mesmo tempo em que o feminismo desenvolve redes marcadas pela aliança entre uma diversidade de vozes e mulheres negras, brancas, indígenas e latinoamericanas (Scherer-Warren, 2011), mulheres negras encontram espaço para o desenvolvimento de uma comunicação interseccional, em que podem trazer ao âmago do debate a conjunção de violências na equação raça, gênero e violência. Essa comunicação direcionada a mulheres negras sobre mulheres negras está no centro de portais como o Blogueiras Negras, mas também pode ser encontrada em projetos de coletivos feministas que possuem autoras negras que possam falar sobre o tema, como é o caso do coletivo Não me Kahlo, com a autora Gabriela Moura.

É importante lembrar que os capítulos da publicação do coletivo Não me Kahlo surgiram a partir dos tweets ou relatos do Facebook realizados com a hashtag, e que levaram ao debate algumas questões específicas que por vezes não ganham grande espaço na discussão sobre o lugar da mulher na sociedade, como a gordofobia e o racismo. Um dos capítulos é dedicado à violência contra as mulheres negras e às especificidades de opressão marcadas pela raça e classe, denunciadas por ativistas negras em diversos momentos da história da luta das mulheres, ou do feminismo. O capítulo “Mulheres Negras: sujeito desconhecido”, traz alguns dados que procuram estabelecer essas especificidades sem considerá-las como pautas prioritárias ou opostas a outras demandas do feminismo, sendo apenas uma forma de tornar mais explícita a urgência sobre o reconhecimento do aumento das vulnerabilidades da população negra feminina a partir de violências interseccionais¹³.

¹³ #MeuAmigoSecreto acha que falar de feminismo negro é “desunir o feminismo”. Link original: <https://twitter.com/naokahlo/status/669291548979372032?lang=ar> Acessado em dezembro de 2017.

Falar da luta de mulheres de uma perspectiva negra não raro causa estranhamento. A ideia de que o feminismo, por si só, fala em nome de todas, passou a ser facilmente abraçada quando se levanta a questão: Por que falar das mulheres negras especificamente? Essa perspectiva talvez possa ser considerada o fio da navalha que é estar entre o racismo dentro de coletivos feministas e o machismo dentro de coletivos negros (...). Mulheres negras são cerceadas de seu direito de luta sob acusações de irracionalidade e agressividade. Para que se faça uma justa reflexão, comecemos com o entendimento de quem são as mulheres negras. Quando se diz que “a raça nos separou” ou “hoje tudo é racismo” qual é a mensagem que se pretende passar?(NÃO ME KAHLO, 2016, p. 43)

No decorrer do capítulo dedicado à análise sobre a situação da população negra e feminina, há a necessidade de corroborar os problemas mencionados por meio de dados que estatisticamente comprovam a natureza das especificidades enfrentadas pelas mulheres negras. É mais um exemplo da necessidade das autoras em combaterem o rótulo de “ativismo de sofá”, uma vez que se propõem ao desenvolvimento de um “material completo, profundo, que ao mesmo tempo tivesse uma linguagem acessível e que fosse útil para a compreensão das complexidades contidas em cada um desses temas” (NÃO ME KAHLO, 2016, p. 16). Posteriormente, elencamos todos os dados apresentados por essas mulheres, a começar pelo aspecto quantitativo que, muitas vezes, são totalmente ignorados pelas observações críticas ao destaque das especificidades enfrentadas pelas mulheres negras. Muitas vezes, por exemplo, há a alegação de que a violência cometida contra a população feminina negra é maior já que “há mais mulheres negras”: resgatando um dado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as autoras lembram que, “em 2009, 50% das mulheres brasileiras eram negras e 49,3% eram brancas” (NÃO ME KAHLO, 2016, p. 43), proporção que não sofreu grandes alterações¹⁴, apesar do aumento de pessoas que, nos últimos anos, passaram a se autodeclarar como negras¹⁵.

O estudo sobre mulheres negras, no trabalho desenvolvido pelo Coletivo, procurou apontar as consequências do racismo enfrentado pela população negra feminina em diversas áreas, com dados ligados a desigualdades salariais, racismo institucional na saúde, entre outras áreas. Elencamos os dados encontrados e descritos, com as fontes que foram alegadamente consultadas para o texto:

¹⁴ Os últimos dados sobre o contingente da população feminina realmente são de 2011: <http://www.spm.gov.br/assuntos/diversidade-das-mulheres/negras/dados>. O livro foi lançado em 2016.

¹⁵ Os dados do PNAD 2017 mostram que há um contingente maior de pessoas pardas, mas a diferença é pouca comparada à população branca e não houve informações sobre a cor de mulheres brancas e negras. Link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>

- Enquanto as mulheres negras compõem pouco mais de 15% do percentual de estudantes do ensino superior, homens brancos e mulheres brancas ocupam 30% e 40% do total, respectivamente. Fonte dos dados: Dossiê Mulheres Negras (Não me Kahlo, p. 43)

- O dado do Mapa da Violência, a ser abordado diversas vezes durante nossa pesquisa, também é mencionado, com a estimativa sobre a queda de feminicídio entre mulheres brancas em pouco mais de 10%, enquanto houve um aumento de 50% dos casos entre mulheres negras no mesmo período investigado de dez anos. (Não me Kahlo, p. 47)

- Entre mulheres negras, a mortalidade materna é de 60%, contra 34% entre mulheres brancas. Fonte: campanha SUS sem Racismo (Não me Kahlo, p. 47)

- Se 77% das mães brancas receberam informações sobre aleitamento materno, a proporção cai para 62,5% entre mulheres negras. Fonte: SUS Sem Racismo (Não me Kahlo, p. 47)

- 46,2% das mulheres brancas foram autorizadas a terem um acompanhamento durante o parto, enquanto isso aconteceu apenas entre 27% das mulheres negras em trabalho de parto. Fonte: SUS Sem Racismo (Não me Kahlo, p. 48)

A urgência em demonstrar, por meio da igualdade populacional entre mulheres brancas e negras, a dimensão quantitativa sobre as disparidades de índices de violências entre os dois grupos, era uma forma de legitimar o viés da mulher negra diante da desigualdade de gênero, uma vez que os dados apresentados também são resultados de décadas de demandas de pesquisadoras negras para que intersseccionalidades fossem reconhecidas e investigadas; mais do que informar sobre a natureza de várias situações de violência, os dados levantados estão moldados a uma negociação para que o standpoint do feminismo negro seja aceito, dentro de um viés interacionista que

muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata das opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante. Por exemplo, os esforços de se inserir raça e gênero na teoria marxista exemplifica esse esforço. Em contrapartida, a abordagem mais holística implícita no pensamento feminista negro trata da interação entre múltiplos sistemas como o objeto de estudo. Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si.”(COLLINS, 2016, p. 108)

Tal como veremos a seguir, a discussão sobre a violência de gênero com recorte racial encontra um paralelo direto à forma como a própria mulher negra é representada na opinião pública. De produtos da indústria cultural à própria Imprensa, há a identificação de estereótipos que são reconhecidos como mecanismos que desumanizam a figura da mulher negra na sociedade, dentro de um processo em que ela é um Outro sexualizado, irracional e, portanto, animalesco ou destituído de Humanidade.

2. CIRCUITOS DO RACISMO NA MÍDIA

O ciberativismo do movimento feminista foi contextualizado dentro de uma perspectiva em que os interacionismos da sociedade da informação são processos de disputas de poder e contra poder calcados no uso de valores e discursos da informação e da comunicação. Nesse sentido, os processos comunicacionais são observados como meios de ações sociais, mais do que meros trajetos passivos de divulgação de mensagens. Se há o reconhecimento da atuação social do ciberativismo feminista para o embate pelos direitos políticos de grupos marginalizados, por meio de associações de segmentos distintos e da valorização das pautas específicas de cada grupo, o presente capítulo apresenta modelos baseados na acepção de uma sociedade cujas práticas estão midiaticizadas, incluindo a percepção e a prática de fenômenos de grande relevância para a opinião pública, a violência e o racismo. A proposta teórica de representação de Hall (1997) possui apontamentos relacionais com as considerações de Braga (2003;2006) quanto aos campos sociais imbricados na midiaticização, ideia construída a partir de ecos com o modelo de mapa de mediações de Martín-Barbero(1999). Diante de um campo comunicacional em que reverberam experiências sociais efetivas, é necessário encontrar o ponto-de-vista sobre violência e racismo em que haja revelações de atores sociais que influenciam para a constituição dos mesmos como fenômenos intrínsecos às relações entre poder, sociedade e Estado. De forma a tornar evidente nosso ponto de vista teórico de observar o campo comunicacional em rede como uma estrutura fluida e calcada em interacionismos sociais, apresentamos a representação de Hall a partir de uma análise empírica, em que encontramos paralelos com midiaticização para, dessa forma, situar a violência, o racismo e os atores sociais envolvidos a partir dessa perspectiva.

2.1 A QUEDA DA MULATA GLOBELEZA.

Como de praxe em todos os anos, a maior emissora televisiva do Brasil, a Rede Globo, anunciou no final de janeiro de 2017 a sua nova Mulata Globeleza, espécie de musa para a divulgação do Carnaval brasileiro em vinhetas exibidas durante os intervalos da programação diária do canal. Dessa vez, os brasileiros foram surpreendidos por uma escolha que representou uma espécie de ruptura com o padrão seguido nas edições anteriores: a passista aparece vestida, acompanhada por personagens que representam manifestações culturais de diversas partes do país (frevo, samba, entre outros). Antes da nova edição, a Mulata Globeleza dançava

praticamente nua, com o corpo colorido e com apenas as regiões íntimas cobertas por peças pequenas. Em outras palavras, era a maior representação midiática do clássico estereótipo da mulher negra sexual e cuja identidade estava diretamente atrelada ao seu corpo, em detrimento de qualquer outra forma de subjetivação. A mudança da Mulata Globeleza pode ser (e de fato foi analisada, por muitos veículos especializados) como uma resposta da emissora Globo a uma série de ações contrárias à caracterização da personagem, ocorridas no ano anterior. Começamos por um manifesto, definição usada pela arquiteta e escritora Stephanie Ribeiro e a filósofa Djamila Ribeiro para classificarem seu texto publicado em fevereiro de 2016, na Folha de São Paulo, na coluna editorial do escritor João Paulo Cuenca, sob a hashtag #AgoraÉQueSãoElas, idealizada para a promoção de textos escritos por mulheres, e publicados em espaços de sites e jornais inicialmente reservados a autores homens. O texto também foi republicado pelo site AzMinas¹⁶, revista eletrônica dedicada a publicações realizadas por mulheres, o que aumentou sua propagação nas redes sociais e instigou ainda mais o debate em outros circuitos midiáticos, como na própria Imprensa.

Intitulado “Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza”, o texto situava o lugar histórico da exposição realizada pela vinheta televisiva sobre o corpo da mulher negra, ao compará-la às dinâmicas coloniais entre senhores de engenho e mulheres escravizadas, vítimas de abuso sexual e que geraram os filhos intitulados de “mulatos”, expressão pejorativa, de origem espanhola, que significa “filho de mula”. A personagem da rede Globo, portanto, carrega um nome que legitima uma violência histórica e ao mesmo tempo a naturaliza, uma vez que ela está ligada a um acontecimento social que faz parte do calendário de todos os brasileiros, quer sejam adeptos ao Carnaval ou não.

Desde o período colonial, mulheres negras são estereotipadas como sendo “quentes”, naturalmente sensuais, sedutoras de homens. Essas classificações, vistas a partir do olhar do colonizador, romantizam o fato de que essas mulheres estavam na condição de escravas e, portanto, eram estupradas e violentadas, ou seja, sua vontade não existia perante seus “senhores”.(RIBEIRO, RIBEIRO, 2016)

Além da contextualização histórica, as autoras também fazem um paralelo entre o lugar da mulher negra na vinheta carnavalesca e a sua marginalização na realidade posterior à época da folia. Se o corpo, em seu auge, ocasiona um apagamento da subjetivação da mulher da qual pertence, uma vez envelhecido é o que leva a identidade da mulher negra a ser a representação máxima da forma como a sociedade lida com o envelhecimento: abandonando-o. Mulheres

¹⁶ “Nós mulatas queremos o fim da Globeleza”. Disponível em: <http://azmina.com.br/colunas/nao-queremos-mais-protagonizar-o-imaginario-de-quem-busca-turismo-sexual/> . Acessado em 10 de dezembro de 2017

negras, que outrora foram sex symbol, como a própria primeira Mulata Globeleza (Vanessa Valéria) e a atriz Zezé Motta (famosa pelo seu papel no filme Xica da Silva, de 1976), são relegadas ao ostracismo. Há também o questionamento sobre a ausência da mulher negra em outros espaços que não aqueles construídos ao redor da sexualização do seu próprio corpo:

Atualmente vemos um canal influente como a Rede Globo que, por quase 30 anos, expõe mulheres negras nuas a qualquer hora do dia ou da noite no período de Carnaval, negando-se a nos representar para além desse lugar de exploração dos nossos corpos no resto de todo o ano. Quantas mulheres negras vemos como atrizes, apresentadoras, repórteres nas grades das grandes emissoras? (RIBEIRO, RIBEIRO, 2017)

Poucas semanas depois da publicação do manifesto, o site britânico The Guardian publicou um documentário sobre Naiara Justino¹⁷ (história também contada pelo texto das ativistas), mulher negra e de pele escura que ganhou o concurso promovido pela Globo para a escolha da próxima Mulata Globeleza, dessa vez selecionada por um conjunto de votos populares e votos de um júri composto por especialistas no tema, em etapas exibidas por um programa da emissora. Naiara foi vítima de racismo nas redes sociais, por um público insatisfeito com o fato de sua pele estar longe da cor clara das “mulatas” anteriores. Acabou sendo trocada por outra Globeleza, que atendia ao padrão até então seguido. O episódio levou a modelo à depressão e à perda de muitos trabalhos, o que leva o documentário a discutir, de forma contundente, questões como colorismo (problemas enfrentados por pessoas de pele negra mais escura de uma forma mais acentuada do que negros mais claros) e os impactos do racismo na saúde mental de suas vítimas. Vale ressaltar que estamos mencionando um produto feito por um veículo da Imprensa, em contraposição a um texto publicado por duas ativistas (interpretadas como pertencentes a uma mídia não-hegemônica, ou a um grupo que realiza um trabalho de crítica de mídia, não se considerando, portanto, pertencente a ela). No entanto, os dois trabalhos convergem para o mesmo sentido, a crítica à forma como a Imprensa perpetua estereótipos racistas.

E por fim, no mesmo período, um vídeo, produzido pela revista independente e online AzMinas, “viralizou”¹⁸(expressão usada para conteúdos replicados rapidamente na internet,

¹⁷“The Brazilian carnival queen deemed 'too black' – video”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/video/2016/feb/09/brazilian-carnival-queen-too-black-nayara-justino-video>. Acessado em 23 de outubro de 2017.

¹⁸ “O que as mulheres de outros países achariam da Globeleza”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/video/2016/feb/09/brazilian-carnival-queen-too-black-nayara-justino-video> . Acessado em 23 de outubro de 2017.

alvos de grande popularidade) em que mulheres americanas reagem de forma negativa a cenas de edições anteriores da *Globeleza*, questionando por que homens não são expostos da mesma forma ou por que apenas mulheres negras o são. Foi consenso entre as entrevistadas de que a mulher apresentada está apagada, o corpo sexualizado sendo uma animalização de sua subjetividade.

Nos três episódios, em especial no caso do texto publicado por Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro, pode-se tirar vários caminhos para uma análise heurística do papel atribuído à mulher negra, entre os quais adotamos a interpretação de Hall (1997) sobre o significado de representação, aqui por uma perspectiva interacionista, que apesar das influências de um grupo diverso de autores com abordagem totalmente distintas sobre a construção de valores simbólicos e sociais, preocupa-se, principalmente, com as consequências das mediações realizadas a partir da circularidade de significações; representação, aqui, é o cerne de um circuito de fluxo de ideias e informações, longe do ideário de uma categoria fixa que possa simbolizar alguma categoria.

• **O estereótipo como marcador social:** ao questionar o significado da nudez da Mulata *Globeleza*, as autoras também denunciam a ausência da mulher negra em outras formas de representação midiática, por compreenderem que a associação, quase única, da negritude feminina à sensualidade e ao Carnaval, contribuem para a continuidade de um estereótipo que foi originado por uma violência histórica (o estupro cometido contra mulheres negras e escravizadas), e que por sua vez não garantiu outras possibilidades sociais a essas mulheres. Aqui, há a preocupação em associar a representação como um processo que legitima significados políticos para estereótipos sociais, uma vez que trabalha com valores compartilhados socialmente.

It is by our use of things, and what we say, think and feel about them -how we represent them- that we give them a meaning. In part, we give objects, people and events meaning by the frameworks of interpretation which we bring to them. In part, we give things meaning by how we use them, or integrate them into our everyday practices. (HALL, 1997, p XIX)

Ao ter a sua figura como um símbolo histórico único e exclusivo de fonte de satisfação sexual, a presença da mulher negra em outros espaços, como na universidade ou até mesmo à frente nas bancadas televisivas (mencionado no manifesto das autoras como exemplos de ascensão social, ou legitimidade social, uma vez que envolvem posições em que há o reconhecimento intelectual dos envolvidos), ainda causa estranhamento e até mesmo repúdio. A mulher negra faz parte do “Outro” racializado, mas destituído de racialidade, ou, como

explica Hall, “cultura”, ao identificar o binômio entre negro e branco; em outras situações em que não expõe sua sexualidade, a mulher negra está na contramão do valor social construído sobre sua imagem. Pois se há o reconhecimento da natureza original do significado como sendo algo fluido, a representação, sendo o processo de práticas sociais para a criação de valores, é um ciclo de tentativas para fixá-lo.

Por meio de uma análise empírica da representação, quando estuda as fotos de uma série de atletas negros, Hall observa outros fatores que contribuem para que o processo de representação chegue próximo a uma tentativa bem-sucedida de fixar simbolismos que, por sua vez, conduzem a um olhar “animalizado” sobre o corpo negro, apesar de seu caráter dinâmico.

Entre eles, destacam-se a intertextualidade e o acúmulo de binarismos ou de valores. O primeiro consiste na relação que passa a ser construída entre produtos midiáticos que trazem a mesma perspectiva ou construção discursiva sobre qualquer tema; o valor, o significado, nessa situação, é construído a partir do excesso ou da repetição constante sobre a mesma forma de apresentação social sobre algo. No caso das imagens dos atletas negros analisados por Hall, há uma associação constante entre as vitórias alcançadas pelos atletas a seus atributos físicos, que muitas vezes são considerados como fatores essenciais para a vitórias dos mesmos: o excepcional que ao mesmo tempo fascina e assusta, uma relação que não humaniza quem está sujeito a esse olhar.

As we have suggested, this photo can also be ‘read’ connotatively, in terms of what it has to ‘say’ about ‘race’. Here, the messages could be – black people shown being good at something, winning at last! But in the light of the ‘preferred meaning’, hasn’t the meaning with respect to ‘race’ and ‘otherness’ changed as well? Isn’t more something like, ‘even when black people are shown at the summit of their achievement, they often fail to carry it off’? This having-it-both-ways is important because, as I hope to show you, people who are in any way significantly different from majority – ‘them’ rather ‘us’ – are frequently exposed to this binary extremes – good/bad, civilized/primitive, ugly/excessively attractive, repelling-because-different/compelling-because-strange-exotic. And they are often required to be both things at the same time!(HALL, 1997, p. 219)

O autor encontra uma cobertura midiática esportiva que também não se altera, o que acarreta no acúmulo de narrativas repetidas, com a mesma ideia “sobrenatural” sobre a prática esportiva desses atletas negros. É a intertextualidade, a ideia de que o valor simbólico atribuído a algo se sustenta a partir do momento em que é representando, ou circula socialmente, diversas vezes, e em diálogo com suas versões predecessoras. Importante ressaltar que, aqui, a imagem ganha significado a partir do momento em que é lida ou compartilhada, ou seja, ela não carrega valores em si sem que haja a sua interação social, uma ideia que é importante para reafirmar a

perspectiva de representação de Hall como um processo, em detrimento de um arquétipo ou padrão fixo.

• **O uso da racialidade como um dispositivo de diferença e desigualdade.** No próprio documentário da BBC encontramos a lógica do “Outro” no exemplo de Naiara Justino: a Globeleza foi excluída pela cor de sua pele, mais escura e destoante das escolhas das edições anteriores. A modelo foi incompreendida e descartada por ser diferente ao padrão desejado pelo público; a diferença aqui, é um critério de exclusão, e ao colocar Naiara na situação do “Outro”, o concurso da Rede Globo realiza um processo de objetificação, em que o sujeito negado tem suas perspectivas limitadas, processo que Collins (1990) encontra na relação ocidental com mulheres negras: a mesma forma como autores encontram o discurso do lugar do negro como o do Outro diferente e inferior, em especial quando o diferente é encontrado entre mulheres negras, aqui objetificadas pelo seu corpo, dentro de um processo de dominação a partir da escolha de associações binárias, que revelam elementos aceitos e não-aceitos. “Objectification is central to this process of oppositional difference. In binary thinking, one element is objectified as the Other, and is viewed as an object to be manipulated and controlled” (COLLINS, 1990, p. 70).

Compreender a construção do “ser negro” na sociedade como uma condição oposta binariamente da condição de “ser branco” é importante para situarmos os motivos pelos quais, ao denunciar o estereótipo da sexualização da mulher negra, ciberativistas fazem uma alusão direta aos não-lugares da população negra feminina e brasileira. Determinar um único lugar significa negar outros, um respaldo de desigualdades, uma vez que há várias possibilidades para a oposição direta do ser negro: o ser branco. Significa, também, o estabelecimento de um conhecimento de mundo que vai negar a verossimilhança do conhecimento embasado por uma perspectiva distinta. Um processo de Desracionalização que abordaremos com mais detalhes no capítulo seguinte. Aqui, vamos nos ater na forma como o embate a seu lugar como “Outro” instiga ciberativistas a construir discursos como os encontrados no texto já mencionado, e de que forma isso chega à Imprensa.

• **Codificação/decodificação do uso midiático da racialidade:** As autoras do manifesto buscaram a realização de uma forma de resgate ao reconhecimento de outras formas de subjetividade para a mulher negra, que estivessem alijadas do estereótipo acerca da sexualização do corpo da Mulata Globeleza. O modelo de codificação e decodificação de Hall é interpretado, por muitos, como um embate entre padrões ideológicos sobre as mesmas

mensagens. Duas décadas após apresentá-lo, o autor defendeu uma interpretação, para o modelo, que não se limitasse apenas a esse ponto de vista, mas reconheceu sua legitimidade.

O modelo da codificação é uma tentativa de falar sobre uma nova maneira de fazer estudos de mídia [*media studies*] dentro deste universo mais amplo. Ora, você tem toda razão ao dizer que existe uma noção de reprodução pela qual o processo de codificação/decodificação, enquanto momento particular de produção simbólica, por parte da instituição de comunicação, reproduz o universo ideológico maior. Entretanto, creio que não, e acho que jamais acreditei nisso, embora considere que seja uma leitura bastante legítima do meu artigo. E direi por que: o texto trabalha com a noção de reprodução e essa noção é quase impossível, na língua inglesa, de ser separada da ideia de mera repetição. Logo, quando digo "reprodução", soa como se tudo fosse ideologia dominante que "pula" para dentro do programa e para fora na decodificação. (HALL, 2003, p. 363)

Aqui, denotação e conotação do sentido de uma mensagem são ferramentas analíticas úteis para se distinguir, em contextos específicos, os diferentes níveis em que as ideologias e os discursos se cruzam, e não a presença ou ausência de ideologia na linguagem. Há o reconhecimento de um texto dominante, mas há também a constatação de um processo de legitimidade pelo qual esse discurso está sujeito:

Ao falarmos de sentidos dominantes, então, não estamos nos referindo a um processo de mão única, que governa a forma como todos os acontecimentos serão significados. Esse processo consiste no trabalho necessário para fazer cumprir, conquistar plausibilidade para exigir legitimamente uma decodificação do evento dentro do limite das definições dominantes nas quais esse evento teria sido significado conotativamente. (HALL, 2003, p. 398)

Também podem ser atrelados aos estudos latinoamericanos de recepção e midiaticização, encontrados, sobretudo, por autores como Canclini, Orozco e Barbero, sobretudo este último, cujo mapa de mediações levam em conta fatores materiais e socioeconômicos.

Aqui, interessa refletir sobre o papel dos atores do ciberativismo enquanto audiência que decodifica o discurso hegemônico sobre os temas pautados pelos movimentos que defendem (no caso, ciberativistas negras e a forma como combatem o discurso midiático sobre a população negra e o racismo). Mas ao mesmo tempo, uma vez que há mudanças na organização discursiva desses atores sociais (cada vez mais individualizados em suas ações, em que não se associam diretamente aos movimentos sociais cujas pautas também defendem), cabe questionar em que medida estamos diante de um receptor ou de um novo ator midiático, e de que forma seu discurso também será recebido, ou decodificado, mas dessa vez pela própria Imprensa.

Para compreender o peso de analisar a identidade como uma categoria construída por representações, na cibercultura, e o papel contra hegemônico desenvolvido por atores como as autoras do manifesto, é necessário, antes, o resgate do lugar outrora dedicado ao grupo que elas representam: indivíduos que não participam do que é considerada a produção midiática do processo, e assumem uma posição de receptora da mensagem, relação a partir da qual começam ser analisadas às reações de aceitação ou adversas ao discurso considerado hegemônico.

Sifuentes (2014) situa o trabalho de Hall (1974) como um dos precursores do estudo de arte sobre a recepção, com seu método de Encoding/Decoding. Apesar de ser interpretado como uma leitura ainda binária sobre a comunicação, Hall(2003), ao reavaliar os impactos do texto para as discussões da época considera que sua intenção era, justamente, reconhecer a ideologia presente no texto hegemônico, e as estratégias que eram necessárias para a audiência para readequá-lo aos seus valores; se, ao mesmo tempo, o público não era passivo diante da mensagem, ele também não estava imune às intenções unidimensionais do texto, o que acarretava na necessidade das negociações, ou do processo de decodificação, da narrativa.

A transparência entre o momento da codificação e a decodificação e o que eu chamaria de momento da hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico e fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida. Trata-se de um tipo de sonho de poder — nenhum chuveiro na tela, apenas a audiência totalmente passiva. Ora, o problema para mim é que não creio que a mensagem tenha somente um significado. Por isso, desejo apostar em uma noção de poder e de estruturação no momento de codificação que, todavia, não apague todos os outros possíveis sentidos. (HALL, 2003, p. 366)

A observação de Hall tem influência direta nos estudos gramscianos sobre ideologia, conforme apontado por Lopes; Borelli; Resende (2002, p. 28), que encontram no uso do conceito gramsciano, dentro do modelo do autor britânico, um caminho “para examinar os modos concretos pelos quais os significados dos meios podem ser negociados ou até eventualmente subvertidos por audiências específicas.” (apud FUENTES, 2014, p. 44).

Após um curto período de apreciação do sistema de Hall para o estudo de audiências, os Estudos Culturais passaram a concentrar seus esforços no campo da psicanálise, no cinema, no texto literário e em outras vertentes da cultura. Conforme o próprio autor admite, o sistema de codificação/decodificação contou com pouco apoio orçamentário para aplicações empíricas, não demorando a ser abandonado nas pesquisas ainda realizadas na área da Comunicação (Hall, 2003). Entre as poucas tentativas, merece destaque a fase etnográfica dos estudos de recepção, representada, principalmente, pela investigação realizada por David Morley em 1980, que ao

investigar a forma como a audiência recebia as mensagens de um programa televisivo britânico, combinou uma espécie de análise textual com pesquisa de campo:

a) o mesmo acontecimento pode ser codificado de mais de uma forma; b) a mensagem sempre contém mais de uma “leitura” potencial. As mensagens propõem e preferem determinadas leituras no lugar de outras, mas nunca podem chegar a fechar-se por completo em uma só leitura: seguem sendo polissêmicas; c) compreender a mensagem é uma prática problemática, por transparente e “natural” que possa parecer. As mensagens codificadas de um modo sempre podem ser lidas de um modo diferente. (MORLEY, 1996, p. 125, apud SIFUENTES, p. 46)

Após esse breve período de experiências com o estudo das audiências sob uma perspectiva de análise conteudista das mensagens e dos sentidos captados a partir dessas, a recepção ganharia um viés contextualiza, concentrado nas relações sociais desenvolvidas ao redor do conceito de mídia e do seu consumo. Aqui, já ganha destaque a perspectiva latinoamericana sobre o tema.

Se o estudo entre instituições midiáticas e suas audiências são análises voltadas a microestruturas sociais, o período que começa a partir de meados da década de 80 passa a reconhecer a necessidade de situar o processo midiático dentro dos fatores primordiais para as mudanças sócio-políticas em curso. A necessidade vem de autores que pensam em realidades marcadas pelo final recente de regimes totalitários, substituídos por uma democracia marcada pelo neoliberalismo ou pelo advento da globalização. Há o reconhecimento de que é necessário realizar uma integração entre o que é produzido, a instituição que o produz e sua audiência, de forma que a mensagem não é apenas uma reprodução, mas uma fábrica de sentidos que contribui para a hegemonia de poderes que representam mais do que capitais simbólicos, mas o status quo de fatores estruturantes da sociedade.

Barbero, por exemplo, já em 1987, atenta para a preocupação em centralizar os esforços para a análise dos processos midiáticos como um fator regente e estratégico das contradições de uma sociedade emergente entre a valorização de suas culturas particulares e seus embates com uma modernização compulsiva e, por vezes, predatória. Ao longo das próximas décadas, o autor espanhol, radicado na Colômbia, encontraria os dispositivos que consideraria fundamentais para a compreensão das relações midiáticas como legitimadoras do lugar destinado às instituições e ao que é destinado a diversos grupos sociais. A mediação entre o discurso midiático preponderante e a audiência é, sob a ótica de Barbero e outros autores com uma perspectiva latinoamericana, a base estrutural para práticas sociais.

É necessário, pois, elencar os principais dispositivos que contribuem para essa lógica, responsáveis pelas configurações do processo que não apenas implica no direcionamento dos sentidos produzidos, mas na constante síntese e remodelagem dos mesmos, uma vez que

chegam ao público, são redirecionados por ele e retomam à sua origem de produção. Inicialmente, Barbero apresenta a competitividade industrial; a competência comunicativa; os níveis e fases de decisão na produção de cada gênero; as ideologias profissionais; as rotinas de produção; e as estratégias de comercialização.(BARBERO apud Oliveira, p. 232).

Além dos dispositivos de Barbero, a primeira instância dos estudos dos meios busca o estado institucional da mídia, que a legitima como detentora de um capital simbólico que a permite influenciar o sistema político e as especificidades culturais de um país. Ianni (2001) demarca um “príncipe eletrônico”, a mídia enquanto entidade onipresente, imbricada em todos os níveis de relações sociais.

Sem esquecer que grande parte da mídia se organiza em corporações e, muitas vezes, faz parte de conglomerados também transnacionais. Há, portanto, toda uma vasta e complexa rede de articulações corporativas envolvendo mercados e ideias, mercadoria e democracia, lucratividade e cidadania (IANNI, 2001, p.151 apud Oliveria, p. 233)

Já na segunda instância dessas análises, o enfoque já está direcionado para a própria sociedade enquanto instituição midiaticizada, conduzida a partir de processos interacionais de referência e que são pontos iniciais para outras relações secundárias. No entanto, é um viés que é defendido como inacabado, de uma transitoriedade constante, sob a perspectiva de Braga (2006), que compara tal lógica aos processos que têm como referência a escrita, em que a linguagem verbal ocasionou em todas as legitimidades discursivas de poder e conhecimento da sociedade moderna. No caso da sociedade midiática, sua referência são os próprios processos anteriores de mídia massiva, como as primeiras fases do cinema e da televisão (Braga, 2006). Mídia pela mídia que corrobora ainda mais essa perspectiva de transição constante, em uma produção que utiliza do próprio processo para justificar sua permanência, em manifestações que se expressam por meio de expectativas, quer sejam realizadas ou não.

A tecnologia acaba por exercer um papel primordial no processo, por meio de sua capacidade de diversificar e difundir as interações sociais. Assim como Barbero, Braga trabalha com a ideia de midiaticização como algo gerador de tecnologias, ao contrário da ideia anteriormente pré-concebida em que a midiaticização é consequência de um processo de tecnologias; tecnologia, aqui, desencadeia possibilidades sociais:

Encontramos, portanto, três momentos da “proposição” tecno-midiática: (a) a invenção para atender a um “problema” percebido na situação social prévia àquela tecnologia; (b) deslocamento ou transbordamento para outras situações, em decorrência da disponibilidade da invenção e de sua derivação para outros usos, levando a outros desenvolvimentos tecnológicos; e finalmente (c) um momento em que o sistema se torna autopoiético – deixando de ser dependente de dinâmicas “anteriores” (pré-midiatização), que tinham sido necessários e suficientes para desencadear processos.(BRAGA, 2003, p. 16)

O modo como a sociedade gerencia tais processos é que vai definir a circulação comunicacional, dentro de uma dinâmica que se divide entre prolongar as origens do processo (marcadas pelas definições do pré-capitalismo industrial) e estabelecer novas relações, ressignificadas pela própria sociedade. Enquanto isso, a Imprensa também realiza uma espécie de deslegitimação de campos, círculos sociais outrora tido como sacralizados. Campos são colocados ainda a um posto de esotéricos, seja pela condição em que são situados como exteriores à realidade do sujeito, seja também como são situados como donos de discursos que necessariamente precisam passar pelo clivo da imprensa, da midiatização, o que acaba legitimando o campo pela impossibilidade dos demais para ocupar o mesmo local de autoridade

É a partir da forma como Braga pensa a hibridez das dinâmicas sociais dentro do próprio processo de midiatização que podemos pensar nas transformações do público em ator social midiático, e na forma como a Imprensa acabará assumindo, muitas vezes, o lugar da recepção do discurso que não apenas questiona estereótipos e ideologias dominantes, mas incorpora novas performances dialógicas que, aqui, trataremos como dinâmicas de negociação, a partir de nosso Estudo Comparativo.

2.2 PERSPECTIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA RACIAL E A DE GÊNERO

Quanto à abordagem das convergências entre gênero e racismo em situações de violência contra mulheres negras, a literatura mais recente do tema consiste em trabalhos em que os autores buscam evitar situações em que um elemento seria considerado mais decisivo que o outro. A discussão acompanha as modificações da própria forma em que os dois temas são abordados em diversas áreas por atores de movimentos sociais, iniciativas das políticas públicas, alterações da literatura jurídica sobre os mesmos. São perspectivas que não negam a atuação conjunta dos dois fatores em situações diversas de opressão, um viés interseccional já mencionado no trabalho e que está presente, sobretudo, nas mobilizações sociais de feministas negras que conduzem o debate dentro de movimentos sociais e em diálogos com setores institucionais, cada vez mais cobrados pelo ativismo em relação à resposta do Estado para o

problema. Em situações de violência causadas no âmbito familiar (e que estão entre os principais casos enquadrados como crimes de gênero), o privado tornou-se público, em que as instituições do Poder Público devem oferecer condições de amparo e respaldo jurídico às vítimas. Ao mesmo tempo, houve a desmitificação da violência como uma prática que ocorre apenas em situações em que a vítima não conhece seu agressor. Temos, portanto, situações em que o fator racial não pode ser analisado apenas a partir da sua prática pública, ou seja, realizada em dinâmicas sociais entre atores que não possuem maiores vínculos afetivos. Ao mesmo tempo, o racismo não é apenas uma herança colonial, sendo reconhecida como um elemento que até hoje impacta na qualidade de vida da população negra brasileira, por meio do dinamismo em que está intrincado em diversas situações, uma observação que passa a ganhar força a partir de autores como Nelson do Valle Silva (1978) e de Carlos Hasenbalg (1979). A partir desses estudos, Almeida e Jaquette (2012) situam raça como “um eixo fundamental de organização da distribuição dos recursos materiais e de poder, com constante prejuízo para os/as pretos/as e pardos/as” (ALMEIDA, JAQUETTO, 2012, p. 48). As autoras, no entanto, não trabalham com a subjugação do gênero em relação à raça, uma vez que a construção colonial sobre a sociedade brasileira, sob sua perspectiva, foi beneficiada, de forma simultânea, a construções generificadas e racializadas da população.

A racialização e a genderização dos corpos, a partir da colonização, são inseparáveis: o processo colonial não apenas divide a sociedade em homens e mulheres, mas também em homens brancos e pretos/pardos, mulheres brancas e pretas/pardas, atribuindo a cada grupo um papel específico e um lugar na escala social. Torna-se possível contemplar o diferente impacto da vivência racial subalternizada para as mulheres pretas/pardas, em relação aos homens pretos/pardos, e também da sua subalternidade de gênero, em relação às mulheres brancas. Ficam evidentes, ao mesmo tempo, seu status desvalorizado na sociedade brasileira e a conexão de sua posição subalterna com as imagens culturais que a reforçam e que atribuem sentido a suas vivências, constituindo-se em novos obstáculos à possibilidade de resistência e mudança. (ALMEIDA, JAQUETTO, 2012, p. 50)

Pensar o racismo como um fator estrutural para sociedades oriundas de formações coloniais é uma perspectiva também adotada por Fanon (2010), psiquiatra de origem Martinica que dedicou seus trabalhos à relação entre psique, violência e racismo. Em sua análise sobre as consequências do colonialismo para a psique dos povos submissos ao processo, o autor identifica um “complexo de autoridade” sobre o homem branco, que se reflete nas estruturas criadas sobre os povos colonizados, que por sua vez acumulam um conjunto de tensões que acarretam em processos de “auto aniquilação”(FANON, 2010, p.65), ou seja, a violência do colonizado entre os seus, o que explicaria, de forma contemporânea, a violência nas periferias.

Uma perspectiva próxima à ideia de violência como elemento cotidiano, nesses contextos, defendida por Odalia (1991), que reconhece no fenômeno “uma realidade com a qual se convive, uma realidade cuja proximidade e intimidade auxiliam esquecê-la”. (ODALIA, 1991, p.12).

O resgate às ideias de Fanon, no caso da perspectiva que queremos adotar para a relação entre violência, racismo e gênero, contribui para clarificar a ideia do elemento racial como uma via de subordinação, ainda que também seja a violência um caminho adotado por Fanon para a fuga dessa relação entre colonizador e oprimido. A racialidade foi o que estabeleceu uma relação de autoridade e binarismo entre os dois protagonistas do processo de colonização, e uma vez que observamos a perpetuação do racismo como um fenômeno em que, ao mesmo tempo, é permeado por dinâmicas atuais e por ideias que remontam às estruturas coloniais da sociedade brasileira, o estudo de Fanon ajuda a compreender o peso do eixo racial. No entanto, sua perspectiva está voltada à psicanálise, ao viés lacaniano que já enxerga relações de poder e significado a partir da própria linguagem: começa desde um “complexo neurótico” em que o colonizado quer assumir atitudes europeias para abandonar sua condição de Outro. No entanto, isso acaba por alimentar uma percepção interna de inferioridade.

Qual é nossa proposição? Simplesmente esta: quando os negros abordam o mundo branco, há uma certa ação sensibilizante. Se a estrutura psíquica se revela frágil, tem-se um desmoronamento do ego. O negro cessa de se comportar como indivíduo acional. O sentido de sua ação estará no Outro(sob forma do branco), pois só o Outro pode valorizá-lo.(FANON, 2008, p. 136)

Fanon defende a apropriação da violência como uma via de insubordinação às opressões enfrentadas, processo que só pode ocorrer a partir do momento em que o negro passa a recusar uma posição vitimizadora, reconhecendo que parte da estrutura do sistema que o oprime também lhe pertence. Uma proposta em que a violência “é, dessa maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim” (FANON, 2010, p.66).

Hutchings e Fraser (2008) resgatam o criticismo de Arendt (1973) quanto à concepção de Fanon sobre a violência para demonstrar como o trabalho de ambos autores não estão, necessariamente, em oposição, mas em complementariedade. A filósofa judia trabalha com a violência como uma forma de ausência de poder, e sua crítica ao modo revolucionário e marxista defendido por Fanon e outros autores contemporâneos ao seu pensamento (como Sartre, autor do prefácio da primeira edição de Os condenados da Terra) aponta a impossibilidade de encontrar, em vias violentas, um caminho para a liberdade individual ou o

desafio ao status quo do poder de grupos opressores; a prática da violência também possuiria aspectos éticos dissociados de condições reativas a causas emocionais ou biológicas, o que também refutaria a adoção do fenômeno como uma resposta efetiva a situações como as que descritas por Fanon.

No entanto, Hutchings e Fraser encontram caminhos próximos entre as duas percepções sobre violência, uma vez que criticam as limitações de Arendt quanto a observar a violência apenas por um viés funcionalista, sem levar em conta consequências que demonstram, de fato, seu caráter intrínseco a relações estruturais que, uma vez capazes de ocasionar consequências físicas e psicológicas em suas vítimas, atesta sua relação com uma prática próxima a uma imposição de poder, tal como as autoras concluem a partir das observações de Fanon aos efeitos do racismo e do colonialismo sobre a população da Argélia, ao usá-la como exemplo no contexto da colonização daquele país:

He shows how the practice of violence as a political technique is secured only through the production of particular kinds and inter-relations of subjects. The torturer is unable to stop hearing the screams. A child is unable to grasp that the killing of a friend on grounds of enemy identity might be wrong. These examples give indirect evidence of the amount of work needed to render torturing and killing intelligible as political techniques. Political power works here through the body not only repressively and instrumentally but also, in a Foucauldian sense, productively. (FRASER, HUTCHINGS, 2008, p. 19)

Encontrar um eixo racial em aspectos estruturais de sociedades formadas a partir da relação entre um poder de origem eurocêntrica sobre a subjugação de povos racializados é uma alternativa para encontrar a responsabilização direta do Estado às situações de violência que estão entre as motivações da pesquisa, contra mulheres negras, da mesma forma como já houve o respaldo quanto às opressões motivadas por gênero como sendo de responsabilidade do estado. Finalizando esse objetivo, vale mencionar Mbembe (2016) e a proposta metodológica de pensar as práticas do Estado a partir de uma necropolítica, baseada no poder de escolha de quem deve viver, e quem deve morrer, e que ocorre a partir do momento em que há políticas econômicas ou, coniventes a uma perspectiva liberal, que permitem que

armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos (...) Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas(...), o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”(MBEMBE, 2016, p.146)

Quanto ao combate da violência de gênero, uma abordagem que se destaca é a cobrança por medidas de políticas públicas que trabalhem com a intersetorialidade do problema, inclusive com a saúde pública. Uma conquista significativa foi a criação dos Agravos de notificação, em que serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde devem realizar a notificação em casos de violência doméstica, sexual e/ou outras formas de violências, uma norma que é considerada obrigatória para crianças, adolescentes, mulheres e idosos¹⁹. Schraiber, D' Oliveira, Portella, Menicucci (2009) encontram aproximações entre as articulações realizadas por movimentos feministas para que a questão do gênero fosse vista como uma questão social e houvesse a implantação de aparelhos jurídicos de assistência às vítimas de violência, com a própria ideia de Saúde Coletiva, aqui entendida como a perspectiva da Saúde como um direito fundamental. As autoras encontram tal similaridade por meio do próprio uso do termo coletivo, que aqui responsabiliza o Estado pela garantia dos direitos à saúde, ao mesmo tempo em que expande o direito para os campos privados e individuais, uma expansão de direitos que também é observada nas discussões pelos direitos das mulheres. Uma vez situada entre as pautas da saúde coletiva, a violência de gênero encontra um campo que, em relação ao Estado, já possui a necessidade de sua interdisciplinaridade reconhecida, o que pode levar ao enfrentamento do problema a níveis intersetoriais, algo de suma importância para o movimento feminista:

Neste movimento, de um lado, o campo abre-se ao social e ao cultural para compor seus saberes e práticas, sob o conceito de integralidade. De outro, progressivamente constitui como sua competência produzir conhecimentos e atuar nas políticas de saúde, no planejamento, gestão e avaliação dos serviços, e no provimento de atenção integral à saúde da população em todos seus segmentos. No que tange especificamente às mulheres, fica evidente a convergência desses propósitos com aqueles da tomada da violência de gênero contra a mulher como questão social e científica.(SCHRAIBER et al, 2009, p. 1022)

¹⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude>>

Essa abordagem também interessaria ao recorte de cor, uma vez que a saúde pública é uma das áreas com mais proeminência da atuação de profissionais e ativistas do movimento negro, que por décadas denunciam o racismo institucional do sistema e já obtiveram algumas vitórias significativas.

Nesse sentido, é uma abordagem em que a questão racial é reconhecida como um problema inerente a instituições públicas que deveriam garantir um direito fundamental a todos, ao mesmo tempo em que a violência de gênero, novamente, é reconhecida como um problema do Estado. Segundo Werneck (2016), um fator decisivo para a mobilização em torno da discussão do critério de cor na saúde foi a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, em 1995, em que milhares de ativistas se unem na capital do Brasil e criam um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Nos anos seguintes, o comitê assumiria um caráter consultivo para o governo, ao ser responsável por pensar em ações que se transformariam, nas décadas seguintes, em políticas reais de promoção dos direitos da saúde da população negra, entre as quais podemos destacar o Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS (Brasil, 2010). Nele, o Ministério da Saúde reconhece

e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência (BRASIL, p. 2017)

Entre as iniciativas destacadas pelo documento, está a portaria O Ministério da Saúde, por meio da sua Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017, que institui a autodeclaração de pacientes do sistema único de saúde, com exceção de casos de recém-nascidos, óbitos ou situações em que há impossibilidade do paciente em dizer algo (BRASIL, 2017). O princípio da equidade está por trás da necessidade da lei em ser instituída, que leva o SUS à preocupação em gerar indicadores sociais que possam constatar a permanência de padrões desiguais no atendimento à saúde entre populações.

Investigar a violência de gênero e seu recorte racial a partir de uma perspectiva de fenômeno social que deve receber o combate do Estado é fundamental para compreender o discurso do ciberfeminismo negro quanto ao tema, e de que forma isso deve estar presente na produção noticiosa, uma vez que enxergamos na Imprensa uma prática que, mais do que circular informações, propicia debates e, conseqüentemente, mobilizações sociais necessárias para a luta por políticas públicas que resultem na luta pela cidadania e garantia de Direitos Humanos

a todos. A partir do momento em que estabelecemos as necessidades esperadas para a ação da Imprensa, é necessário compreender os valores que permeiam a produção noticiosa e que estipulam os limites para a eventual proposta do seu uso como um meio de mobilização social para o tema que motiva nosso trabalho.

3. OBJETIVIDADE E RACIALIZAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo, vamos trabalhar as dinâmicas que encontramos entre objetividade, ciência e racismo, e as apropriações dos dados a partir de perspectivas cidadãs ou contra hegemônicas, que ocorrem em movimentos sociais e em iniciativas de Ongs e Instituições do Terceiro Setor, e até mesmo em narrativas do jornalismo mais comprometidas com a comunicação de dados.

Com a internet, o que era considerado receptor da notícia, o público, também pode produzi-la ou, ao menos, pautar o que vai ser considerado acontecimento noticioso, como é o caso do ativismo e da violência de gênero. Ao mesmo tempo, encontramos o uso de dados sob uma lógica de apropriação ou como uma estratégia de combater práticas excludentes quanto à validação de Direitos de grupos originalmente marginalizados. Há uma parte da Imprensa que também não ignora a urgência da questão racial para a discussão de uma série de problemas sociais no Brasil. É cada vez mais comum a proliferação de notícias que destacam a incidência maior de vítimas negras em casos de violência policial, feminicídio, violência obstétrica, entre outros, conforme encontramos em produções noticiosas filtradas pelo Portal Geledés. Conforme veremos no nosso corpus de pesquisa, os resultados do Mapa da Violência (2015) foram exaustivamente divulgados, principalmente em datas ligadas ao combate a violência contra mulheres. Números são acompanhados pelo destaque à cor de seus sujeitos, mas até que ponto a denúncia, com o uso das estatísticas, contribui para a análise estrutural da situação do racismo no país? Collins (1993) alerta para um uso disciplinador de estatísticas que estabelecem relações entre doenças epidemiológicas e um olhar higienista sobre o comportamento de mulheres negras, sobretudo o sexual. Como exemplo, ela menciona a imagem da “welfare mother”, estereótipo de mulher solteira e preguiçosa, que ao ter muitos filhos, apenas perpetua um ciclo de pobreza e desequilíbrio social:

With such high levels of Black poverty, welfare state policies supporting poor Black mothers and their children have become increasingly expensive. Creating the controlling image of the welfare mother and stigmatizing her as the cause of her own poverty, welfare mother and stigmatizing her as the cause of her own poverty and that of African-American communities shifts the angle of vision away from structural sources of poverty and blames the victims themselves. The image of the welfare mother thus provides ideological justification for the dominant group's interest in limiting the fertility of Black mothers who are seen as producing too many economically unproductive children. (COLLINS, 1993, p. 77)

Mas, ao mesmo tempo, conquistas do movimento negro, sobretudo na área da saúde, sobre o uso da atenção à raça/cor em setores de avaliação do atendimento da saúde pública brasileira, demonstram que há a percepção sobre uma relação direta entre o racismo institucional e a ausência de informações sobre a saúde da população negra, leitura que poderia remeter a uma espécie de embate discursivo; temos uma forma de categoria de representação que, ao invés de reafirmar valores que são predominantes para boa parte da sociedade ou do meio em que circula (no caso, as ciências), aqui assume uma posição de sujeito combativo, em que revela sentidos de exclusão e preconceito de um discurso em que, e sua superfície, é neutro, ou parcial em seu cientificismo. Pelas estatísticas e sua manipulação pela Imprensa e pelo ciberespaço, podemos começar a análise sobre as estratégias utilizadas por ciberativistas negras para elaboração e compartilhamento de seu discurso antirracista, de que forma elas estão adaptadas aos desafios oferecidos pela própria rede e até que ponto podemos remeter essa relação ao que já é observado com o uso das estatísticas pela Imprensa, análises presentes no momento em que realizamos nosso Estudo Comparativo.

3.1 OS “LADOS” DA OBJETIVIDADE

Em seu estudo clássico sobre a objetividade, Tuchmann observa como, dentro da prática jornalística, o conceito da objetividade possui um viés estratégico, uma necessidade de reconhecimento da Imprensa como um campo de autoridade quanto à verdade, uma proteção para eventuais “erros e críticos”(TUCHMANN, 1993, p. 90). Júnior e Antonioli (2016) realizaram um estudo em que encontraram um caminho evolutivo para as discussões a respeito da objetividade e suas relações com a produção da notícia, uma vez que encontram nos estudos de Shoemaker(2011) uma perspectiva macrosociológica de produção noticiosa, que leva em consideração interesses pessoais, institucionais, empresariais (tal como as teorias clássicas do newsmaking), mas já aponta o papel da audiência para a definição do que possa ser considerado

relevante a ponto de ser transformado em pauta, um ponto de vista que os autores associam aos trabalhos de Bruns(2014) sobre o papel do público como Gatewatchers, ou críticos da informação.

Hoje, as práticas de gatekeeping perdem sentido e são substituídas pelo gatewatching. Esta abordagem avalia que a internet mudou radicalmente a comunicação social, e o papel do jornalista como gatekeeper foi abalado a partir do momento em que a audiência assumiu uma função importante na “curadoria” da informação (JÚNIOR; ANTONIOLI, 2016, p. 48).

Para a compreensão da noticiabilidade, Silva(2013) considera três eixos: os fatores que levam o interesse a uma notícia, os fatores de controle da notícia pela empresa que a produz, e o eixo em que há os fundamentos ético-epistemológicos que levam um acontecimento a se transformar em um fato. Para fins de discussão sobre noticiabilidade, os dois primeiros eixos trabalham com estudos que exploram a ideia de valor-notícia. A partir de Campbell (2004), a autora discute a possibilidade do uso dos valores-notícia como parâmetros para “a seleção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, a seleção de fatos noticiosos também determina os valores-notícia. Ou seja, valores-notícia seriam causa e consequência da seleção”(SILVA, 2013, p. 106). No entanto, é importante ressaltar a importância dos demais critérios de noticiabilidade que acabam por rechaçar a possibilidade de critérios e categorias pré-determinadas serem únicos e exclusivamente os parâmetros para a seleção e produção da notícia.

Quanto aos fatores mais intrínsecos do acontecimento que não são trabalhados pela autora, encontramos uma discussão próxima no estudo da presença da ideia de objetividade na produção noticiosa, a partir de Sodré (2009), que parte de uma concepção positivista para distinguir os mecanismos distintos ligados ao discurso jornalístico. Além de encontrar três categorias diversas (fatos, acontecimentos e notícias), o autor também observa um paralelo entre o processo de produção da notícia para o método científico e positivista do pensamento moderno: a informação parte de eventos, circunstâncias menores, até chegar no cenário complexo e intricado de sentidos, que   o da notícia. O autor também vai estruturar sua crítica a partir de uma perspectiva kantiana, a partir da qual vai categorizar fato como algo que pode ser provado pela razão e por uma perspectiva dos fatos. O acontecimento é o fato inserido no contexto social da produção da notícia, estruturado a partir de códigos discursivos como o enquadramento e os critérios de noticiabilidade. O autor busca na definição da “verdade do necessário”, atribuída à lógica para situar a verdade da prática do jornalismo em um campo oposto, o do “verossímil”, em que a credibilidade também é fundamentada a partir de quem enuncia o discurso. Na grande imprensa, ou nos meios midiáticos de maior circulação social,

há uma relação de credibilidade que vai ser marcada por um entendimento do que deve ser considerado hegemônico ou aceito, um consenso do que é considerado parte do real ou da ordem aceita sobre o mundo:

Por outro lado, o enquadramento midiático do fato social, ao mesmo tempo em que exclui um certo número de possibilidades, projeta um sentido que organiza as experiências em torno da ocorrência. O “quadro” – na prática, o marcador – implicado na notícia pode abrir-se para muitos possíveis se houver condições retóricas e narratológicas de desdobramento do fato. Mas se mantém sempre a perspectiva de uma unidade factual, necessária à manutenção de uma fala coletiva – promotora de organização social, pertencimento comunitário e recreação – capaz de produzir a continuidade concreta do discurso dos cidadãos republicanos sobre seu mundo, ameaçado pela multiplicidade e fragmentação dos fatos brutos. (SODRÉ, 1999, p. 95)

Uma vez comprometido com a realidade construída a partir de uma perspectiva moderna, a objetividade impõe desafios para a representação da racialidade, que como veremos, é um elemento de exclusão e disputa quanto ao lugar do negro dentro de uma ontologia do que é considerado natural ao campo social.

3.2 DATAFICAÇÃO, RACISMO E OPEN DATA

O epistemicídio é o reconhecimento do branqueamento da representação intelectual em diversas áreas, ocasionada, em parte, pela falta de acesso à prática da ciência e da construção do conhecimento social, segundo Carneiro (2005). Seu trabalho sobre o tema parte de um viés foucaultiano, pelo qual o saber é interiorizado ao poder, em que

os discursos produzidos sobre as relações raciais seriam elementos privilegiados de decodificação dos poderes neles inscritos, das disputas neles presentes, das correlações de forças que os animam. Isso nos autoriza a adotar como premissa inicial a intencionalidade de cada saber produzido, suas relações intrínsecas com as relações de poder que impulsionam o seu desenvolvimento; a constituição de um campo de pesquisa como instância de reprodução de um poder específico que instauram novos campos de disputas e relações de poder.” (CARNEIRO, 2005 p. 32)

O silenciamento de uma perspectiva epistêmica da população negra é mais um elemento que reforça o não-lugar do Negro diante da construção de uma ontologia do Ser, tornando-se o desconhecido que não estaria presente nas concepções do que vem a ser considerado como integrante das especificidades humanas dentro de um contexto de práticas sociais. Há a construção de uma polaridade que encerra a perspectiva branca dentro de uma racionalidade que, em contraposição ao lugar onde está o que ou quem é o Negro, não há o reconhecimento de uma dimensão social ou atrelada à razão. É o que Carneiro atribui como “ontologia do ser e ontologia da diferença”, ainda sob a perspectiva de Foucault a respeito das relações de poder a

partir das práticas de reconhecimento do saber (CARNEIRO, 2005, p. 42). Apesar do final do período escravocrata, a autora também conclui que há a perpetuação da falta de acesso ao Negro para uma produção científica sobre e a partir de suas experiências e conhecimento, uma vez que

a passagem da escravidão para a libertação representou a passagem de objeto de trabalho para objeto de pesquisa. A invisibilização da presença negra na cena brasileira, que gradualmente vai se processando, contrasta com a vasta produção acadêmica que irá se desenvolvendo em torno dessa nova condição de objeto de estudo. Um epistemicídio que constrói um campo de saber fundado num manifesto, numa convocatória como se pode considerar a conclamação de Sílvia Romero. A contrapartida é o também crescente embranquecimento da representação social. Duas manobras que vão promovendo, ao nível da reconstrução do imaginário social sobre o país, o branqueamento em todas as dimensões da vida social. (CARNEIRO, 2005, p. 57)

O estudo de Carneiro encontra uma ressonância, ainda que distante, às perspectivas de autores da Teoria Crítica Racial sobre o branqueamento das ciências exatas, e em que medida isso acaba por trazer um viés ao pensamento positivista que está distante de sua pretensa neutralidade. Zuberi (2008), por exemplo, relaciona a própria formação das estatísticas a uma perspectiva que poderia ser considerada excludente do ponto de vista racial: ao ser criada no auge do positivismo científico, a Estatística, partindo do reconhecimento de que era exata, contribuiu para excluir fatores que não poderiam ser explicados pela lógica, mas por outras questões estruturais da sociedade, tal como o racismo, ou seja,

early in its development, social statistics were inextricably linked to the numerical analysis of human difference. Eugenic ideas were at the heart of the development of statistical logic. This statistical logic, as well as the regression-type models that they employed, is the foundation on which modern statistical analysis is based. (ZUBERI, 2008, p. 9).

Há duas linhas distintas para a abordagem da raça em estudos com temática racial. James (2008) encontra duas categorias entre aqueles que utilizam raça enquanto uma dinâmica social, e pesquisas em que a categoria é utilizada como um fator fixo. A distinção é importante pois, enquanto na primeira perspectiva as dinâmicas raciais são inseridas dentro de um contexto interacionista com outros elementos sociais, determinar raça como uma categoria invariável leva a estudos de cunho determinista e no qual a cor é o elemento que justifica situações de violência e vulnerabilidades sociais; em outras palavras, há em certa medida uma responsabilização da pessoa racializada quanto aos problemas sociais aos quais é associada. Em outras palavras, no último caso, em estudos quantitativos a raça é uma variável “demográfica ou de controle, o que implica em uma neutralidade teórica que não encontra embasamento nos

argumentos e técnicas usadas pela pesquisa”(JAMES, 2008, p. 245)²⁰. A autora elabora um esquema em que é possível compreender a ligação direta entre a neutralidade dos estudos quantitativos sobre raça ao abordarem a mesma como categoria fixa, e uma ideologia racial que uma vez que encontra tal viés sobre a cor, atribui a ela um conjunto de significados deterministas:

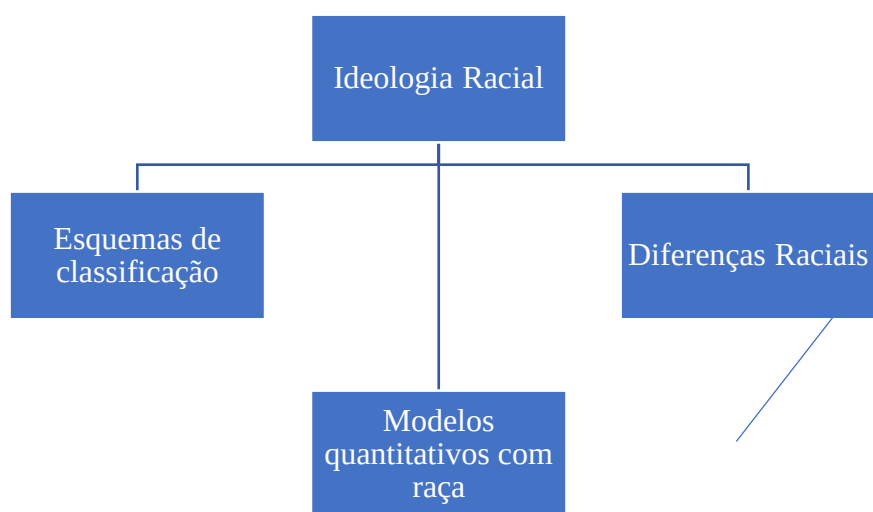


Figura 1 Esquema para o estudo de raça, a partir de James (2008)

Ao analisar a revisão bibliográfica sobre o uso de raça em estudos quantitativos, Muniz (2010) aponta uma “antinomia” ao redor da variável: se por um lado há a relevância de incluir o discurso racial em meio ao debate político e acadêmico, o seu uso sistemático e destituído de suas complexidades sociais incita uma análise simplificada e que contribui para a perduração de estereótipos. Um dos motivos apontados pelo autor para essa contradição é o fato da classe analítica raça não ser contextualizada por um olhar que vá além da auto identificação dos grupos

²⁰ Tradução da autora.

que são racializados, o que acaba por acarretar em outra forma de estratificação social, uma vez que ao tornar raça em constante, quando ela é variável, revelam-se três problemas. O primeiro deles, segundo o autor, seria a aplicação incorreta de benefícios de cotas, sem levar em conta o contexto social dos beneficiados, o que poderia acarretar em uma distribuição desigual do benefício (em situações de vagas para ensino público, por exemplo). O segundo é a negação da mudança das próprias dinâmicas históricas que alteram as definições sobre raça, que não pode ser vista apenas como uma questão fenotípica, ou da cor da pele. E por fim, a própria dificuldade em agrupar pessoas declaradas pretas e pardas na mesma categoria, uma vez em que

ao funcionar como uma válvula de escape para os incertos, a categoria dos pardos contribui para aumentar a instabilidade temporal classificatória. A mistura racial, representada pelos pardos, contribui para a ausência de distinções raciais claras e impossibilita assim a implementação de intervenções direcionadas a grupos raciais específicos. (TELLES, 2004; BAILEY, 2008; TELLES & SUE, 2009 apud MUNIZ, 2010, p. 285).

No entanto, Languardia (2010) alerta para a crítica excessiva ao redor do uso da categoria raça, por não reconhecer a importância delas dentro do imaginário coletivo. Para o autor, a percepção da influência dessa categoria pode ser decisiva para o acesso e o cuidado à saúde, ao mesmo tempo em que padrões sociais também influenciam as limitações de oportunidades de saúde de qualidade oferecidas à população negra, sendo decisiva para a incidência maior de várias doenças.

Isto não significa negar que as frequências de certas variantes de alelos de genes mutantes entre pessoas que compartilham de uma origem geográfica ou cultural não possam vir a ter valor científico para as pesquisas em saúde. Entretanto, uma assinalação racial no contexto etiológico de uma doença não apenas contradiz tudo o que se tem aprendido da biologia, da genética e da história, mas também propicia a perpetuação de desigualdades na saúde de populações minoritárias. As pesquisas que equivocadamente assumem a existência de diferenças biológicas inerentes entre pessoas por algumas características físicas podem incorrer no erro de atribuir uma relação causal entre um fenômeno clínico ou fisiológico complexo e aspectos arbitrários da aparência externa, pois é pouco provável que haja associação direta entre uns poucos genes responsáveis por algumas características fenotípicas e a ocorrência de doenças de caráter multigênico ou variações no efeito terapêutico de uma droga. (LANGUARDIA, p. 211)

Apesar de parecer antagônicas, a defesa do uso de raça como variável e aquela como constante será mais devido a uma “incompatibilidade teóricometodológica”(MUNIZ, 2010, p. 286); o consenso de que há uma ligação direta entre vulnerabilidades sociais e racialidade acaba ser decisivo para que a questão racial seja colocada em pauta e, mais do que isso, possa legitimar

discursos de atores sociais em diversos espaços midiáticos, conforme veremos a partir do exemplo do Mapa da Violência, em nossa análise.

Gutiérrez (2017) encontrou definições de Data Activism que corroboram a necessidade de ativistas utilizarem estatísticas, geralmente oriundas do Poder Público, como uma ferramenta de endossamento objetivo ao campo de suas próprias mobilizações sociais, uma vez que este é permeado por subjetividades e discursos ideológicos que por vezes perdem crédito às críticas diante de uma demagogia que não consegue se sustentar pelo o que é considerado fato ou verídico, o valor da objetividade aqui demonstrado como moeda de troca para credibilidade, tal como será discutido no próximo capítulo. Baseada na teoria de ação comunicativa de Habermas, Gutiérrez identifica uma relação poliédrica nas iniciativas por dados, atribuindo um caráter “empírico-analítico, porque ao lidar com dados elas envolvem uma exploração científica; hermenêutica, uma vez que os datasets precisam ser interpretados; e crítica, uma vez que eles estão ligados a uma causa que vai ser lida por fatores sociopolíticos”(idem, 2017, p. 50) . Usar os dados envolve a criação de uma relação que é orientada a ligar atores e informações a um mundo permeado pela objetividade; envolve estabelecer novos contratos políticos, uma vez que os dados passam a ser utilizados para a *advocacy* de causas específicas do grupo ativista que está fazendo uso dessas informações, tornando-se elementos de uma espécie de performance, uma vez que a interpretação dos dados ocorre sob um teor de denunciismo e de estratégias discursivas que possam trazer à luz a urgência do significado das estatísticas que antes, ao serem divulgadas em seus bancos de dados originais, estavam relacionadas apenas a um campo objetivo e destituído de propósitos alarmistas, mas pertencente a um ethos de credibilidade o qual apenas a narrativa da mobilização social não seria capaz de sustentar dentro do discurso ativista. Milan e Van der Velder (2016) apontam para a necessidade de uma construção epistemológica do ativismo por dados que enfatizem a relação da apropriação de informações quantitativas com ações políticas em que haja a autonomia e defesa de direitos de segmentos sociais outrora marginalizados; e engajamento a partir dos dados precisa ter uma perspectiva em que haja a elaboração de parâmetros morais que definam como os dados ajudam na construção de um agendamento marcado pela democratização da informação e participação deliberativa e cidadã.

We should also ask higher-order questions concerning the interplay between data activism and datafication, and between data activism and the evolution of democracy more in general. How is data constructed or enacted, and what values and modes of understandings are inscribed in this process? (How is data “co-produced”?). What are the political and democratic possibilities of data? How do data and data activism partake in shaping larger societal issues, and how do they affect our behaviour in relation to those? What lessons might data activism hold for contemporary social movements and the citizenry at large? How does data activism contribute to (re-)define the ways we think citizenship, engagement, and democratic deliberation and participation?(MILAN, VAN DER VELDER, 2016, p. 69)

Podemos observar a presença do viés cidadão no Decreto que instituiu a Política de Dados Abertos no Poder Executivo Federal brasileiro. No texto, há a necessidade de estabelecer uma cultura de participação pública e democrática por meio do acesso aos dados, em que ao poder público recai a responsabilidade para que haja a

V -criação de processos para o engajamento de cidadãos, com o objetivo de facilitar e priorizar a abertura da dados, esclarecer dúvidas de interpretação na utilização e corrigir problemas nos dados já disponibilizados; e VI - demais mecanismos para a promoção, o fomento e o uso eficiente e efetivo das bases de dados pela sociedade e pelo Governo(BRASIL, 2016)

Recentemente, o Artigo 19, organização de Direitos pela Liberdade de Expressão, divulgou o relatório #InvisibilidadeMata, uma proposta de guia sobre as principais fontes de dados públicos do país sobre o feminicídio. O uso do Open Data como uma ferramenta cidadão é apresentado como uma forma de garantir a participação da sociedade civil enquanto vigilante das medidas realizadas pelo Poder Público em várias instâncias. O uso de dados abertos, portanto, é apenas a primeira etapa para uma mobilização social:

a maioria dos dados publicados no Brasil são usados para ajudar na visibilidade e visualização do problema do feminicídio, mas nem sempre para servir de base para ações que buscam evitar esse crime. Os dados ajudam a dimensionar a magnitude de um problema e mobilizar instituições e pessoas em torno da questão. No entanto, uma vez que o problema é reconhecido, é necessário potencializar a criação de campanhas, políticas e mecanismos de prevenção. Isso requer dados mais detalhados, temáticos e específicos. É importante que sejam gerados conjuntos de dados que facilitem a contextualização do fenômeno(ARTIGO 19, 2018, p. 21)

O *DataActivism* aparece como um contraponto ao uso sistemático de ferramentas e estudos quantitativos que ao fazerem uso da prática de valores de neutralidade para a explicação de fenômenos, o fazem em detrimento de contextos sócio-históricos e de análises de dinâmicas sociais que, uma vez reconhecidos em sua importância, evidenciariam as complexidades nas

interações entre atores sociais distintos e suas interfaces com aspectos estruturais de relações de poder já institucionalizadas, o que abriria o caminho para a crítica desses modelos e a responsabilização de problemas como o racismo e a violência. A seguir, nossa pesquisa

apresenta como o uso engajado de dados por uma cobertura noticiosa não convencional e por ativistas negros exerce uma influência decisiva na elaboração de narrativas que diferem daquelas que encontramos no conteúdo da Folha de São Paulo.

4. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Nos capítulos anteriores, buscamos a fundamentação teórica das questões que permeiam o objetivo central do nosso trabalho – a análise da abordagem midiática (pela Imprensa e pelo ciberativismo) a respeito da violência contra a mulher negra na sociedade brasileira. Uma vez que encontramos o ponto de partida teórico das questões que representam os objetivos específicos do nosso trabalho, vamos apresentar, no presente capítulo, o desenvolvimento e a análise dos dados que nos levaram às respostas iniciais da principal inquietação da pesquisa. As conclusões encontradas também abriram caminhos para novas perguntas cujos desdobramentos não se esgotam no presente trabalho.

Conforme será explorado a seguir, trabalhamos com a metodologia da The Grounded Theory, ou Teoria Fundamentada. Por ela estabelecemos três etapas, que participaram, de diversas formas, para o alcance de cada um dos objetivos da pesquisa. A partir das categorizações encontradas no material escolhido para a pesquisa, houve a identificação dos padrões de valores e narrativas almejados para compreender o conteúdo da Folha de São Paulo e do Portal Geledés. Mas a partir das codificações iniciais realizadas pelas primeiras leituras dos textos selecionados, houve a necessidade da elaboração de memorandos sobre o discurso implícito nas principais fontes especializadas e presentes nos textos analisados, que consistem em relatórios ou dossiês que trazem dados sobre a situação da violência cometida contra mulheres negras, alimentados por informações retiradas em bancos de dados públicos e análises que procuram justificar os resultados dos números encontrados. Eram, portanto, fontes que estabeleciam certa autoridade sobre a produção noticiosa e a produção dos textos opinativos analisados durante a pesquisa, uma vez que reúnem valores (análise de dados, contextualização social dos problemas encontrados) que procuram legitimar a urgência do tema, ao lidarem com noções de objetividade (dados estatísticos encontrados) e fato social-histórico (a proposta de

descrever a realidade social que está por trás desses dados) necessários para combater as ideias de especulação ou negação de racismo comumente associados ao discurso do movimento negro.

Dessa forma, destaca-se a análise, sobretudo, do discurso presente no Mapa da Violência enquanto documento de *data activism*, texto de autoridade que acabou por ser a principal fonte das reportagens e dos textos opinativos do período selecionado para análise e que divulgavam dados sobre o feminicídio contra mulheres negras, uma vez que foi divulgado em novembro de 2015, em que a pauta do feminismo estava em evidência por uma série de acontecimentos, ao mesmo tempo em que houve a realização da Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Com a microanálise do Mapa, há a definição das categorias importantes para a revisão dos códigos até então encontrados no corpus da pesquisa. Os conceitos encontrados acabaram por constituir as propostas de novos norteamentos teóricos e substantivos para a preocupação central do trabalho: encontrar os principais valores que permeiam a cobertura da Imprensa no que diz respeito à violência contra a mulher negra na sociedade brasileira, e de que forma tal cobertura noticiosa interage e disputa narrativas com a produção online de representantes do movimento social negro (ou ciberativistas negras) a respeito do mesmo tema.

Em relação à metodologia, o processo de indução adotado a partir da revisão sistemática e contínua do corpus da pesquisa encontra seu referencial na *The Grounded Theory*, ou Teoria Fundamentada. Na primeira parte do presente capítulo, vamos apresentá-la, sendo necessário referenciar, na linha do tempo da pesquisa, o desenvolvimento das etapas consideradas comuns às perspectivas comumente adotadas da metodologia, demonstrar de que forma estão presentes no trabalho. Na segunda parte, vamos apresentar os veículos escolhidos para a coleta de dados e quais foram as primeiras categorias encontradas; e por fim, na última parte, haverá o refinamento das categorias que nos levarão aos conceitos para uma nova perspectiva teórica e substantiva a respeito do lugar do recorte racial na abordagem da violência de gênero na Imprensa e nos ambientes digitais ocupados pelo ciberativismo negro, um dos objetivos específicos do nosso trabalho.

4.1 THE GROUNDED THEORY

A teoria fundamentada surgiu a partir de duas vivências distintas de pesquisa. Seus criadores, ou precursores – sendo essa última definição adotada por pesquisadores que defendem que não há um momento de elaboração da *the Grounded theory*, mas uma descoberta, ou instante de reconhecimento sobre a existência da mesma – Glaser e Strauss, atuavam em lados que poderiam ser considerados praticamente opostos em relação ao olhar sobre o que é a

prática da análise em pesquisa. Enquanto Glaser era oriundo de uma trajetória imersa na pesquisa quantitativa, dentro de um contexto da pesquisa social, Strauss tinha suas experiências atreladas à perspectiva crítica da Universidade de Columbia a respeito da pesquisa qualitativa (SANTOS et al, 2016). A aliança de um encaminhamento positivista – este representado pela rigorosidade na análise dos dados – com um viés que valorizava a experiência e a sensibilidade para olhar de uma forma holística o significado sociocultural de um dado, resultou na criação, ou descoberta, da Teoria Fundamentada por Glaser e Strauss, em que houve o estabelecimento de um padrão de análise caracterizado, principalmente, pela emergência teórica a partir dos dados, ou um processo que se destaca por procedimentos indutivo-dedutivo a partir do relacionamento entre pesquisador e corpus de pesquisa.

Enquanto Glaser procura manter uma fidelidade maior ao aspecto fechado, de análise condicionada apenas aos dados da pesquisa, Strauss permite uma abertura maior ao conhecimento prévio do pesquisador, a partir do qual houve o que Leite (2016) denomina como escola construtivista da metodologia.

Grounded Theory deve ser reconhecido como metodologia de pesquisa qualitativa, ou seja, metodologia Grounded Theory (MGT), e como resultado de sua aplicação espera-se obter a construção de uma Grounded Theory (GT) acerca de um determinado processo social ou psicossocial. (LEITE, 2015, p. 78)

Diante dessa perspectiva, não há uma negação completa a um viés dedutivo na pesquisa, uma vez que há o reconhecimento da influência de predecessores teóricos sobre o tema a ser investigado no trabalho; mas, ao mesmo tempo, não há uma disposição ao uso dos dados como forma de “provar uma teoria”: uma vez que há o estabelecimento do corpus a ser utilizado, o processo indutivo passa a nortear boa parte das atividades reflexivas do pesquisador.

As primeiras etapas do processo de codificação podem ser consideradas os passos iniciais da independência intelectual do pesquisador, em que há a busca pelos componentes iniciais da pesquisa e as primeiras tentativas para agrupá-los pela identificação de possíveis padrões que compartilhem (Bryant, 2016). A partir das primeiras categorizações, já podemos identificar as primeiras associações que ocorrem a partir das semelhanças encontradas entre os códigos, já relacionados com o repertório pessoal do autor, em que as inferências ocorrem a partir dos dados, mas influenciadas por referências teóricas ou experiências de pesquisa anteriores:

As the researcher categorizes, he or she raises the conceptual level of the analysis from description to a more abstract, theoretical level. The researcher then tries to define the properties of the category, the conditions under which it is operative, the conditions under which it changes, and its relation to other categories.(BRYANT, 2016, p. 121)

Isso nos leva, portanto, a uma forma de inferência que Leite identifica na proposta construtivista de Strauss em conjunto com Corbin (2008), também identificada no trabalho de Bryant e Charmaz (2007): um processo abduutivo da pesquisa. Aqui, entende-se a abdução como um processo lógico em que a conclusão é meramente provável, mas é obtida a partir de uma reflexão certa e criativa, cujo resultado é um conjunto de hipóteses explicativas, tal como definido por Peirce (1984).

O processo abduutivo, segundo Leite, acaba por dar ao processo de análise da Teoria Fundamentada um viés interacionista entre formas distintas de procedimentos de reflexão.

Enfim, diante desse movimento comparativo e iterativo, pode-se, em síntese, considerar que tais raciocínios na Grounded Theory são operados de modo dialógico. Isso porque o raciocínio indutivo se manifesta quando os dados produzidos conseguem movimentar os sentidos do pesquisador. Já o dedutivo, que também deve ser considerado no processo, realiza-se quando o pesquisador, ao ser impactado pela potencialidade dos dados, empreende esforços para conceitualizá-los, formulando hipóteses que direcionem o entendimento de tais dados produzidos na tentativa abduitiva de construir uma formulação geral interpretativa do processo social em investigação. (LEITE, 2015, p. 80)

Dessa forma, achamos que conseguimos pôr, como prioridade, o estabelecimento do processo como o fio condutor da estrutura do nosso trabalho, tal como analisado por Strauss e Corbin (2008):

Independente de o pesquisador querer desenvolver teoria geral ou substancial, é essencial trazer o processo para a análise. O processo pode ser a linha organizadora ou a categoria central da teoria, ou pode assumir um papel de menor destaque. Independente do papel desempenhado, podemos pensar em processo como forma ilustrada que apresenta diferentes perspectivas e nos dá informações, mas, se alguém quiser ver o que acontece ou como as coisas se desenvolvem, deverá olhar para a figura em movimento. (STRAUSS, CORBIN, 2008, p. 175)

As conceituações teóricas encontradas passam por crivo de verificações sistemáticas a partir de aplicações contínuas nos dados já utilizados. São os elementos da teoria substantiva que poderá ser aplicada para modelos próximos à investigação realizada no momento de sua elaboração, mas que estará sempre suscetível a eventuais revisões por parte da relação do pesquisador com as inferências obtidas a partir dos dados disponíveis.

Fragoso, Recuero e Amaral(2012) também observam na metodologia uma flexibilidade e um viés exploratório que estão de acordo com os desafios oferecidos pela pesquisa na Internet, uma vez que a mesma possui uma natureza híbrida entre ser um local de pesquisa, o objeto da pesquisa e a ferramenta pelo qual há uma coleta de dados. Podemos aplicar essa situação a nossa pesquisa, uma vez que investigamos produções que foram originalmente produzidas na Internet (produções noticiosas da Folha Online, e produções de conteúdo filtradas pelo Geledés), coletadas na Internet (textos originalmente publicados na versão Impressa da Folha de São Paulo e o Mapa da Internet) e, de certa forma, condicionamos o resultado de nossa análise às características e possibilidades oferecidas pela própria Internet, o que faz com que ela não deixe de fazer parte dos nossos objetos de pesquisa.

Apesar de não ser um método simples, é interessante para quem deseja pesquisar o ciberespaço, pois propõe a atuação da análise em conjunto com o processo de coleta de dados, de forma a permitir que a teoria emersa do empírico. Assim é particularmente interessante aos dados obtidos em um campo onde ainda há uma profusão de dados para coleta e ainda um pequeno corpo teórico, como é o caso dos fenômenos do ciberespaço. (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2012, p.87).

Observar o caminho de análise e seus desdobramentos como processos dinâmicos significa que os resultados encontrados não foram construídos e interpretados a partir de um viés sistemático, ou de busca por uma fixação de conceitos absolutos. Havia a necessidade da elaboração de um processo que constituísse, em si, o próprio fim da pesquisa, representando, ao mesmo tempo, as evoluções das etapas adotadas e a organização dos critérios encontrados a partir da análise do corpus selecionado. Também era necessário estabelecer uma linha de coesão entre elementos constitutivos da nossa estrutura de análise, e aqueles que consideramos como parte das ações/interações realizadas ao longo do nosso trabalho. Uma vez que o fenômeno que queríamos tirar a partir de nossa pesquisa era a estrutura a ser moldada ao redor da cobertura de um veículo da Grande Imprensa para a cobertura da violência contra mulheres negras; as interações realizadas com os dados tirados a partir de perspectivas mais adequadas ao tema, ou de interesse mais próximo ao ativismo negro não poderiam descartar as características encontradas no veículo em questão (a Folha de São Paulo); não poderia haver uma definição de cobertura ideal, uma vez que não levaríamos em conta, nesse caso, percalços intrínsecos à característica do jornal, e que foram mais evidenciados a partir das categorias retiradas de sua análise.

4.2. O PORTAL GELEDÉS

Para o presente projeto, era necessário selecionar conteúdos publicados no período de 1º de novembro de 2015 a 1º de novembro de 2016, doze meses marcados por uma sucessão de eventos que contribuíram para uma exposição acima do comum sobre a violência de gênero na sociedade brasileira.

Em novembro de 2015, a UNESCO divulgou a edição do Mapa da Violência dedicada a feminicídios no Brasil. Uma informação que se destacou foi o aumento do índice de mortes de mulheres negras, em comparação a uma diminuição, ainda que sutil, dos casos entre mulheres brancas. A pesquisa saiu no mesmo mês em que houve a primeira Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, e que reuniu mulheres de todos os lugares do país naquela que foi considerada a primeira grande mobilização do feminismo negro brasileiro²¹.

Em 2016, um caso que chamou a atenção de movimentos sociais foi o assassinato, após torturas policiais, da jovem Luana Barbosa dos Reis, em Ribeirão Preto. Negra, pobre e lésbica, a vítima já havia sido presa e sofria constantes perseguições e ameaças da polícia local. Pela violência da ação que resultou em sua morte, houve uma mobilização intensa de mulheres negras em várias regiões do país e que segue até hoje (2018), com o acompanhamento da apuração do caso e o julgamento dos policiais envolvidos no crime²².

Foram acontecimentos que se juntaram à “Primavera Feminista” já mencionada no trabalho, o que possibilitou a reunião de um número considerável de produções de conteúdo que pautavam a violência de gênero. Restou à pesquisa, portanto, a realização de uma etapa de seleção de fontes dos textos e filtragem dos artigos, uma vez encontrados.

Havia a necessidade, portanto, da escolha de um veículo cujo conteúdo fosse considerado referencial para o discurso oriundo de movimentos negros e feministas, a partir do qual seria possível realizar a busca por padrões de estratégias e valores interpretativos e de discussão quanto ao que significa reconhecer as especificidades da violência de gênero em mulheres negras. Selecionamos o conteúdo divulgado pelo site de um dos institutos de direitos humanos e de luta antirracista mais consolidados do país, o Portal Geledés.

²¹ Diversos veículos divulgaram a Marcha como a primeira grande mobilização nacional de mulheres negras nas ruas. Um exemplo é da assessoria da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – Seppir: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras>

²² Notícia mais recente até o fechamento deste trabalho: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2018/10/23/grupo-protesta-em-audiencia-sobre-pms-acusados-de-espantar-e-matar-luana-em-ribeirao-preto.ghtml>. Acesso em 24 de outubro de 2018.

Criado no dia 30 de abril de 1988, o Instituto Geledés tem sua trajetória atrelada ao contexto de lutas emancipatórias do movimento negro feminista no período da democratização do país, quando houve o fortalecimento das articulações entre movimentos feministas para a implantação de políticas públicas pelos direitos das mulheres, ao mesmo tempo em que a luta antirracista também presenciava o aumento do seu escopo de atuação e presença nos movimentos sociais. Com a ênfase em gênero, raça e direitos humanos, o Geledés assume uma posição de enfrentamento a diversas formas de violência, combatendo “formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como a homofobia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social” (GELEDÉS, 2016). Como estratégias de atuação de defesa à cidadania, o instituto procura estabelecer projetos em diversas áreas, como na saúde, na educação, nas instâncias jurídicas, entre outros. Em 1995, o instituto inaugura seu portal online, que vai ganhar uma segunda fase em 2008. Uma característica que se sobressai no site é a diversidade de fontes dos textos divulgados; boa parte do conteúdo do Portal Geledés não é original, mas filtrada a partir de outros portais que publicam material opinativo e noticioso sobre os temas trabalhados pela instituição. Dessa forma, temos no portal um repositório de dados que se destaca pela pluralidade de olhares em que a construção da ideia de Cidadania e Direitos Humanos é realizada de forma conjunta, e tal proposta do site nos remete aos movimentos sociais em rede formados por mulheres negras e caribenhas, já mencionado no trabalho, ou até mesmo à ideia do feminismo negro de interseccionalidades de pontos-de-vista que revelam a relação estrutural entre opressões distintas. Ao estudar a dinâmica do site e a forma como o mesmo representa a Mulher Negra como Sujeito, Dias e Oliveira (2016) encontram

uma rede orgânica de informações compostas por três elementos que se encontram no mesmo nível de elocução: sujeito produtor; sujeito-ator; sujeito-leitor. Ou seja, todos possuem importância na produção de significados e são, em si mesmos, fontes de construção de sentidos. O que podemos considerar que se forme uma rede de diálogo ininterrupta. Isto é, a discussão perpassa por todos agentes sociais e permite que o conhecimento e a reflexão sejam construídos por todos. (DIAS; OLIVEIRA, 2016, p. 7)

Quanto à arquitetura do site, um estudo de Araújo, Bezerra e Oliveira (2018) concluiu que o portal possui alguns problemas de navegabilidade e organização. A partir do conjunto de elementos considerado basilares para a organização de informações de um site em sua arquitetura Top Down, e elaborado Rosenfeld, Morville, Arango (2015), os autores constataram

que não há a resposta para três das dez perguntas consideradas necessárias para a atribuição do conjunto²³:

- 1 – Onde estou? elemento presente pela presença da logomarca no topo do site;
- 2 – Eu sei o que estou procurando? Como faço para buscá-lo? : há uma ferramenta de buscas no top
- 3 - Como faço para percorrer este site?
- 4 - O que é importante e exclusivo sobre essa organização?
- 5 - O que há neste site? – aspecto ausente
- 6 - O que está acontecendo aí?
- 7 - Como faço para me envolver com vários outros canais digitais populares?
- 8 - Como posso contatar um humano?
- 9 - Qual é o endereço deles? – aspecto ausente
- 10 - Como posso acessar minha conta? – aspecto ausente

As percepções tiradas a partir da experiência dessa pesquisa é que há uma grande dificuldade quanto à busca por conteúdos direcionados a temas de interesse do pesquisador; apesar do esforço do site em separar seu material de forma lógica ou temática, os problemas encontrados para a coleta de dados evidenciaram algumas falhas no sistema adotado pelo portal. Pelo site, é possível encontrar as produções por filtros de palavras-chave, que aqui chamaremos de *label*²⁴. Foi o caminho encontrado para otimizar a busca e coleta dos artigos que eram necessários para a análise. Em um primeiro momento, selecionamos aqueles que estavam na seção de “Questões de Gênero” do site, mas sob a *label* “Violência de Gênero”. Reunimos 295 produções, cujos links foram organizados em uma planilha, em colunas especificadas em “título”(do texto), “data”(de publicação) e “link” (da publicação)²⁵.

Nesse caso, boa parte do conteúdo era composto por produções noticiosas de veículos considerados hegemônicos (como G1, R7), e produções de sites que são conhecidos como “independentes” ou “alternativos” (como a Agência Pública). Do conteúdo do primeiro grupo, selecionamos entrevistas ou textos em formato de depoimentos de ativistas ou mulheres negras que pautavam a violência de gênero em suas falas; do conteúdo do segundo grupo, chegamos a

²³ Ilustração do site em Anexos (Fig.)

²⁴ No site, tais “labels” recebem o nome de categorias, mas escolhemos outra palavra para que não haja uma confusão com o termo “categoria” extraído a partir da análise do corpus da pesquisa.

²⁵ Última atualização do banco de planilhas: jun/2018

selecionar reportagens que, apesar de serem do mesmo gênero noticioso do conteúdo do veículo que queríamos contrapor à seleção do Geledés (no caso, a Folha de São Paulo), possuíam uma abordagem oposta ao padrão identificado por veículos de grande circulação ou aos padrões de objetividade já descritos nesse trabalho; é uma abordagem mais próxima ao ativismo, ao embate direto às violências contra a cidadania e ao reconhecimento de um lado, no caso de um grupo ainda representado como minoria ou marginalizado diante do olhar midiático dos grandes veículos.

No entanto, observamos que, apesar da grande quantidade de conteúdo filtrada pela label “violência de gênero”, poucos traziam um recorte racial mais preciso, e desejável, para as categorizações que queríamos tirar a partir dos textos. É um fato que não retira os créditos do Portal em seu ativismo pelos Direitos Humanos ou como um site que tenha uma proposta de informação distinta ao veículo escolhido para o Estudo Comparativo, principalmente no que diz respeito à violência contra as mulheres. Todas as reportagens reunidas, por exemplo, eram conteúdos noticiosos com dados estatísticos de grande relevância ou com uma problemática sobre os casos de violência relatados, não havendo resquícios de estereótipos ou de culpabilização da vítima, já apontados como elementos presentes, por exemplo, no jornalismo policial. Mas o uso desse corpus limitaria nossa proposta em encontrar padrões de informação para a discussão pública do tema da violência de gênero contra mulheres negras, levando em conta, principalmente, a notoriedade atribuída ao Portal Geledés como palco de representações de empoderamento da mulher negra e denúncia de violências raciais. Realizamos, portanto, uma leitura das demais seções do site destinadas a “Questões de gênero”. No entanto, é importante observar como a coleta de notícias ligadas à violência de gênero, uma vez que não estão apenas atreladas ao fator racial, demonstram os esforços do portal em reunir materiais que dizem respeito à defesa da cidadania e dos Direitos Humanos de qualquer grupo considerado minoritário. Após uma primeira leitura de todo o conteúdo reunido, selecionamos seis materiais da mídia não-hegemônica que estava entre o conteúdo filtrado pelo Geledés e do qual pudemos retirar categorias que foram necessárias para a confrontação direta com o material da Folha de São Paulo.

O conteúdo filtrado pela label “PLP 2.0” era muito menor comparado aos demais, e era referente à implantação de um aplicativo contra a violência doméstico realizado pelo Instituto Geledés. Desse conteúdo, consideramos relevante a análise do material institucional divulgado pelo portal sobre o Projeto, uma vez que ele reunia valores necessários para a compreensão do discurso do Geledés como um Instituto antirracista, mas que ao mesmo tempo era a favor da

luta pela cidadania em qualquer instância social. Do período escolhido para a amostra, houve a seleção de uma reportagem em vídeo, do próprio Geledés, que não está veiculada às notícias da Plp 2.0, mas menciona a atuação do instituto com as promotoras legais que também formam parte do público-alvo do aplicativo.

Já a label “Mulher Negra” trouxe ao nosso corpus o que procurávamos em relação a um conteúdo que estivesse diretamente relacionado à consciência adotada por ativistas negras em relação à violência contra mulheres negras.

. Eram textos que também variavam em gênero textual (reportagens, artigo de opinião, entre outros), mas que estavam mais direcionados às formas distintas de violência enfrentadas por mulheres negras. Aqui, foi necessário realizar uma seleção que não contemplasse apenas o período de análise escolhido, mas a especificidade quanto a abordar as violências interseccionais (motivadas pela cor e gênero) enfrentadas por mulheres negras. Afinal, o objetivo do trabalho era mostrar uma abordagem sobre a violência de gênero, mas especificada na questão da cor, o que invalidaria a leitura e categorização de padrões quando as violências eram descritas apenas em seu aspecto racial. Por mais que haja o reconhecimento de que as opressões vivenciadas por mulheres negras contém sempre uma questão de gênero, cor e, muitas vezes, de classe, tal percepção teórica do feminismo negro não era encontrada em todos os textos que denunciavam casos de racismo contra mulheres negras; muitos artigos estavam imersos apenas na questão racial, em que a vítima, mulher negra, poderia ter sido representada como um homem negro. Houve, portanto um processo abduutivo por parte da pesquisadora, em que a amostragem teórica passou por um processo de saturação a partir da sensibilidade e repertório individual sobre o tema.

Diante desses critérios de seleção, foram encontrados setenta e três textos atribuídos à label “Mulher Negra”; dentre esse material, há o destaque para vinte e três artigos relacionados, diretamente, à Marcha das Mulheres Negras, evento já mencionado com um dos acontecimentos que marcaram o período escolhidos para a análise. A partir do processo de saturação da amostragem teórica, selecionamos oito textos sob a label “Mulher Negra”, três dos quais eram diretamente relacionados à Marcha das Mulheres Negras.

Após um primeiro período de leitura da parte do corpus da pesquisa retirado do Portal Geledés, houve a realização de um processo de codificação aberta, necessário para o estabelecimento dos textos considerados significativos para a etapa seguinte da análise, a codificação axial, a partir da qual já haveria a comparação com o conteúdo selecionado da Folha de São Paulo.

Ao todo, tivemos quinze textos selecionados para as etapas seguintes de análise, e que foram diretamente confrontadas com os valores encontrados na cobertura da Folha de São Paulo a respeito da violência de gênero. Como a seleção foi realizada a partir de uma mesma seção do site, mas sob três categorias distintas (Violência Contra a Mulher, Plp 2.0 e Mulher Negra), resumimos, a seguir, a distribuição dos quinze textos do Portal Geledés retirados a partir de “Questões de gênero”, mas sob critérios distintos, apesar de complementares. Separamos as tags pelas quais os textos foram relacionados, “palavras-chave” que também são atribuídas ao texto como uma forma de evidenciá-los nas buscas online relacionadas ao tema abordados por eles, técnica de SEO comumente utilizada em sites de conteúdo²⁶.

Destacaram-se, portanto, três tipos de produção do Portal Geledés:

- **Produção noticiosa de veículos online:** nem todas as reportagens eram oriundas de veículos assumidamente contrários ao perfil da Grande Imprensa, mas enquadrados aqui todo o conteúdo noticioso por ele estar mais próximo às perspectivas já estudadas nos capítulos teóricos sobre as alterações, recentes, da produção noticiosa que é influenciada pela proximidade com movimentos sociais. Nessas produções, encontramos muitos elementos ausentes na cobertura noticiosa da Folha de São Paulo, entre os quais destacamos o uso de fontes mulheres em todas as abordagens, e uma reportagem do El País sobre a cultura do estupro e sua relação com a sexualização da mulher negra, que descrevemos a seguir.

Intitulada “A história de Sofia: o cruel labirinto do estupro na favela”, a reportagem já traz em seu título uma proposta de particularizar o problema de uma violência de gênero em uma comunidade periférica, território predominantemente negro. “O cruel labirinto” remete a uma ideia de um problema que possui uma complexidade cruel por sua dimensão e chances remotas de solução. A reportagem começa a partir da história de Sofia, nome fictício para uma dona de casa que denuncia o próprio marido à polícia, ao descobrir o estupro cometido por ele sobre sua filha de 12 anos, enteada dele. Logo no início da história, sabemos que a própria Sofia foi vítima de estupro quando era adolescente. A situação aconteceu dentro da casa em que morava, o que a levou a crescer nas ruas, onde precisou prostituir-se e conheceu o vício pelas drogas. A reportagem lembra que o fenômeno do estupro ocorre em várias classes sociais, mas na favela ganha contornos interseccionais, conforme explica a assistente social ouvida para a produção:

²⁶ SEO – Search Engine Optimization, técnica em que são utilizadas para pensar na melhor otimização de pesquisa por palavras-chave em sites de busca (N.A.)-

Existe a questão de gênero para todas, mas na favela ela se mistura com a questão de classe e de etnia. São fatores que potencializam a violência. Na pirâmide social, a mulher negra, jovem e pobre é a mais vulnerável. O acesso à informação e serviços é mais precário. Então a maneira como está inserida na sociedade faz diferença na hora de lidar com a situação e até de ser atendida em uma delegacia(EL PAÍS, 2016)

A reportagem está diretamente ligada a um dos casos de violência de maior repercussão do ano de 2016: o estupro coletivo cometido contra uma adolescente de dezesseis anos em uma favela do Rio de Janeiro, por pelo menos sete agressores. No texto, há a menção de como o caso também desmitificou a ideia de que não haveria violências sexuais dentro de uma comunidade, ao contrário da crença do senso comum de que comunidades controladas pelo tráfico recebem um respaldo por parte dos traficantes.

Dessa reportagem, chamou a atenção a necessidade em cruzar uma série de violências, a social, a de gênero e, em certa medida a de cor, reforçada pela fala da assistente e pela ideia de que nessas comunidades há o predomínio de uma população preta e parda. Apesar da reportagem estar associada a um acontecimento recente (o estupro coletivo), a reportagem começa a partir do relato de um crime que aconteceu outrora e que é situado como estatística de um fenômeno intrínseco ao conjunto de violências que compõem a sociedade, não sendo, portanto, uma notícia realizada por meio de algum critério de excepcionalidade. Aqui, a violência é estrutural.

- **Produção do próprio Portal Geledés:** Aqui, merece destaque a reportagem sobre a atuação do Geledés em seu projeto de formação para Promotoras Legais Populares, profissionais que atuam em comunidades periféricas para a conscientização de direitos das mulheres periféricas, em especial aquelas vitimizadas por situações de violência. O conteúdo é composto por uma breve descrição do projeto, acompanhado pelo vídeo, a partir do qual temos o depoimento de Suelaine Carneiro, cofundadora do Instituto Geledés. Em sua fala, destaca-se a necessidade de evidenciar o ponto de vista do instituto ao apresentar o material como construído a partir “antes de mais nada, a nossa percepção do que é um curso de Promotoras Legais Populares” (GELEDÉS,2016). Suely Carneiro, coordenadora do Instituto, também ressalta o cumprimento da Missão Institucional do Geledés a oferecer um projeto de empoderamento a mulheres periféricas. E por fim, o vídeo também destaca a preocupação do Geledés em realizar parcerias com hospitais para a atuação conjunta entre as Promotoras Legais que são formadas por seu projeto, e profissionais de saúde no atendimento às mulheres. A parceria é considerada essencial para a realização de um acolhimento que seja, principalmente, emocional ou psicológico, e que resulte no amparo jurídico da vítima em serviços oferecidos pelo Estado. Nesse vídeo, portanto, destacam-se a atuação de uma instituição conduzida por

mulheres negras e antirracistas em prol pelos direitos das mulheres, independentemente da cor. A parceria, considerada inovadora, com hospitais para o atendimento de vítimas de violência é um outro fato que aumenta a representação das mulheres negras do Geledés enquanto parte de um movimento social (feminista negro) protagonista de novos projetos políticos, entre eles, uma abordagem da violência de gênero a partir da Saúde.

- **Produção de ciberativistas negras em geral:** a produção encontrada caracterizou-se pela defesa de evidenciar, dentro do feminismo, pautas que mostrem as especificidades de demandas de mulheres negras, mas chama a atenção à necessidade de, assim como a atuação do Instituto Geledés no exemplo anterior, situação a violência contra as mulheres negras como uma questão intersetorial e sustentada, sobretudo, pela ineficácia (e muitas vezes desinteresse) do poder público em amparar essas mulheres, afetadas por diversas formas de opressão. Um exemplo é o texto publicado na Revista Fórum por Jarid Arraes, escritora conhecida por seus textos no blog do veículo, entre outras formas de atuação online. Em seu artigo “Feminismo Negro: Sobre Minorias Dentro Da Minoria”, a ativista destaca o lugar quase isolado das mulheres negras dentro do próprio feminismo, sendo, ao mesmo tempo, pioneiro em demarcar a importância de ceder o lugar a diversos grupos, inclusos no próprio feminismo, mas ainda assim marginalizados:

Os dados citados são apenas alguns exemplos das disparidades entre mulheres brancas e negras, mas são fundamentais para se compreender a necessidade de uma vertente específica dentro do Feminismo. Afunilar demandas é uma prática comum dentro dos movimentos sociais. Não há porque manter uma falsa impressão de homogeneização quando a diversidade é capaz de produzir muito mais união e potencial comunitário. Reconhecendo e respeitando as diferenças e características subjetivas das mulheres que fazem a luta feminista, é possível contemplar as necessidades urgentes de cada categoria. A diversidade sexual, as variáveis nas identidades de gênero, os fatores de classe, raça e etnia, entre outras especificidades, estão se transformando em abordagens prioritárias que exigem conscientização imediata. O Feminismo Negro existe, desde seu surgimento, para emergir as questões periféricas repudiadas pelo status quo. Ele é, em primeiro lugar, um ato de resistência motivado pela existência livre. (ARRAES, Jarid, 2016)

A seguir, um breve resumo de cada uma das quinze publicações selecionadas, as codificações retiradas, e, por fim, as categorias que consideramos pertinentes para a análise final do trabalho.

a) 1,5 milhão de mulheres negras são vítimas de violência doméstica no Brasil

Tipo: Reportagem

Veículo: R7

Primeiros códigos: Questão interseccional do gênero na Imprensa; Dataficação de fenômenos sociais.

Descrição: O texto apresenta os resultados de uma análise, realizada pela própria equipe de reportagem, dos resultados de micro dados do IBGE que apresentam o aumento da violência contra mulheres negras. A reportagem entrevista pesquisadoras e ativistas no tema para explicar os aspectos estruturais que explicariam as causas do problema.

b) Carta das Mulheres Negras 2015

Tipo: Manifesto

Veículo: Marcha das Mulheres Negras

Primeiros códigos: Bem-Viver; transversalidade das pautas; associativismo de movimentos; protagonismo feminista negro no movimento negro.

Descrição: A carta apresenta as principais resoluções de mulheres negras durante a Marcha, e de que forma o movimento se coloca diante dos demais. Há um destaque pela preocupação com a população negra em muitos aspectos que passam de questões ligadas diretamente à violência de gênero.

c) Marcha das Mulheres Negras, a marcha que faz sentido

Tipo: Artigo

Veículo: Revista Carta Capital

Primeiros códigos: a unidade do movimento negro formada a partir da atuação do movimento feminista negro e interseccional

Descrição: a autora, uma jornalista e ciberativistas negra, escreve uma coluna em que associa o momento da Marcha a uma formação de unidade para o combate de outras mazelas da população negra como um todo.

d) Câmara aprova cirurgia plástica no SUS para mulheres vítimas de violência

Tipo: Notícia

Veículo: Brasil Post

Primeiros códigos: Gênero na Imprensa; Violência de Gênero e Saúde; Questão social do gênero na Imprensa; Violência de Gênero e Estado.

Descrição: É uma notícia pontual, mas que não deixa de responsabilizar o Estado pelas sequelas da violência de gênero, ao mesmo tempo em que apresenta as consequências da violência de gênero para a saúde das vítimas.

- e) “Quando olhei para o lado, um homem de revólver em punho, atirando, bem na minha frente; dava para sentir o impacto do tiro no chão”
- Tipo:** Artigo
- Veículo:** Vi o Mundo
- Primeiros códigos:** Perspectiva do feminismo negro sobre mobilizações sociais; Zeitgeist.
- Descrição:** Mais um relato sobre a Marcha das Mulheres Negras, que foi marcada pela violência policial sobre alguma das manifestantes.
- f) 2015: A primavera das mulheres que floresceu
- Tipo:** Reportagem
- Veículo:** Brasil de Fato
- Primeiros códigos:** Zeitgeist social sobre a violência de gênero; Ciberativismo como autoridade social para direito das Mulheres; Violência de Gênero e Estado
- Descrição:** Reportagem que aborda os principais desdobramentos de campanhas e manifestações realizadas por mulheres no final do ano de 2015, período apelidado pela Imprensa como Primavera das Mulheres.
- g) Manual para formação de PLPs, uma experiência de Geledés com as Promotoras Legais Populares
- Tipo:** Texto Institucional
- Veículo:** Portal Geledés
- Primeiros códigos:** Perspectiva do movimento feminista e antirracista para a violência de gênero; Movimentos Sociais como mobilizadoras de Políticas Públicas; Feminismo Negro pela cidadania.
- Descrição:** Um manual do projeto do Instituto Geledés para promover voluntárias que trabalham com a pauta da violência de gênero.
- h) Mulheres negras pedem justiça para Luana Reis, morta após ser espancada por PMs
- Tipo:** Reportagem
- Veículo:** Ponte Jornalismo
- Primeiros códigos:** Institucionalização da violência contra mulheres negras pelo Estado; visibilização LGBTI na violência contra mulheres negras.
- Descrição:** Reportagem sobre o assassinato de Luana Reis, uma mulher negra e lésbica que morreu após uma abordagem da polícia.
- i) Carta do EXTRA aos leitores que não viram um estupro coletivo

Tipo: Artigo

Veículo: Extra

Primeiros códigos: Reconhecimento ideológico sobre violência; lei como legitimadora de discurso da Imprensa sobre violência de gênero

Descrição: Foi uma resposta à resposta dos leitores sobre o caso do estupro coletivo cometido contra uma adolescente, em uma favela do Rio de Janeiro. O texto defende a vítima e estabelece um discurso para que haja o reconhecimento da violência pelos leitores a partir do reconhecimento do próprio jornal.

j) A história de Sofia: o cruel labirinto do estupro na favela

Tipo: Notícia

Veículo: Extra

Primeiros códigos: Dataficação de fenômenos sociais; Perspectiva do movimento feminista e antirracista para a violência de gênero; lugar de fala da mulher para violência de gênero (todas as fontes são mulheres).

Descrição: A reportagem trabalha todas as questões pertinentes à violência de gênero nas comunidades.

k) Sete estados mineradores concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher

Tipo: Notícia

Veículo: Brasil de Fato

Primeiros códigos: Cruzamento da violência de gênero com outro abuso de direitos; Dataficação de um fenômeno social.

Descrição: Reportagem que faz um paralelo entre um setor econômico que conta com vários casos de exploração de trabalho, e casos de violência de gênero. Uma perspectiva muito próxima à interseccionalidade, ainda que não trabalhe com a questão racial.

l) Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por policiais no Rio de Janeiro

Tipo: Notícia

Veículo: Metrópolis

Primeiros códigos: Cruzamento de violências; violência de gênero pelo Estado

Descrição: A reportagem trabalha com a morte de uma das mães de cinco jovens assassinados no Rio de Janeiro em 2015. A mãe sofria de problemas de saúde, em parte acarretados pela morte do filho, e pela reportagem há a sugestão de que a morte, pelo Estado, de jovens negros, assassinados pela polícia, também é uma

violência de gênero. Novamente, há a associação do gênero com outras formas de violência contra a população negra.

m) Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria

Tipo: Artigo

Veículo: Fórum

Primeiros códigos: Invisibilização das mulheres negras dentro do movimento negro; Dataficação do fenômeno social

Descrição: O texto, escrito por uma ativista, trabalha com as dificuldades do feminismo negro para encontrar um espaço de discussão dentro do próprio feminismo. Ao mesmo tempo, apresenta dados contundentes sobre os impactos do racismo na vida das mulheres negras.

n) Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo

Tipo: Artigo

Veículo: Novos Estudos

Primeiros códigos: Feminismo Negro; Mulher Negra

Descrição: Artigo que explica o que é interseccionalidade e de que forma ocorrem o cruzamento de violências por cor, classe e gênero.

o) Saúde e mulher negra: Quando a cor da pele determina o atendimento.

Tipo: Artigo

Veículo: Esquerda Diário

Primeiros códigos: Racismo Institucional; Privação de autonomia como modalidade de violência

Descrição: O texto enumera diversas situações em que mulheres negras acabam sendo vítimas do racismo institucional na área da Saúde, uma forma de violência que muitas vezes acarreta na morte das pacientes. O artigo associa o problema a uma condição histórica existente entre a medicina e o corpo da mulher negra, marcada pelo racismo.

A partir dos códigos que foram encontrados de forma recorrente ao longo do texto, selecionamos as seguintes categorias, que posteriormente contribuirão para a criação de conceitos, ou abstrações teóricas, para a formulação de sugestões de diretrizes para o aumento da visibilidade, na mídia, de histórias de violência contra mulheres negras:

- **A interseccionalidade:** é um elemento recorrente nos discursos de ativistas negras e que esteve presente, de certa forma, no conteúdo noticioso selecionado pelo Geledés, uma vez que as fontes ouvidas eram pesquisadoras cujos norteamientos de trabalho estão relacionados a essa forma de abordagem.
- **A transversalidade:** é um elemento presente sobretudo no momento em que a violência de gênero é trabalhada a partir do seu alcance na área da Saúde, urbana, mostrando em que medida tal forma de violência impacta a população negra feminina de diversas formas, ao mesmo tempo em que também revela outros problemas de ordem social e econômica.
- **Cultura do estupro:** elemento também presente em produções noticiosas encontradas na Folha de São Paulo. Durante o período escolhido para a pesquisa, aconteceu um caso de grande repercussão, o estupro coletivo de uma adolescente na periferia do Rio de Janeiro. O termo foi utilizado em diversas produções em que há a discussão sobre a importância do reconhecimento de fatores culturais que levam à sociedade a ter o estupro como um fenômeno social recorrente. No caso das produções selecionadas a partir do Portal Geledés, o recorte de cor e classe ganha contornos sociais, econômicos, e inclusive históricos, uma vez que as produções, por vezes, remeteram às condições históricas que, ainda hoje, levam a sociedade a sexualizar o corpo da mulher negra.

4.3 A FOLHA DE SÃO PAULO

Conforme mencionamos, o veículo noticioso selecionado é a Folha de São Paulo, jornal de maior circulação nacional do país²⁷, e o maior, de forma absoluta, quanto à circulação do seu conteúdo digital. Com o primeiro veículo da empresa sendo publicado em 1921, a versão que circula até hoje é o resultado da fusão, ocorrida durante a década de 60, dos três periódicos fundadores da empresa (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite). De acordo com números divulgados pelo próprio veículo, há a circulação de 326.571 exemplares aos domingos, enquanto que, nos dias úteis, há a circulação de 307.608 exemplares.²⁸

Como lema, o jornal destaca o “pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”(PUBLICIDADE FOLHA, 2018). É conhecido por ser pioneiro em diversas iniciativas para o Jornalismo Brasileiro, sendo o primeiro veículo, por exemplo, a ter um

²⁷ Segundo dados levantados pela ANJ, o veículo de maior circulação é o SuperNotícias, tabloide de Minas Gerais. No entanto, ele não possui uma circulação nacional. Já todo o conteúdo digital da Folha de São Paulo lidera todas as categorias nacionais. Última consulta: maio/2018

²⁸ Dados divulgados pela Publicidade da Folha de São Paulo: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/>. Último acesso: maio/2018

ombudsman na sua equipe de redação. Do seu público, o jornal elencou os dados a respeito dos leitores do seu formato impresso: majoritariamente masculino (45%), da classe A (42%), de 25 a 54 anos²⁹.

Em 2014, o jornal lançou uma campanha para divulgar seus interesses ideológicos³⁰. Destaca-se uma posição contrária às cotas e ao aborto, pautas defendidas, por exemplo, por boa parte do movimento negro feminista. Posicionamentos do veículo que corroboram o ideário conservador que ainda possui entre os leitores de jornais, apesar da pluralidade de opiniões que defende, e procura manter em sua produção opinativa e noticiosa.

Por meio de um levantamento realizado no buscador do site (gratuito, o que contribuiu para a realização da pesquisa), foram encontradas 164 reportagens que faziam menção à violência contra as mulheres. Da mesma forma como realizamos a amostragem teórica no conteúdo coletado a partir do Portal Geledés, selecionamos, aqui, 15 trabalhos, a partir da diversidade de categorias prévias encontradas na codificação aberta, ou na primeira leitura, de todo o conteúdo encontrado, em que tais notícias se destacaram por situações que, por vezes, superaram as ideias de noticiabilidade ou newsmaking geralmente associadas a veículos hegemônicos como a Folha; no entanto, ainda se destacam a ausência do recorte racial em se tratando de casos de violência contra as mulheres e o contraste, comparado ao conteúdo coletado a partir do Portal Geledés, em relação às decisões de pauta e narrativa para abordar o tema quando mencionado.

A própria abordagem quanto à violência de gênero é realizada sob um descuido que foi questionado, inclusive, pela ombudsman do jornal. Referimo-nos à postura do veículo na cobertura do estupro coletivo, crime já mencionado como um acontecimento de grande repercussão, no primeiro semestre de 2016. A manchete da matéria revoltou os leitores: “Chorei quando vi o vídeo”, diz avó de garota que afirma ter sido estuprada em morro do Rio”. O afirmar aqui, sendo utilizado como um verbo que põe em dúvida a existência do próprio crime.

²⁹ Há uma aproximação quantitativa entre o grupo de leitores de 35 a 44 anos (18%), 25 a 34 anos (19%) e 45 a 54 anos (19%).

³⁰ O que a Folha pensa: conheça os principais pontos de vista defendidos pelo jornal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1414326-o-que-a-folha-pensa-veja-os-principais-pontos-de-vista-defendidos-pelo-jornal.shtml>. Acesso em 16 de dezembro de 2017.

Em poucas horas, o título foi alterado³¹, mas, ainda assim, o jornal recebeu uma crítica de sua ombudsman, que alerta para a atitude condenatória adotada pelo veículo, fugindo de suas obrigações básicas, que deveriam ser

Investigar de modo metódico e narrar sua apuração sobriamente. Preocupar-se com o ângulo social e com as políticas públicas. Contar o particular, sem perder a dimensão do exemplo geral. Provocar discussão e debate amplo e aprofundado. Há dúvidas e inconsistências nos relatos desde o momento em que a menina saiu de casa até a hora em que o vídeo entrou nas redes sociais? Os repórteres têm obrigação de reconstruir essa história. Desvendar tais inconsistências não é duvidar do que foi relatado pela garota. As respostas daí surgidas não podem justificar o estupro, caminho tomado pelo delegado afastado do caso.(COSTA, Paula Cesarino, 2018).

A partir da crítica da ombudsman, percebe um *ethos* do jornal a respeito da importância da busca pela veracidade que, todavia, não exclui a possibilidade do veículo em reconhecer a existência do crime a partir do relato da garota, postura que representaria uma sensibilidade aos fatos que não prejudicaria o compromisso do veículo com uma narrativa destituída de dúvidas ou ambiguidades. Nesse exemplo em específico, encontramos um código de sensibilidade ao viés cidadão da notícia, ao reconhecimento de outras formas de veracidade que é soberano ao modo clássico de apuração dos fatos (e que levou ao erro do repórter ao usar um verbo que colocava o depoimento da vítima em incertezas).

O caso do estupro motivou a produção de outras reportagens sobre a cultura do estupro no Brasil, durante o primeiro semestre de 2016; quanto aos demais períodos, a violência de gênero acabou sendo pautada em novembro de 2015, mês marcado pelo ativismo pelos Direitos das Mulheres nas ruas e nas redes; pelo lançamento do Mapa da Violência e pelo tema da redação do Enem 2015, que também remetia à violência de gênero e passou a estar veiculada a quase todas as matérias relacionadas ao tema. É como se o jornal, de repente, reconhecesse uma espécie de zeitgeist social, uma série de acontecimentos que só evidenciavam uma preocupação constante da sociedade quanto ao tema.

A reportagem sobre os dados do Mapa da Violência, utiliza uma abordagem neutra a ponto de ignorar a racialidade do relatório: “Morte de mulheres por homicídio cresce 21% em dez anos, diz estudo” é o título da produção que adota no título uma estimativa que pode ser inferida a partir do relatório, mas que ofusca a diferença de feminicídios entre mulheres brancas

³¹ Ainda é possível encontrar o título original na reportagem replicada a outros portais de notícia pela agência de notícias da Folha de São Paulo, a FolhaPress. Nos anexos, deixamos o link da reportagem na Gazeta do Povo como exemplo.

e negras. Há apenas dois parágrafos, em toda a reportagem, que estabelece um “perfil” das maiores vítimas dos dados:

No que se refere ao perfil das vítimas, as mulheres negras aparecem como ainda mais vulneráveis. Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54% –passou de 1.864 para 2.875. Para comparação, os assassinatos de mulheres brancas caiu 9,8% no mesmo período, totalizando 1.576 casos em 2013. Os números confirmam uma tendência já demonstrada em estudos anteriores. Uma pesquisa divulgada neste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, mostrou que jovens negros correm 2,5 mais riscos de serem mortos do que brancos. (FOLHA ONLINE, 2015)

Aqui, portanto, destaca-se o uso da ideia de racionalidade como uma antítese ou elemento não pertencente à imparcialidade, por sua vez utilizada como um fator do real ou do verossímil, já que é reafirmado pela própria construção da notícia: há apenas dados retirados do Mapa da Violência, sem consulta a outras formas de fontes. Entretanto, tal como veremos no próximo capítulo, a reportagem oculta outros elementos do relatório, como a discussão do papel de Estado para o amparo às vítimas. Na reportagem, há apenas a descrição do relatório que diz respeito às motivações dos crimes, causadas por motivos passionais e por pessoas conhecidas pela vítima. É interessante como a informação é utilizada para tornar a incidência dos casos como algo quase que circunstancial; em que pese a importância de abordar assuntos da esfera privada como pautas de interesse público, abordar o problema como um fator ligado a aspectos subjetivos, diante do que já analisamos sobre racionalidade, instiga a uma desumanização do problema, uma vez que as causas fogem da razão moderna.

Temos, aqui, códigos que se destacam: a racionalização como elemento de não-neutralidade, a Dataficação do fenômeno, construção de um campo neutro da narrativa e o reconhecimento da responsabilização institucional como um processo parcial de narrativa e que, portanto, não foi considerada adequada para reportagem. A partir deles, criamos categorias que, posteriormente, foram diluídas nos conceitos teóricos que surgem a partir da interação com os valores encontrados nas narrativas do Portal Geledés.

Um ponto a se destacar é que durante o período escolhido para a pesquisa, houve o assassinato de Luana Barbosa dos Reis, conforme já mencionado; chama a atenção do fato não ter tido uma visibilidade maior do veículo, apesar de ter acontecido no estado de São Paulo. A Marcha das Mulheres Negras também não foi pauta do veículo. Salvo uma entrevista com a ativista Angela Davis, e uma matéria da coluna da repórter Monica Bergamo sobre uma homenagem à Luana, não houve uma produção em que houvesse uma proposta investigativa a respeito da relação entre cor e gênero nos casos de feminicídios contra mulheres negras

amplamente denunciados tanto pela produção noticiosa que filtramos a partir do Portal Geledés, como pelo conteúdo elaborado por ativistas negras, também coletado a partir do mesmo site.

Seguem as demais reportagens que levamos em consideração para a busca de elementos-chave para a nossa próxima etapa da pesquisa:

a) “Criadora de campanha sobre assédio considera tema do Enem uma vitória”

Tipo: Produção Noticiosa

Primeiros códigos: Retroalimentação de pautas (mídia-Internet-mídia); Reconhecimento geracional sobre informação obtida; Engajamento pessoal a partir de empatia; Autoridade de fala.

A reportagem consiste em uma entrevista com a jornalista Juliana de Faria, idealizadora do projeto Think Olga, plataforma online de denúncia ao assédio nas ruas. Temos, pois, o reconhecimento do trabalho do ativismo online para que haja a mobilização social da pauta, aqui representada pelo uso do tema na redação do Enem. Durante a entrevista, a ativista menciona os agradecimentos que recebe de adolescentes que se sentiram informadas a respeito do tema graças ao trabalho realizado pelo Think Olga, motivo pelo qual identificamos um reconhecimento, das gerações mais novas, do ciberfeminismo como principal formadora a respeito dos seus próprios direitos, ocupando um lugar tradicionalmente dedicado a outras instituições mais tradicionais, como a Escola ou a própria Imprensa.

b) “Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP”

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Reconhecimento geracional sobre informação obtida;

Zeitgest de mobilização social; horizontalidade e temporalidade; micropolítica

A reportagem descreve um fenômeno que começou a ser observado em diversas escolas do estado de São Paulo: a criação de coletivos feministas por adolescentes do Ensino Médio. Novamente, há um reconhecimento geracional sobre o tema; Reconhecimento geracional sobre a fonte da informação obtida, o ativismo online. A reportagem reconhece uma espécie de coletivos são descritos como impulsionados pelas mídias sociais; Zeitgest de mobilização social, a partir do momento em que as ações estão situadas dentro de um timing; o tema que ganha força por uma conjunção de ações que estão ligadas a ele, e ampliado graças a forma como foi propagado pelas mídias sociais); por horizontalidade e temporalidade, reconhecemos

a necessidade do jornal em utilizar como fontes especializadas são ativistas ou profissionais mais velhas, que analisam a força do movimento pela sua questão atemporal e pela ausência de lideranças. Aqui, há também a valorização da micropolítica, uma busca por eventos que ocorreram no cotidiano, mas que tiveram um grande alcance graças às mídias sociais.

c) Mulheres têm partes do corpo mutiladas por ex-companheiros

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Descrição sensível dos crimes; Variedade de idade e localização das vítimas; Desigualdade de poder; Dimensão geográfica do problema; Desamparo de instituições públicas; Relações causais de violência.

O trabalho reúne relatos de mulheres que carregam cicatrizes no corpo a partir das violências causadas por ex-companheiros. Há a descrição da natureza dos crimes e dos impactos físicos nos corpos das vítimas. Houve a necessidade em buscar vítimas com perfis distintos, e a violência de gênero, aqui, é uma representação de desigualdades de poder. A reportagem busca situar o fenômeno como algo global, uma vez que o compara com a forma como ocorre em outros países. A Justiça é responsável por ser seletiva e criminalizar as vítimas por estereótipos que envolvem a moral da sociedade sobre uma "mulher correta"; a notícia busca "fatores externos que causariam a violência (histórico de doenças mentais, motivos passionais)". E conclui dessa forma, em contraponto ao início, em que houve o apontamento da desigualdade de gênero na sociedade e a concepção de poder atribuída aos homens.

d) Grupo contra aborto faz ato a favor de projeto que tramita no Congresso

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Mobilização via mídias sociais; Resposta política; Criminalização de movimentos contrários a lei; Desracionalização do movimento feminista pró-aborto

A reportagem acompanha um grupo de mulheres que realizam um ato em apoio a um projeto que quer enrijecer a prática do aborto em situações que já estão previstas em lei (casos em que a mulher foi vítima de violência). Pelo projeto, a mulher só poderia ter direito ao aborto com a apresentação de um documento que comprovasse o estupro. A reportagem não explora a perspectiva da Saúde coletiva quanto ao aborto e a pauta é desenvolvida a partir da rivalidade entre mulheres que são a favor e contrárias ao projeto de lei; toda a mobilização foi organizada via WhatsApp. A reportagem se utiliza de uma isenção para destacar a fala da ativista que interpreta a lei como punitiva a pessoas que se "aproveitariam" da fragilidade da mulher com a

gravidez inesperada, e há uma desracionalização do movimento feminista pró-aborto, que são enquadradas como “radicais e oportunistas” pelas ativistas religiosas.

e) Mulheres sofrem mais assédio no transporte público, segundo Datafolha

Tipo: produção noticiosa

Primeiros códigos: Subsídio datafocado: Pauta em resposta à mobilização; Atributos gerais identificados na pesquisa; Ativistas como fontes especializadas; Zeitgest de mobilização social.

A reportagem foi realizada a partir dos resultados da pesquisa de opinião do próprio departamento da Folha de São Paulo destinada a essa atividade. As informações a respeito da violência sofrida por mulheres em transporte público vão ao encontro do discurso do ativismo online, e há um reconhecimento de que a pauta é uma resposta à mobilização das mulheres. Algo que chama a atenção é que entre os atributos da pesquisa, o fator racial foi desconsiderado. Os que foram considerados: onde, como ocorre a violência, idade das vítimas, orientação de gênero das vítimas (homens ou mulheres); perfil acadêmico das vítimas que sofrem a violência; renda das vítimas; idade em que sofreram a violência pela primeira vez. Impacto de manifestações ativistas nas pesquisas: as denúncias aumentaram a partir do momento em que houve uma mudança de comportamento na representação dos casos de assédio pelo metrô, que passou a divulgar as situações e passou a representá-las como crime. Ativistas como fontes especializadas: de coletivos, que iniciaram a discussão nos metrôs e ao mesmo tempo começaram a pautar o tema nas mídias sociais, que aqui ganham contornos de pautar o tema na sociedade. Zeitgest de mobilização social: ações que se articulam devido a um timing ("o tema que ganha força por uma conjunção de ações que estão ligadas a ele, e ampliado graças a forma como foi propagado pelas mídias sociais)

f) 'Um líder deve ter tolerância zero com violência contra mulher', diz ONU

Tipo: Entrevista

Primeiros códigos: Globalização do problema; legitimidade da pauta por uma instituição internacional

A entrevista com a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka reúne um compilado de vários acontecimentos recentes das lutas dos Direitos Das Mulheres, em pauta naquele mês. Aqui há, portanto, a necessidade de buscar um “terceiro olhar” para as mobilizações que estão acontecendo no país, um olhar “de fora” que esteja adequado à ideia de imparcialidade que um veículo noticioso atribui à verdade.

g) Justiça proíbe 12 homens por dia de chegar perto de mulheres em SP

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Judicialização da Violência; Dia da Mulher.

A reportagem descreve os aparatos jurídicos que estão disponíveis para auxiliar mulheres que denunciam casos de violência de gênero. No entanto, a notícia estabelece as próprias complexidades das relações em que os crimes ocorrem como sendo um dos principais fatores para a ineficácia da Lei em muitos momentos. Não há uma responsabilização direta do Poder Público.

h) Novos casos revelam o quanto a cultura do estupro impera no país

Tipo: Artigo interpretativo

Primeiros códigos: Dataficação de um fenômeno social; Violência de gênero como uma pauta sem legitimidade social.

O artigo, escrito por uma jornalista da Folha de São Paulo, traz dados recentes sobre crimes de estupros contra mulheres. O que chama a atenção é o momento em que a jornalista realiza uma crítica sobre a cultura do estupro ser uma pauta considerada como pertencente ao movimento feminista, quando deveria ser inerente a toda à sociedade; temos, portanto, a violência de gênero como uma pauta que ainda não possui legitimidade social.

i) Futura secretária para mulheres é contra aborto em caso de estupro

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: aborto como uma pauta da saúde pública; violência de gênero como uma pauta de saúde pública.

A Secretária para Mulheres escolhida pelo presidente Michel Temer é contra o aborto em casos de estupro, e a reportagem realiza um serviço (algo inusitado, levando em conta a postura do jornal contrária ao aborto) ao mostrar como o procedimento é interpretado como pauta da saúde pública por várias profissionais; aqui, de forma implícita, a violência de gênero é uma pauta em que representantes da Saúde Pública possuem autoridade para falar de sua urgência.

j) Temer admite onda de violência contra mulher e anuncia núcleo de proteção

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Violência de gênero como um fenômeno circunstancial; reconhecimento de violências motivadas por intolerância

A reportagem apresenta a fala do presidente sem trazer uma contextualização sobre os índices de violência no país; aqui, a violência é abordada como um fenômeno circunstancial da época e que deve ser trabalhado de forma emergencial, como se não estivesse atrelado a questões estruturais da sociedade brasileira.

k) Um terço dos brasileiros culpam mulheres por estupros sofridos

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Cobertura sobre a culpabilização da mulher em casos de violência; institucionalização do problema; punitivismo da violência.

A reportagem apresenta informações completas sobre a relação entre o brasileiro e a cultura do estupro; pela abordagem realizada, os números não estão de acordo com a percepção da sociedade sobre o problema. Ao mesmo tempo, os entrevistados oferecem uma perspectiva distinta das produções até agora analisadas da cobertura noticiosa do veículo, ao realizarem uma cobrança direta à ineficácia do Estado para enfrentar a cultura do estupro como um desafio da Segurança Pública. No entanto, observa-se que há um discurso muito voltado ao aspecto criminalista do problema, em detrimento de cobrança por projetos ou iniciativa de amparo ao Bem-Estar das vítimas.

l) Para PM pernambucana, evitar uso exagerado de álcool previne estupros

Tipo: Produção noticiosa

Primeiros códigos: Dataficação do fenômeno social, institucionalização do problema, punitivismo da violência; Cobertura sobre a culpabilização da mulher em casos de violência

A partir das declarações controversas de uma policial, a reportagem descreve o aumento dos casos de violência contra as mulheres em Pernambuco, a partir de dados regionais. Assim como o exemplo anterior, o problema é visto pela perspectiva da Segurança Pública, sem levar em consideração o amparo às vítimas em outras instâncias distintas da criminalização do agressor. A partir das codificações realizadas, pensamos em categorias que, posteriormente, contribuíram para os contornos teóricos para a última proposta da pesquisa.

A partir da ocorrência frequente de alguns códigos, encontramos as seguintes categorias, que compreendemos como valores que conduzem a notícia, ao mesmo tempo em que também levaram os eventos selecionados a serem interpretados como fatos:

- **Novos atores como fontes:** Aqui, houve um esforço no reconhecimento da presença do ciberativismo na pauta de boa parte das reportagens ligadas à violência de gênero, uma vez que há o reconhecimento do próprio jornal em diversos momentos – como na reportagem sobre assédio em transportes públicos, em que há a menção a campanhas já realizadas pelo

ciberativismo nas mídias sociais. Ao mesmo tempo, representantes de movimentos que lutam por essas pautas passam a ser reconhecidos como fontes especializadas.

- **Institucionalização do problema:** de diversas formas, há uma cobrança a órgãos de autoridade, de forma direta ou indireta. É o reconhecimento do veículo de que a violência de gênero é um assunto pertinente às instituições públicas. No entanto, vale a ressalva de que não há, pelas reportagens analisadas, um esforço de serviço ao público em relação ao que deve ser feito em casos de violência sexual e doméstica (dois dos tipos de violência de gênero que são trabalhados nas notícias coletadas no período escolhido para a pesquisa).

- **Marcação temporal do problema:** a violência de gênero é trabalhada de forma cíclica, associada a fenômenos em comuns ou a demandas recentes por parte da sociedade. Ou o assunto está em pauta de acordo com uma série de acontecimentos que mobilizaram a sociedade civil, ou é um desdobramento de um caso de grande repercussão e que suscitou em produções preocupadas com o tema. Ao mesmo tempo em que é uma categoria em que é possível perceber, novamente, a influência dos movimentos sociais na produção noticiosa, a violência de gênero ainda não é trabalhada como um aspecto estrutural dentre outros fenômenos da sociedade, ao contrário da forma como o tema é trabalhado nas mídias sociais.

- **Dataficação do fenômeno:** É evidente o esmero com o qual o tema é abordado para que seja legitimado como um problema que merece atenção, e aqui o uso de dados para subsidiar o debate torna-se importante para a pauta, ainda que, no caso da cobertura noticiosa do Mapa da Violência, não haja a devida atenção para as questões raciais apresentadas pelo relatório. Ao mesmo tempo, a questão racial não é utilizada pela reportagem do DataFolha (empresa do próprio veículo), para a discussão sobre assédio, o que novamente evidencia o olhar do jornal para o fator racial como um elemento ideológico e, portanto, contido de uma parcialidade que ameaça os critérios de objetividade e neutralidade da Imprensa.

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionamos, a abordagem da Folha de São Paulo quanto aos dados divulgados pelo Mapa da Violência (uma pauta que poderia ter evidenciado a urgência da questão racial em feminicídios contra mulheres negras) foi muito distinta ao próprio conteúdo noticioso encontrado no Portal Geledés, assim como dos dados descritos, do mesmo relatório, por ativistas em seus textos opinativos. Consultamos, portanto, o texto do Mapa, a partir do qual pudemos consolidar duas das categorias já encontradas no material do Portal Geledés.

Na introdução do relatório, há uma preocupação em justificar o uso dos dados como embasamento para a descrição do fenômeno como um caminho para “subsidiar uma discussão necessária, imprescindível, por parte da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, dos movimentos sociais, das organizações de direitos humanos, dos operadores da lei”(WAISELFISZ, 2015, p. 09). O mapa não é um documento de diagnóstico, o que significa que não foi elaborado com a intenção de ser a última palavra sobre o tema. É um documento para debate entre vários núcleos da sociedade, ou seja, é um documento de comunicação, debate entre a opinião pública. Ideia de agendamento, de arquivo que possui informações relevantes para a sociedade e que, portanto, contém uma proposta de autoagendar-se. Subsidiar, aqui, é no sentido de validar ou sustentar um tema que, sob a perspectiva do autor, interessa à sociedade. Subsidiar é uma estratégia de alcance ou de imposição do tema de interesse do autor e dos órgãos responsáveis pela elaboração do Mapa. Uma categoria conceitual que já havíamos retirado a partir do conteúdo coletado do Portal Geledés, e que uma vez encontrada aqui, aumenta sua relevância.

Ao final do dossiê, o Mapa evita uma análise minuciosa do tema, uma vez que haveria estudos mais apropriados para isso. O relatório, no entanto, reserva suas considerações finais para alertar sobre um processo que, sob sua perspectiva, poderia ser responsabilizado pelo aumento dos casos – e, aqui, já há uma clareza de que esse índice é em relação à população negra, um aumento de 190% dos casos. Há a constatação de uma grande discrepância entre a quantidade de pacientes atendidas pelo Sistema Único de Saúde em situações de violência, e o de pessoas que foram presas por crimes de violência de gênero (ou no caso, especificamente, violência doméstica):

Se consideramos que, em 2013, havia no Sistema Penitenciário Nacional, por motivo de Violência Doméstica, um número estimado de 7.912 pessoas privadas de liberdade, condenadas ou aguardando julgamento, temos que, no limite, 7,4% dos agressores domésticos, acusados de cometerem violências relativamente sérias contra vítimas que demandaram atendimento no sistema de saúde do País, foram condenados ou estão esperando julgamento – o que não significa que serão condenados.(WASELFISZ, 2012, p. 76)

E, finalmente, o autor do relatório escolhe uma frase emblemática para a conclusão do trabalho, do qual inferimos uma categoria revelada pelo Mapa: “Cada país tem o número de feminicídios que decide politicamente ter, assim como o número de condenações por essa agressão”.(WASELFISZ, 2012, p. 76). No mesmo capítulo em que constrói o perfil da vítima do feminicídio brasileiro como sendo a mulher jovem e negra, é possível consolidar a categoria, já anteriormente encontrada, de institucionalização da violência contra a mulher negra, em que o Estado é culpabilizado a partir do momento em que nega enfrentar o problema quando não o condena.

Entre os principais elementos narrativos encontrados no ativismo de dados do Mapa da Violência e da produção do ciberativismo negro quanto à violência de gênero contra mulheres negras, destacam-se os esforços para a construção de um ethos, para o fenômeno social em questão, como um problema inerente às discussões sobre saúde pública e, conseqüentemente, um sintoma da ineficiência do Estado quanto à garantia de um direito básico a uma camada da população marginalizada pela cor, gênero e situação econômica. Uma vez que o aumento de mortes de mulheres negras foi associado à ausência de políticas públicas adequadas de assistência às vítimas e de prevenção do problema, infere-se que a população negra feminina não tem acesso às melhores condições de atendimento à saúde em todas as suas instâncias, inclusive psicossociais (em que entrariam as medidas de assistência social a famílias marcadas por abuso doméstico ou submissão da mulher a condições degradantes em termos econômicos ou emocionais).

O artigo 196 da Constituição de 1988 garantiu a ideia de saúde como um direito inerente a todos, e de responsabilidade do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1990). Ao mesmo tempo, a violência de gênero como um problema de Saúde pública não é uma percepção inédita do presente trabalho.

Em vários momentos, o ciberfeminismo adquire um papel de autoridade para a cobertura midiática sobre a violência de gênero. Mantém, portanto, um capital social, conceito que se

refere a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais. (RECUERO, 2009, p. 43-4).

Antes da elaboração do modelo adequado aos moldes da Imprensa, foi necessário pensar no que era necessário para considerar a violência de gênero contra mulheres negras como uma pauta de interesse público, dentro de princípios de credibilidade e fatores socio-históricos. Uma vez que reconhecemos a estratégia de discursos cada vez mais atrelados à Saúde Coletiva, já predominante no ativismo pela luta contra a violência de gênero de modo geral, atrelamos esse histórico às categorias implícitas a partir do Mapa da Violência e dos textos institucionais do Geledés (como o projeto de Promotoras Legais Populares) e das ativistas negras lidas a partir da nossa coleta. Dessa forma, pensamos em um aparato já consolidado pelo poder público pelo qual o tema poderia ser pautado e, conseqüentemente, relacionado como uma demanda de responsabilidade, também, do Estado, levando em consideração a importância da mídia, seja na Imprensa, seja nas informações divulgadas pelo ativismo online, como propagadora de atitudes vigilantes da sociedade civil e que reverberam em pressões políticas para a luta pela garantia da cidadania e de direitos fundamentais para todos.

Portanto, pensamos na formulação de conceitos que possam caminhar para uma abordagem transversal sobre a violência contra mulheres negras, que perpassa pelos seguintes eixos de ações:

Ativismo de Dados de Gatewatchers – iniciativas em que informações quantitativas ainda permanecem como dados de legitimidade quanto à importância ou urgência de um tema. Como observados nos exemplos em que houve a pauta da racialização do tema, iniciar a pauta a partir do resultado estatístico que traz urgência ao assunto, ou a partir de uma comparação quantitativa que seja realizada a partir de um trabalho noticioso (pelo Jornalismo de Dados, por exemplo), demonstrando a latência dos números diante do fator racial, é um bom caminho.

Geração de Dados Públicos – iniciativas de informação geradas a partir da prática independente de consulta a informações públicas já disponibilizadas por bancos online, ou de cobrança ao Poder Público para que possa disponibilizá-las, atitude vigilante que representa, em si, um sintoma de vigilância quanto à atuação do Estado sobre o tema.

Discursos embasados por fatos sócio-históricos do movimento negro - ou seja, a História ganha um viés de dinamismo temporal político a partir do momento em que é contada por mulheres que de fato lutam pelos direitos das mulheres negras, em uma narrativa legitimada pela condição de sujeitos das próprias histórias que contam (ou seja, garantem uma ideia de verossimilhança uma vez que elas vivem essas formas de opressão), desde que os

acontecimentos estejam calcados por fatos já conhecidos, dessa vez com uma perspectiva do movimento negro. Aqui, é necessária uma autoridade para a criação de um cenário macrossociológico do problema, algo possível pela narrativa dessas mulheres.

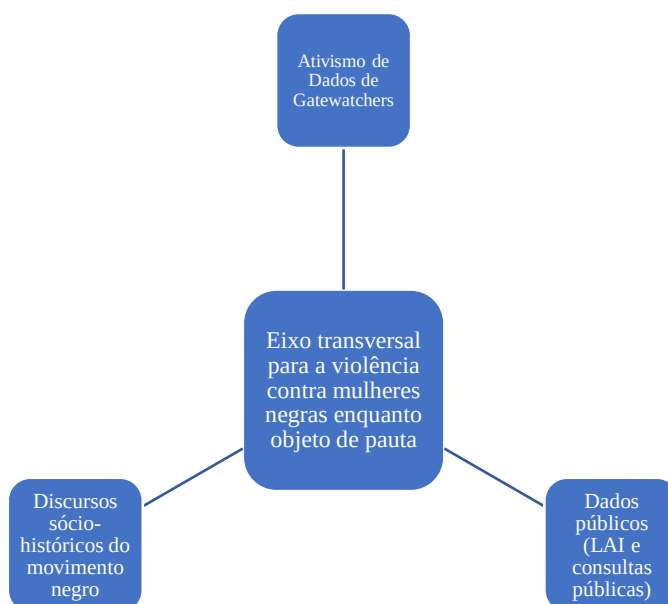


Figura 2 Primeiros conceitos teóricos para pensar em pautas para a Violência de gênero contra Mulheres Negras

No entanto, precisávamos levar em consideração valores da produção noticiosa que estão calcados em condições materiais e políticas que não podem ser evitados, como a própria noção de newsmaking e a objetividade que, apesar de seus vieses, não seria superada pelo modelo teórico, principalmente diante de uma Imprensa que ainda utiliza de uma perspectiva neutra para evitar pautas com contornos raciais. Nesse sentido, pensamos em uma estratégia interacionista entre categorias encontradas no nosso modelo de comunicação com condições inerentes à produção da notícia, que levaria a uma cobertura midiática que evitasse a invisibilização atual da violência contra mulheres negras na grande Imprensa, uma vez em que elas passariam pelo clivo do que é considerado noticioso.

Chegamos, portanto, à seguinte proposta de cobertura midiática:

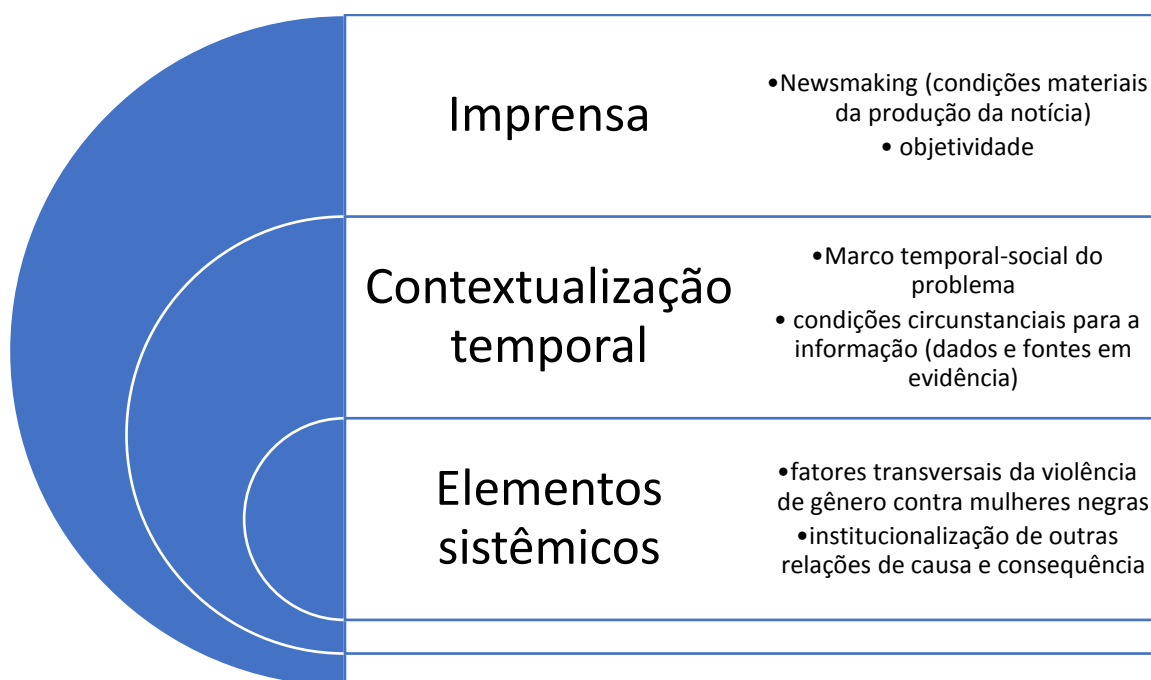


Fig. 03 – Conceitos finais teóricos

Em que a categoria Imprensa enquanto agente da informação é influenciada por dimensões de condição material da notícia (e aqui adotamos o termo já existente, do newsmaking); a categoria temporal existente na produção noticiosa é influenciada pela acepção de um marco temporal-social do problema e pelo reconhecimento de dados e fontes que estão em evidência sobre o assunto a partir de mobilizações sociais geradas pelos mesmos. E, por fim, elementos sistêmicos do problema, ou seja, reconhecer a relevância social do tema a partir do momento em que esse é situado como uma pauta pela qual o jornal deve exercer uma de suas principais funções, a cobrança a autoridades, ou às instituições, para a resolução do problema. Aqui, haveria a adoção de categorias que realizam o resgate dos fatores estruturais pelos quais deve haver a associação com os casos de violência contra mulheres negras, ao mesmo tempo em que seus discursos estariam relacionados a outras relações de causa e consequência que poderiam evidenciar outras participações do Estado para a continuidade do problema ou para o combate do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise crítica alicerçada pelas possibilidades da Teoria Fundamentada, a pesquisa procurou cumprir o objetivo em identificar características já existentes na abordagem da violência de gênero e suas possibilidades para a intersecção com a questão racial. Em relação à cobertura da Folha de São Paulo, foram encontrados elementos que já se sobressaem entre todas as formas de conteúdo analisadas pela pesquisa, destacando-se a subsídio do debate por meio de dados públicos e uma cobertura mais especializada quando circunstanciada por acontecimentos de grande impacto na sociedade; da parte do conteúdo selecionado a partir do Portal Geledés, há uma tentativa de “manter a pauta”, independentemente de fatores recentes que poderiam levá-la ao público; pelo conteúdo filtrado no site, a violência de gênero é abordada como um problema endêmico e de forma transversal, algo muito próximo da abordagem adotada por especialistas no tema da Saúde Pública. Tal comparação é realizada levando em conta os méritos da área no pioneirismo para a abordagem da violência de gênero, dentro de espaços de decisão de políticas públicas, com a evidência de questões outrora ignoradas, tal como o peso da família em muitos dos casos e a própria responsabilidade do Estado em muitos casos, ao não garantir assistência médica e social para as vítimas.

A Folha de São Paulo representa um modelo de jornalismo considerado tradicional, fortemente influenciado por interesses políticos e econômicos de setores da elite da sociedade brasileira, o que em certa medida poderia justificar a abordagem realizada em algumas pautas escolhidas para a presente análise, como a cobertura noticiosa sobre o aborto. É o que observamos quando houve a busca pelas condições sociais, temporais e políticas que poderiam estar circunscritas ao material produzido pelo jornal. No entanto, é importante ressaltar a importância do veículo para a história da reportagem brasileira e em que medida seu conteúdo não passa despercebido dos demais veículos midiáticos. Um exemplo é o editorial sobre a Mulata Globeleza, que contribuiu para as mudanças na icônica personagem da Rede Globo. Além das situações em que podemos observar “furos” de reportagem do veículo e que acabam por pautar outros jornais. Portanto, defendemos a importância da análise sobre o relacionamento desenvolvido por um dos jornais mais consolidados da democracia brasileira com um dos problemas mais latentes da sociedade brasileira, a violência de gênero. A timidez ou a pouca contundência em que a questão racial é observada nos casos analisados é um espelho da relação, ainda problemática, com a sociedade e a questão racial, ainda que essa seja um dos pilares estruturantes da primeira.

Não podemos negar, contudo, os impactos das mobilizações de movimentos sociais nas mídias sociais e que resultaram na atenção a um conjunto de pautas que apenas reforçam a urgência de debater a violência de gênero e procurar por uma cobrança do Estado e outras instituições que devem dedicar uma atenção maior aos direitos das mulheres.

No conteúdo publicado pelo Portal Geledés, houve uma quantidade considerável de publicações coletadas a partir de portais de notícias e que estavam próximos aos pontos-de-vista adotados por narrativas produzidas totalmente por ativistas e demais representantes da sociedade engajados com a pauta antirracista. É uma conquista da comunicação realizada por movimentos sociais via mídias sociais e que não passa despercebido por veículos que, por sua natureza próxima às novas esferas de comunicação, observam a repercussão desses novos fenômenos e passa a pautá-los. Quanto ao conteúdo elaborado pelo próprio Portal, destaca-se uma preocupação em assumir a pertinência da pauta antirracista para outros temas também considerados inerentes à luta por direitos de cidadania e igualdade de diversos grupos ainda marginalizados. Na abordagem da violência doméstica em diversas situações, a perspectiva antirracista da instituição contribui para a construção de um olhar interseccional sobre o tema, em que há uma atenção especial às vulnerabilidades de classe das mulheres atendidas pelo projeto do Instituto.

E, por fim, pensamos em conceitos para uma estratégia de abordar a questão racial na violência de gênero como uma pauta que diz respeito à assistência médica e social do Estado e seu fracasso em atender vítimas do problema, dentro de uma leitura em que deve haver uma abordagem sobre as relações raciais e de classe implícitas entre Estado e vítima (o racismo institucional), as questões raciais nas práticas e relacionamentos cotidianos, as motivações acarretadas pelo gênero para a prática da violência e o fator estrutural, no que diz respeito à falta de acessos da população feminina negra (que compõe a camada majoritariamente pobre da população). E de uma forma que não ameace a ideia de um veículo de grande imprensa quanto a manter seu ethos de guardião da objetividade; por mais controverso que o conceito seja em relação às questões raciais, nossa proposta assumiu um viés estratégico, em que mais do que apontar um modelo perfeito, procura estabelecer um processo que respeite as idiosincrasias ainda presentes na Imprensa, uma vez que há o reconhecimento da mesma como um círculo de legitimidade social de informação e de importante aparato democrático.

A proposta teórica que encontramos evidencia a importância do ciberativismo para levar ao âmago das discussões sociais temas que, apesar de serem inerentes às discussões sobre direitos fundamentais da humanidade, ainda estão sujeitos a fatores de ordem estrutural e

ideológica para que sejam aceitos ou “ouvidos”. Aqui, destacamos o mito da democracia racial como um fator que contribuiu para que as especificidades das opressões vivenciadas por mulheres negras fossem e ainda sejam negligenciadas. Dentro de um contexto de sociedade midiaticizada, a Imprensa é mais do que um espaço de debate, é um agente de disputas de transformações sociais e políticas. Ao mesmo tempo, o ciberativismo, dentro de um contexto de sociedade em rede, atua como um agente combativo, com práticas de contra poder presentes em estratégias de comunicação, que pela presente pesquisa, reverberaram não apenas ao colocar a pauta nos jornais, mas ao influenciar em padrões de noticiabilidade até então praticamente canonizados pelas principais teorias de Jornalismo; também vale destacar como a análise reafirmou nossa acepção de que “o ciberespaço é, provavelmente, a instituição humana, o meio de comunicação em formação, o espaço de comunicação mais transversal e mais aberto criado até hoje. Aquele que maximiza todas as possibilidades de cooperação competitivas” (LÉVY, 2000, p.116).

No entanto, a ideia de objetividade como legitimadora ou elemento de credibilidade ainda permanece enquanto utilizada para reafirmar a urgência de pautas como a questão racial na violência de gênero, inclusive nas produções que encontramos pelo Portal Geledés e que, a despeito de sua origem em grandes veículos (ainda que online, o que pode justificar sua aproximação com os movimentos sociais), utilizaram narrativas que evidenciaram a questão da cor em muitos momentos. Ao valer-se de dados para subsidiar um tema que considera emergencial, o Mapa da Violência também reconhece o fenômeno da Dataficação do conhecimento como uma forma de chamar a atenção de pautas que ainda disputam para serem consideradas de interesse público, ainda que intrínsecas aos Direitos Humanos.

A pesquisa, a princípio, encontrou muitos desafios. Inicialmente, acreditávamos que era suficiente a emergência dos dados a partir da comparação de categorias entre o corpus reunido das publicações da Folha de São Paulo e do conjunto de artigos coletado a partir do Portal Geledés. No entanto, aos poucos começou a surgir a necessidade por analisar uma publicação jornalística que estivesse mais próxima à questão da violência, uma vez que a Folha de São Paulo não possui um caderno policial (crimes são comumente relatados no caderno “Cotidiano”). Cogitamos o uso do acervo do jornal Agora, do grupo Folha e de conteúdo popular (e com um conjunto maior de conteúdo noticioso e policial). No entanto, a visita ao Acervo só poderia acontecer mediante autorização do jornal e o pagamento de uma taxa que era inviável para uma pesquisa que foi conduzida sem um financiamento direto. No decorrer da análise, observamos que acompanhar o escopo da Folha de São Paulo foi útil dada a dimensão

que o veículo possui quanto a sua circulação e ao status quo de sua equipe de reportagem, considerada uma das vanguardas do Jornalismo Brasileiro.

Também foi de certa forma frustrante a impossibilidade de desenvolver um trabalho maior com as fontes documentais ligadas à violência de gênero, a fim de que pudéssemos compreender melhor o processo de datificação a partir de uma perspectiva noticiosa. Na ausência de uma bolsa de financiamento, conciliar a pesquisa com o trabalho impossibilitou que houvesse a busca e a produção de estimativas sobre registros públicos de dados raciais sobre as vítimas que chegaram às inúmeras delegacias especializadas no país. Apresentamos alguns dados coletados em Seguranças Públicas, mas eles não estão estruturados da mesma forma como um trabalho de fôlego que é o apresentado pelo Mapa da Violência. Ao mesmo tempo, da mesma forma como conseguimos ouvir profissionais e pesquisadoras da área da saúde sobre pautas ligadas ao racismo institucional, queríamos ter desenvolvido uma etapa metodológica que contemplasse esse tema na violência policial, uma vez que analisamos reportagens que abordaram o crime cometido contra Luana Barbosa. Infelizmente, foi uma etapa que deixamos para trabalhos posteriores.

Ao final do trabalho, mais do que propor uma teoria, deixamos alguns questionamentos que possam contribuir para a elaboração de pesquisas futuras. O fenômeno de Data Activism, a apropriação de dados públicos pelos movimentos sociais e a produção de dados pelas próprias redações são exemplos de temas que ficaram “em aberto” na presente pesquisa e que merecem pesquisas exclusivamente voltadas a elas, conforme apresentamos no capítulo de conclusão da pesquisa. Ainda não encontramos o desenvolvimento de um caminho epistemológico adequado para as intersecções entre Dados e Jornalismo, e concluímos o trabalho na esperança de que ele seja útil para uma eventual pesquisa que se dedique ao tema, sem deixar de lado os bias que por vezes, reproduzem nos dados e nas lógicas do Big Data várias violências que procuramos denunciar.

E finalmente, gostaríamos de compartilhar uma questão que “ficou em aberto”, e que instiga a alternativas para possíveis desdobramentos futuros da pesquisa. Em síntese, nos referimos a um questionamento quanto ao alcance da atuação de representantes do movimento negro feminista para a propagação de um discurso em que haja, por meio de uma mobilização social de mulheres negras vítimas do problema ou sujeitas ao mesmo, um cobrança ao Estado para que a questão racial seja um elemento presente na assistência às vítimas de violência doméstica e crimes sexuais cometidos contra mulheres negras (ou, para sintetizar uma expressão comumente usada por instituições do Terceiro Setor que advogam sobre o tema,

crimes baseados em gênero), bem como em outras situações de agressão, como o racismo institucional presente no sistema de saúde, principalmente em casos de violência obstétrica. São situações de violências cotidianas que não estão de todo evidenciadas em mobilizações pelas mulheres negras, apesar de constatadas em boa parte dos textos analisados e escritos por ativistas negras. São agressões que ainda estão em segundo plano se comparadas à mobilização causa por situações extremas de violência, em que gênero e cor foram evidenciadas. A isso exemplifica-se a mobilização quanto ao caso de Luana Barbosa dos Santos (tal como mencionada no presente trabalho), e de Marielle Franco, vereadora carioca e assassinada em março de 2018, a poucos meses da finalização dessa pesquisa. Em ambos casos, o Estado foi culpabilizado, e mulheres foram às ruas protestar pelos crimes.

No entanto, como fica a percepção das mulheres negras em geral sobre a presença do racismo institucional em situações de violência que não começam, necessariamente, a partir da relação direta entre vítima e Estado? É interessante compartilhar uma experiência pessoal em que houve o contato, da pesquisadora, de um grupo de mulheres vítimas de miomas uterinos. A partir de um trabalho de etnografia dentro de um grupo do Facebook sobre o tema, houve a constatação da ausência do elemento racial nas discussões, mesmo com a diferença evidente na sugestão de tratamento recebida por mulheres brancas e por mulheres negras: enquanto às primeiras foram oferecidas condições de tratamento para preservar o útero, quase todas as pacientes do segundo grupo foram levadas à realização da histerectomia. Uma vez questionadas sobre a condição racial no tratamento que recebiam, não houve uma percepção clara de boa parte das pacientes, embora tenham reconhecido situações de violência emocional causadas pelos profissionais pelos quais foram atendidas. Ao mesmo tempo, solicitamos pela Lei de Acesso à Informação dados que pudessem nos dizer a situação da histerectomia nos diferentes grupos étnicos de mulheres brasileiras, sendo evidente o aumento entre mulheres negras.

Portanto, admitimos que boa parte da mobilização da Imprensa para que houvesse o aumento da cobertura noticiosa da violência de gênero contra mulheres negras pode ser atribuída à atuação decisiva do ciberativismo negro como mobilizadora de ações online e nas ruas. Foi uma conclusão constatada a partir da análise realizada na pesquisa e levando em conta nossa afinidade teórica a uma sociedade cuja organização informacional está calcada pelas redes. A partir desse ponto-de-vista, fica o questionamento de como o “conjunto de nós” formados pelos discursos de mulheres negras em rede foi capaz de impulsionar a pauta racial no movimento feminista e na Imprensa, mas ainda encontra uma série de desafios enquanto fomentadora do debate acerca da influência da cor nas agressões cotidianas e iniciadas a partir

do gênero, e de que forma o Estado deve ser cobrado para agir sobre a questão. É necessário pensar em formas de incentivos para o aumento de denúncias em que a violência contra a mulher negra seja uma pauta concomitante ao gênero e à cor, de modo que haja mais políticas públicas de atendimento especializado às vítimas, ao mesmo tempo em que essas também assumem seu lugar na luta antirracista dentro da sociedade brasileira.

Por ora, já basta a certeza de conseguirmos o desafio que tiramos de González (1984) a respeito da narrativa sobre o negro quando estabelecida pelo próprio: o combate ao “neurótico brasileiro”, o pesquisador ou o teórico que, privilegiado pelo seu olhar eurocêntrico ou branco, oculta as contribuições da população negra para a construção da sociedade brasileira em uma espécie de recalçamento, já que no “momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo.” (GONZÁLEZ, 1984, p. 232).

A pesquisa buscou trabalhar com essa contribuição, ciente do privilégio de estar desprovida de qualquer espécie de censura intelectual ou acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, TANIA MARA CAMPOS DE; PEREIRA, BRUNA CRISTINA JAQUETTO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES PRETAS E PARDAS NO BRASIL: REFLEXÕES PELA ÓTICA DOS ESTUDOS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS. CRÍTICA E SOCIEDADE: REVISTA DE CULTURA POLÍTICA. V.2, N.2, DOSSIÊ: CULTURA E POLÍTICA, DEZ. 2012, P. 42-63

AMARAL, ADRIANA; RECUERO, RAQUEL, MONTARDO, SANDRA (ORGS.). BLOGS.COM: ESTUDOS SOBRE BLOGS E COMUNICAÇÃO. SÃO PAULO: MOMENTO EDITORIAL, 2009.

ARENDT, HANNAH. SOBRE A VIOLÊNCIA. RIO DE JANEIRO: ED. RELUME-DUMARÁ, 1994

AUSSERHOFER, JULIAN ET AL. THE DATAFICATION OF DATA JOURNALISM SCHOLARSHIP: FOCAL POINTS, METHODS AND RESEARCH PROPOSITIONS FOR THE INVESTIGATION OF DATA-INTENSIVE NEWSWORK. JOURNALISM, 2017.

BAACK, STEFAN. DATAFICATION AND EMPOWERMENT: HOW THE OPEN DATA MOVEMENT RE-ARTICULATES NOTIONS OF DEMOCRACY, PARTICIPATION, AND JOURNALISM. BIG DATA & SOCIETY JULY–DECEMBER 2015.

BASTHI, ANGÉLICA. GUIA PARA JORNALISTAS SOBRE GÊNERO, RAÇA E ETNIA / ANGÉLICA BASTHI (ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO) BRASÍLIA: ONU MULHERES; FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ); PROGRAMA INTERAGENCIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA (FUNDO DE ALCANCE DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO, F-ODM), 2011.

BEESON, ANITA POLITICAL IDENTITIES: THE INDIGENOUS AND AFRODESCENDANT WOMEN'S MOVEMENTS IN BOLIVIA AND BRAZIL, A CASE STUDY. PROQUEST, 2009.

BRAGA, J. L. A PRÁTICA DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: ABORDAGEM METODOLÓGICA COMO TOMADA DE DECISÕES. E-COMPÓS, BRASÍLIA, v. 14, n. 1, p. 1-33, 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTP://COMPOS.ORG.BR/SEER/INDEX.PHP/E-COMPOS/ARTICLE/VIEWFILE/665/503](http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503). ACESSADO EM 20 DE OUTUBRO DE 2016.

_____. MUDIATIZAÇÃO COMO PROCESSO INTERACIONAL DE REFERÊNCIA. IN: MÉDOLA, ANA SÍLVIA; ARAUJO, DENIZE CORREA; BRUNO, FERNANDA (ORG.). IMAGEM, VISIBILIDADE E CULTURA MUDIÁTICA: LIVRO DA XV COMPÓS. PORTO ALEGRE: SULINA, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PAISM). [HTTP://PORTAL.SAUDE.GOV.BR/PORTAL/SAUDE](http://portal.saude.gov.br/portal/saude). ACESSO EM 30 DE JULHO DE 2017.

_____. DECRETO N.8777, DE 11 DE MAI. DE 2016. POLÍTICA DE DADOS ABERTOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. ACESSO EM 19 DE SETEMBRO DE 2017.

BRYANT, ANTHONY. GROUNDED THEORY AND GROUNDED THEORIZING: PRAGMATISM IN RESEARCH. OXFORD, 2016.

BRYANT, A; CHARMAZ, K. (EDS.). THE SAGE HANDBOOK OF GROUNDED THEORY. LONDON, SAGE, 2007.

CARNEIRO, SUELY. MULHERES EM MOVIMENTO. ESTUD. AV. [ONLINE]. 2003, VOL.17, N.49, PP.117-133. ISSN 0103-4014. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0103-40142003000300008](http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008).

_____.; FISCHMANN, ROSELI. A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER. 2005. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2005.

CARNEIRO, SUELAINÉ MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DECODIFICANDO OS NÚMEROS / SUELAINÉ CARNEIRO - SÃO PAULO: GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, 2017

CASTELLS, MANUEL. REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA: MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA INTERNET. RIO DE JANEIRO: EDITORA ZAHAR, 2013.

_____. THE INFORMATION AGE, ECONOMY, SOCIETY AND CULTURE, VOLUME I–III. OXFORD: BLACKWELL, 1998-2004._

_____. A NETWORK THEORY OF POWER. INTERNATIONAL JOURNAL OF COMMUNICATION, VOL. 5, P. 773-787, 2011.

COLLINS, PATRICIA HILL. BLACK FEMINIST THOUGHT: KNOWLEDGE, CONSCIOUSNESS, AND THE POLITICS OF EMPOWERMENT. NEW YORK, ROUTLEDGE, CHAPMAN AND HALL, 1990.

_____. COLLINS, PATRICIA HILL. APRENDENDO COM A OUTSIDER WITHIN: A SIGNIFICAÇÃO SOCIOLÓGICA DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO. SOC. ESTADO. [ONLINE]. 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?PID=S0102-69922016000100099&SCRIPT=SCI_ABSTRACT&TLNG=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt) . ACESSO EM 19 DE JUNHO DE 2017.

CRENSHAW, KIMBERLE W. A INTERSECCIONALIDADE NA DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO. IN: VV.AA. CRUZAMENTO: RAÇA E GÊNERO. BRASÍLIA: UNIFEM, 2004.

_____. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. ESTUDOS FEMINISTAS, ANO 10, V. 172, 2002.

CUKIER, K., & MAYER-SCHOENBERGER, V. (2013). THE RISE OF BIG DATA: HOW IT'S CHANGING THE WAY WE THINK ABOUT THE WORLD. FOREIGN AFFAIRS, 92(3), 28–40. DELLA PORTA, D., & DIANI, M. (2006). SOCIAL MOVEMENTS. AN INTRODUCTION (2ND ED.). OXFORD: BLACKWELL.

DIAS, LUCIENE DE OLIVEIRA, OLIVEIRA, WÉBER FELIX. A MULHER NEGRA COMO CONSTRUTORA DE PROCESSOS AFIRMATIVOS E EMANCIPATÓRIOS A PARTIR DAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS. XVIII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PORTALINTERCOM.ORG.BR/ANAIS/CENTROOESTE2016/RESUMOS/R51-0359-1.PDF](http://www.portalintercom.org.br/anaais/centrooeste2016/resumos/R51-0359-1.pdf) . ACESSO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

MORAES JUNIOR, ENIO; ANTONIOLI, MARIA ELISABETE. JORNALISMO E NEWSMAKING NO SÉCULO XXI: NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA NO CENÁRIO ONLINE. REVISTA ALTERJOR, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 43-52, OCT. 2016. ISSN 2176-1507. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.REVISTAS.USP.BR/ALTERJOR/ARTICLE/VIEW/121436](http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/121436)>. ACESSO EM 30 DE MARÇO DE 2018.

FANON, FRANTZ. OS CONDENADOS DA TERRA. MINAS GERAIS: EDITORA UFJF, 2010

_____ PELE NEGRA, MASCARAS BRANCAS. SALVADOR, EDUFBA, 2008

FRANÇA, V. V. O OBJETO E A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM RELACIONAL. IN:

MOURA, C.P.; LOPES, M. I. V. (ORGS.) PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: METODOLOGIAS E PRÁTICAS ACADÊMICAS. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS, 2016. p. 153-174. [HTTP://EBOOKS.PUCRS.BR/EDIPUCRS/EBOOKS/PDF/978-85-397-0803-1.PDF](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/ebooks/pdf/978-85-397-0803-1.pdf) . ACESSADO EM 4 DE OUTUBRO DE 2016.

FERRARA, L. D. EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO: ALÉM DO SUJEITO E AQUÉM DO OBJETO. IN:

LOPES, M. I. V. (ORG). EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO. SÃO PAULO: LOYOLA, 2003. p. 55-68.

FRANÇA, V. V. O OBJETO E A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM RELACIONAL. IN: MOURA, C.P.; LOPES, M. I. V. (ORGS.) PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: METODOLOGIAS E PRÁTICAS ACADÊMICAS. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS, 2016. p. 153-174. [HTTP://EBOOKS.PUCRS.BR/EDIPUCRS/EBOOKS/PDF/978-85-397-0803-1.PDF](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/ebooks/pdf/978-85-397-0803-1.pdf) . ACESSADO EM 4 DE OUTUBRO DE 2016.

FRASER, ELISABETH; HUTCHINGS, KIMBERLEY. ON POLITICS AND VIOLENCE: ARENDT CONTRA FANON. CONTEMPORARY POLITICAL THEORY, 2008

FREIRE FILHO, JOÃO. MÍDIA, ESTEREÓTIPO E REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS. ECO-PÒS, VOL. 7, N. 2, PP. 45-71, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. COMUNICADORES (AS) NEGROS (AS) CONQUISTAM ESPAÇO NAS MÍDIAS DIGITAIS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PALMARES.GOV.BR/?P=30684](http://www.palmares.gov.br/?p=30684) . ACESSO EM 20 DE ABRIL DE 2016.

GENTILLI, VICTOR. DEMOCRACIA DAS MASSAS: JORNALISMO E CIDADANIA : ESTUDO SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS E O DIREITO AOS CIDADÃOS À INFORMAÇÃO. PORTO ALEGRE: EDIPUCRS. 2005.

GILBORN, DAVID. THE COLOUR OF NUMBERS: SURVEYS, STATISTICS AND DEFICIT-THINKING ABOUT RACE AND CLASS, JOURNAL OF EDUCATION POLICY, 2010.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. PARADIGMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS. 9. ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 2011

GONZALES, LÉLIA. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. REVISTA CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, ANPOCS, 1984, P. 223-244. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ARTIGO157.COM.BR/WPCONTENT/UPLOADS/2015/12/RACISMO-E-SEXISMO-NA-CULTURABRASILEIRA.PDF](http://artigo157.com.br/wpcontent/uploads/2015/12/RACISMO-E-SEXISMO-NA-CULTURABRASILEIRA.PDF). ACESSO EM 20 DE ABRIL DE 2016.

GUTTIÉRREZ, M.. PROACTIVE DATA ACTIVISM. IN: DATA ACTIVISM AND SOCIAL CHANGE. PALGRAVE STUDIES IN COMMUNICATION FOR SOCIAL CHANGE. PALGRAVE PIVOT, CHAM, 2018.

_____; MILAN, STEFANIA. TECHNOPOLITICS IN AGE OF BIG DATA: THE RISE OF PROACTIVE DATA ACTIVISM IN LATIN AMERICA. IN CABALLERO, F.SIERRA;

GRAVANTE TOMMASO. NETWORKS, MOVEMENTS & TECHNOPOLITICS IN LATIN AMERICA: CRITICAL ANALYSIS AND CURRENT CHALLENGES. PALGRAVE MACMILLAN, CHAM, 2018.

HALL, STUART. DA DIÁSPORA: IDENTIDADES E MEDIAÇÕES CULTURAIS. BELO HORIZONTE: EDITORA

UFMG, 2009.

_____. A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE. RIO DE JANEIRO, DP&A EDITORA, 2005.

_____. THE WORK OF REPRESENTATION. IN: HALL, S. (ORG.). REPRESENTATION, CULTURAL REPRESENTATION AND SIGNIFYING PRACTICES. LONDON, SAGE/OPEN UNIVERSITY

HABERMAS, JÜRGEN. TÉCNICA E CIÊNCIA ENQUANTO IDEOLOGIA. SÃO PAULO: ABRIL CULTURAL, 1980. COL. OS PENSADORES

_____. THE STRUCTURAL TRANSFORMATION OF THE PUBLIC SPHERE, 1989.

HARDING, SANDRA. A INSTABILIDADE DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS NA TEORIA FEMINISTA. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, VOL. I, Nº 1, 1993, pp.7-32.

HEPP, ANDREAS. AS CONFIGURAÇÕES COMUNICATIVAS DE MUNDOS MEDIATIZADOS: PESQUISA DA MEDIATIZAÇÃO NA ERA DA “MEDIÇÃO DE TUDO - V. 8 - Nº 1 JAN./JUN. 2014 SÃO PAULO

JAMES, ANGELA. MAKING SENSE OF RACE AND RACIAL CLASSIFICATION . IN E. BONILLA-SILVA & T. ZUBERI (EDS.), WHITE LOGIC, WHITE METHODS (pp. 31 – 45), 2008. LANHAM , MD : ROWMAN & LITTLEFIELD .

KENNEDY, HELEN. LIVING WITH DATA: ALIGNING DATA STUDIES AND DATA ACTIVISM THROUGH A FOCUS ON EVERYDAY EXPERIENCES OF DATAFICATION. KRISIS : JOURNAL FOR CONTEMPORARY PHILOSOPHY (1). ISSN 0168-275X - KRISIS: JOURNAL FOR CONTEMPORARY PHILOSOPHY, 2018 - EPRINTS.WHITEROSE.AC.UK. ACESSO EM 06 DE ABRIL DE 2018.

LAGUARDIA, J. 2004. O USO DA VARIÁVEL “RAÇA” NA PESQUISA EM SAÚDE. PHYSIS, RIO DE JANEIRO, V. 14, N. 2, P. 197-234, JUL.-DEZ. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/PHYSIS/V14N2/V14N2A03.PDF](http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n2/v14n2a03.pdf). ACESSO EM: 8 DE MAIO DE 2017.

LAZEGA, EMMANUEL. REDES SOCIAIS E ESTRUTURAS RELACIONAIS. BELO HORIZONTE, FINO TRAÇO, 2014.

LEAL, MARIA DO CARMO ET AL. A COR DA DOR: INIQUIDADES RACIAIS NA ATENÇÃO PRÉ-NATAL E AO PARTO NO BRASIL. CAD. SAÚDE PÚBLICA [ONLINE]. 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?PID=S0102-311X2017001305004&SCRIPT=SCI_ABSTRACT&TLNG=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017001305004&script=sci_abstract&tlng=pt) .ACESSADO EM 20 DE OUTUBRO DE 2017.

LEITE, FÁBIO. RACIOCÍNIO E PROCEDIMENTOS DA GROUNDED THEORY CONSTRUTIVISTA. REVISTA EPISTEMOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO.USININOS, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://REVISTAS.UNISINOS.BR/INDEX.PHP/QUESTOES/ARTICLE/VIEWFILE/11310/PDF](http://revistas.unisinus.br/index.php/questoes/article/viewFile/11310/PDF) . ACESSADO EM 09 DE MAIO DE 2018.

LÉVY, PIERRE. CIBERCULTURA. SÃO PAULO: EDITORA 34, 1999.

_____ O QUE É O VIRTUAL? RIO DE JANEIRO: EDITORA 34, 1994.

_____ A INTELIGÊNCIA COLETIVA: POR UMA ANTROPOLOGIA DO CIBERESPAÇO. 3. ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 2000

LIPPMAN, WALTER. OPINIÃO PÚBLICA. TRADUÇÃO DE JACQUES A. WAINBERG. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2008.

MBEMBE, ACHILLE. NECROPOLÍTICA. ARTE & ENSAIOS, [S.L.], N. 32, MAR. 2017. ISSN 2448-3338. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://REVISTAS.UFRJ.BR/INDEX.PHP/AE/ARTICLE/VIEW/8993](https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993)>. ACESSO EM: 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

MIGUEL, ANA DE; BOIX, MONTSERRAT. OS GÊNEROS DE REDE: OS CIBERFEMINISMOS. EM INTERNET EM CÓDIGO FEMININO : TEORIAS E PRÁTICAS / - 1A ED. - CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES : LA CRUJÍA, 2013.

MILAN, STEFANIA; VAN DER VELDEN, LONNEKE VAN DER. THE ALTERNATIVE EPISTEMOLOGIES OF DATA ACTIVISM. DIGIT. CULT.SOC. DISPONÍVEL EM

[HTTP://DIGICULTS.ORG/FILES/2018/01/STEFANIA-MILAN-LONNEKE-VAN-DER-VELDEN_DATA-ACTIVISM.PDF](http://digidigitals.org/files/2018/01/STEFANIA-MILAN-LONNEKE-VAN-DER-VELDEN_DATA-ACTIVISM.PDF) .ACESSADO EM 30 DE JUNHO DE 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://BVSMS.SAUDE.GOV.BR/BVS/PUBLICACOES/POLITICA_NACIONAL_SAUDE_POPULACAO_NEGRA_3D.PDF](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). ACESSADO EM 20 DE OUTUBRO DE 2017.

NOMBONISO, GASA. WOMEN'S BODIES ARE A TERRAIN OF STRUGGLE. SUNDAY INDEPENDENT, 2011.DISPONÍVEL: [HTTPS://WEB.ARCHIVE.ORG/WEB/20170522204506/HTTP://WWW.IOL.CO.ZA/SUNDAYINDEPENDENT/WOMENS-BODIES-ARE-A-TERRAIN-OF-STRUGGLE-1183016](https://web.archive.org/web/20170522204506/http://www.iol.co.za/sundayindependent/womens-bodies-are-a-terrain-of-struggle-1183016). ACESSO EM 10 DE JUNHO DE 2018.

PLOU, DAFNE SABANES. NOVOS CENÁRIOS, VELHAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA ERA DIGITAL. EM INTERNET EM CÓDIGO FEMININO : TEORIAS E PRÁTICAS / - 1A ED. - CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES : LA CRUJÍA, 2013.

GELEDÉS (ORGANIZAÇÃO). GELEDÉS – MISSÃO INSTITUCIONAL. SÃO PAULO, 2016. NÃO PAGINADO. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.GELEDES.ORG.BR/GELEDES-MISSAO-INSTITUCIONAL](https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional)>. ACESSO EM: 10 DE ABRIL DE 2016.

GELEDÉS (ORGANIZAÇÃO). [PÁGINA INICIAL]. SÃO PAULO, 2017. NÃO PAGINADO. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.GELEDES.ORG.BR](https://www.geledes.org.br)>. ACESSO EM: 10 DE NOVEMBRO DE 2017

PORTO, MAURO. ENQUADRAMENTOS DA MÍDIA E POLÍTICA, IN A. A. C. RUBIM (ORG.), COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: CONCEITOS E ABORDAGENS, SALVADOR/SÃO PAULO, EDUFBA/EDITORA DA UNESP, 2004.

ODALIA, NILO. O QUE É VIOLÊNCIA. 6. ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1991.

QUIROGA, TIAGO. PENSANDO A EPISTEME COMUNICACIONAL. CAMPINA GRANDE: EDUEPB; 2013.

_____. SOBRE O CAMPO CIENTÍFICO DA COMUNICAÇÃO. QUESTÕES TRANSVERSAIS – REVISTA DE EPISTEMOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO VOL. 1, Nº 1, JANEIRO-JULHO/2013

REQUERO, RAQUEL. EM BUSCA DAS "REDES QUE IMPORTAM": REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL NO TWITTER. (CO-AUTORIA COM GABRIELA ZAGO) PUBLICADO PELA LÍBERO, VOL. 12, NO 24 (2009)

REVISTA ÉPOCA. PRIMAVERA DAS MULHERES. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://EPOCA.GLOBO.COM/VIDA/NOTICIA/2015/11/PRIMAVERA-DAS-MULHERES.HTML](https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html). ACESSO EM 30 DE ABRIL DE 2017.

RIBEIRO, DJAMILA; RIBEIRO, STEPHANIE. FOLHA DE SÃO PAULO (ONLINE). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://AGORAEQUESAOELAS.BLOGFOLHA.UOL.COM.BR/2016/01/29/A-MULATA-GLOBELEZA-UM-MANIFESTO/](https://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/01/29/a-mulata-globeleza-um-manifesto/) . ACESSADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROMIO, JACQUELINE. A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES POR AGRESSÃO FÍSICA, SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL. IN MARCONDES, MARIANA MAZZINI (ORG.). DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: RETRATO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL. BRASÍLIA: IPEA, 2013.

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. #MEUAMIGOSECRETO E A IMPORTÂNCIA DO SILENCIAMENTO. [HTTP://WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/CIDADE/SECRETARIAS/DIREITOS_HUMANOS/MULHERES/NOTICIAS/?p=207394](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/noticias/?p=207394) . ACESSADO EM 03/12/2017.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). MULHERES OCUPAM BRASÍLIA NA PRIMEIRA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SEPPIR.GOV.BR/CENTRAL-DE-CONTEUDOS/NOTICIAS/MULHERES-OCUPAM-BRASILIA-NA-PRIMEIRA-MARCHA-NACIONAL-DAS-MULHERES-NEGRAS](http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/mulheres-ocupam-brasil-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras) . ACESSO: 04 DE ABRIL DE 2016.

SCOTT, JOAN WALLACH. “GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA”. EDUCAÇÃO & REALIDADE. PORTO ALEGRE, VOL. 20, Nº 2, JUL./DEZ. 1995, PP. 71-99.

SILVA, GISLAINE. PARA PENSAR CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE. ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA; v. 2, n. 1. FLORIANÓPOLIS, 2005. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFSC.BR/INDEX.PHP/JORNALISMO/ARTICLE/VIEW/2091](https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091) . ACESSADO EM 20 DE ABRIL DE 2016.

SCHRAIBER, LILIA BLIMA; D' OLIVEIRA, ANA FLÁVIA PIRES LUCAS; PORTELLA, ANA PAULA AND MENICUCCI, ELEONORA. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CAMPO DA SAÚDE COLETIVA: CONQUISTAS E DESAFIOS. CIÊNC. SAÚDE COLETIVA [ONLINE]. 2009, VOL.14, N.4, PP.1019-1027. ISSN 1413-8123. [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S1413-81232009000400009](http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400009). ACESSADO EM 30 DE ABRIL DE 2018.

SODRÉ, MUNIZ. A NARRAÇÃO DO FATO: NOTAS PARA UMA TEORIA DO ACONTECIMENTO. PETRÓPOLIS, RJ: ED. VOZES, 287 p, 2009.

SOUZA, VERA CRISTINA DE. SOB O PESO DOS TEMORES. PUC (TESE DE DOUTORADO). SÃO PAULO, 2002.

TUCHMAN, GAYE. A OBJETIVIDADE COMO RITUAL ESTRATÉGICO. IN: TRAQUINA, NELSON (ORG.). JORNALISMO: TEORIAS, QUESTÕES E “ESTÓRIAS”. LISBOA: VEGA, 1993B.

VIVARTA, VEET. IMPRENSA E AGENDA DE DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DA COBERTURA JORNALÍSTICA. BRASÍLIA, DF: ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ANDI.ORG.BR/PUBLICACAO/IMPRESA-E-AGENDA-DE-DIREITOS-DAS-MULHERES-UMA-ANALISE-DAS-TENDENCIAS-DA-COBERTURA](http://www.andi.org.br/publicacao/impremsa-e-agenda-de-direitos-das-mulheres-uma-analise-das-tendencias-da-cobertura) . ACESSO: 04 DE ABRIL DE 2016

WAGNER, CHRISTIANE. 4. ZEITGEIST, O ESPÍRITO DO TEMPO – EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS. REVISTA CULTURA E EXTENSÃO USP, [ONLINE].

DISPONÍVEL EM < [HTTP://WWW.REVISTAS.USP.BR/RCE/ARTICLE/VIEW/86802](http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/86802)> ACESSO: 10 DE MAIO DE 2018.

WASELFISZ, JULIO. MAPA DA VIOLÊNCIA. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MAPADAVIOLENCIA.ORG.BR/PDF2015/MAPAVIOLENCIA_2015_MULHERES.PDF](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_Mulheres.pdf) . ACESSADO EM 10 DE ABRIL DE 2016.

WERNECK, JUREMA. RACISMO INSTITUCIONAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. SAUDE SOC. [ONLINE]. 2016, VOL.25, N.3, PP.535-549. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0104-129020162610](http://dx.doi.org/10.1590/s0104-129020162610). ACESSADO EM 10 DE JANEIRO DE 2018.

ZUBERI, T. 2001. THICKER THAN BLOOD: HOW RACIAL STATISTICS LIE. MINNEAPOLIS: UNIVERSITY OF MINNESOTA.

_____. 2008. DERACIALIZING SOCIAL STATISTICS: PROBLEMS IN THE QUANTIFICATION OF RACE. IN: TUKUFU, Z. & BONILLA-SILVA, E. (EDS.). WHITE LOGIC, WHITE METHODS: RACISM AND METHODOLOGY. LANHAM: ROWMAN & LITTLEFIELD.

‘+-.

ANEXOS

I. O PORTAL GELEDÉS

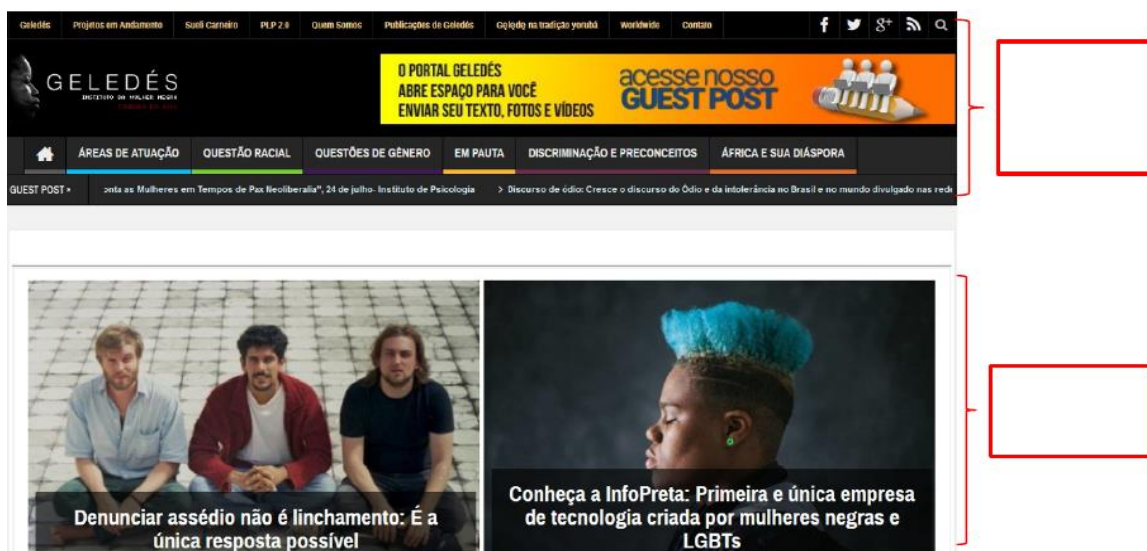


Figura 3 Arquitetura da homepage do Portal Geledés³²

³² Figura retirada a partir do trabalho de Araújo, Bezerra e Oliveira (2018).

II. LISTA DE CONTEÚDOS DO PORTAL GELEDÉS

Nome do trabalho	Data	Link	Fonte original	Categoria (label)	Tags	Códigos iniciais
1,5 milhão de mulheres negras são vítimas de violência doméstica no Brasil	04/11/2015	https://www.geledes.org.br/15-milhao-de-mulheres-negras-sao-vitimas-de-violencia-domestic	R7	Violência contra a mulher	Questão de gênero – Violência contra a mulher; Mulher Negra	Questão interseccional do gênero na Imprensa; Dataficação de fenômenos sociais

		a-no-brasil/				
Carta das Mulheres Negras 2015	18/11/2015	https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/	Marcha das Mulheres Negras	Mulher Negra	Marcha das Mulheres Negras; Mulher Negra	Feminismo Negro como mobilizadora de novos projetos políticos; Projeto de ressignificação da Humanidade para grupos marginalizados
Marcha das mulheres negras, a marcha que faz sentido	18/01/2015	https://www.geledes.org.br/marcha-das-mulheres-negras-a-marcha-que-faz-sentido/	Carta Capital	Mulher Negra	Marcha das Mulheres Negras; Mulher Negra	Unificação do movimento negro a partir do feminismo interseccional

Câmara aprova cirurgia plástica no SUS para mulheres vítimas de violência	19/11/2015	https://www.geledes.org.br/camara-aprova-cirurgia-plastica-no-sus-para-mulheres-vitimas-de-violencia/	Brasil Post	Violência contra a mulher	PLP; plp 2.0; SUS; Violência contra a mulher	Gênero na Imprensa; Violência de gênero e saúde; Questão social do gênero na Imprensa; Violência de gênero e Estado
“Quando olhei para o lado, um homem de revólver em punho, atirando, bem na minha frente; dava para sentir o impacto do tiro no chão”	20/11/2015	https://www.geledes.org.br/natalia-alves-quando-olhei-para-o-lado-um-homem-de-revolver-em-punho-atirando-bem-na-minha-frente-	Vi o Mundo	Mulher Negra	Marcha das Mulheres Negras; Mulher Negra	Perspectiva do feminismo negro para mobilizações sociais; Zeitgeist Social

		dava- para- sentir-o- impacto- do-tiro- no-chao/				
2015: a primavera das mulheres que floresceu	02/12/2015	https://www.geledes.org.br/2015-a-primavera-das-mulheres-que-floresceu/	Brasil de Fato	Violência contra a mulher	Feminismo ; Feminista; Violência contra a mulher	Zeitgeist social sobre a violência de gênero; Ciberativismo como autoridade social para direito das mulheres; Violência de gênero e Estado
Manual para formação de PLPs, uma experiência de Geledés com as Promotoras Legais Populares	10/02/2016	https://www.geledes.org.br/manual-para-formacao-de-plps-uma-experiencia-de-geledes-com-as-promotoras-legais-	Portal Geledés	Violência contra a mulher	PLP; PLP 2.0; vídeos PLP 2.0; Violência contra a mulher	Perspectiva do movimento feminista e antirracista para a violência de gênero; Movimentos Sociais como mobilizadoras de políticas públicas; Feminismo negro pela cidadania

		populars/				
Mulheres negras pedem justiça para Luana Reis, morta após ser espancada por PMs	09/05/2015	https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-pedem-justica-para-luana-reis-morta-apos-ser-espancada-por-pms/	Ponte Jornalismo	LGBTI; Mulher Negra	Feminicídio; LGBTI; Mulher Negra	Institucionalização da violência contra mulheres negras pelo Estado; visibilização LGBTI na violência contra mulheres negras.
Carta do EXTRA aos leitores que não viram um estupro no estupro	03/06/2016	https://www.geledes.org.br/carta-do-extra-aos-leitores-que-nao-viram-um-estupro-no-estupro/	Extra	Violência contra a mulher	Cultura do estupro; estupro; violência contra a mulher	Reconhecimento ideológico sobre violência; lei como legitimadora de discurso da Imprensa sobre violência de gênero

A história de Sofia: o cruel labirinto do estupro na favela	20/06/2016	https://www.geledes.org.br/historia-de-sofia-o-cruel-labirinto-do-estupro-na-favela/	El País	Violência contra a mulher	Cultura do estupro; estupro; Violência contra a mulher	Dataficação de fenômenos sociais; Perspectiva do movimento feminista e antirracista para a violência de gênero; lugar de fala da mulher para violência de gênero (todas as fontes são mulheres)
Sete estados mineradores concentram 31,2% dos casos de violência contra a mulher	09/06/2016	https://www.geledes.org.br/sete-estados-mineradores-concentram-31,2-dos-casos-de-violencia-contra-mulher/	Brasil de Fato	Violência contra a mulher	Violência contra a mulher	Cruzamento da violência de gênero com outro abuso de direitos (situações precárias de trabalho); Dataficação de um fenômeno social
Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por policiais no Rio de Janeiro	11/07/2016	https://www.geledes.org.br/mae-morre-de-	Metrópolis	Mulher Negra; Violência Racial e Policial	BlackLives Matter; genocídio de jovens negros; Holocausto ; Mulher	

		tristeza- apos- assassina to-do- filho- por- policiais- no-rio- de- janeiro/			Negra; violência racial e policial	
Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria	14/07/2016	https://w ww.gele des.org.b r/feminis mo- negro- sobre- minorias -dentro- da- minoria/	Fórum	Mulher Negra	Feminismo negro; Mulher Negra	Invisibilização das mulheres negras dentro do movimento negro; Dataficação do fenômeno social.
Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo	19/09/2016	https://w ww.gele des.org.b r/tudo-e- intersecc ional- sobre- relacao- entre- racismo- e- sexismo/	Novos Estudos	Mulher Negra; Questões de Gênero	Artigos e reflexões; Michael Foucault; Mulher Negra; Questões de gênero	Multidimensio nalidade da relação entre sexismo e racismo; epistemologia para o racismo e sexismo

Saúde e mulher negra: Quando a cor da pele determina o atendimento	16/10/2016	https://www.geledes.org.br/saude-e-mulher-negra-quando-cor-da-pele-determina-o-atendimento/	Esquerda Diário	Mulher Negra; Saúde	Mulher Negra; Saúde	Racismo Institucional; Privação de autonomia como modalidade de violência
---	------------	---	--------------------	------------------------	---------------------------	---

III. LISTA DE CONTEÚDOS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Título	Data	Link	Editoria/Caderno	Códigos iniciais
Criadora de campanha sobre assédio considera tema do Enem uma vitória	01/11/2017	https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/1700865-criadora-de-campanha-sobre-assedio-considera-tema-do-enem-uma-vitoria.shtml	Folha online/A revista de São Paulo	Retroalimentação de pautas (mídia- Internet-mídia); Reconhecimento geracional sobre informação obtida; Engajamento pessoal a partir de empatia; Autoridade de fala
Meninas formam coletivos feministas em	01/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/17010	Folha online/Cotidiano	Reconhecimento geracional sobre informação obtida;

escolas de ensino médio de SP		71-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml		Zeitgest de mobilização social; horizontalidade e temporalidade; micropolítica
Mulheres têm partes do corpo mutiladas por ex-companheiros	03/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701372-mulheres-tem-partes-do-corpo-mutiladas-por-ex-companheiros.shtml	TV Folha/Cotidiano	Descrição sensível dos crimes; Variedade de idade e localização das vítimas; Desigualdade de poder;
Grupo contra aborto faz ato a favor de projeto que tramita no Congresso	07/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1703578-grupo-contra-aborto-faz-ato-a-favor-de-projeto-que-tramita-no-congresso.shtml	Folha Online/Cotidiano	Mobilização vias mídias sociais; Resposta política; Criminalização de movimentos contrários a lei; Desracionalização do movimento feminista pró-aborto
Mulheres sofrem mais assédio no transporte público, segundo Datafolha	08/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/1703472-mulheres-sofrem-mais-assedio-no-transporte-publico-	Folha Online/São Paulo	Subsídio dataficado; Pauta em resposta à mobilização

		segundo-datafolha.shtml		
Morte de mulheres por homicídio cresce 21% em dez anos, diz estudo	09/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1703872-morte-de-mulheres-por-homicidio-cresce-21-em-dez-anos-diz-estudo.shtml	Folha Online/Cotidiano	Atributo e neutralidade; Micropolítica do acontecimento; Relações causais de violência.
'Um líder deve ter tolerância zero com violência contra mulher', diz ONU	20/11/2015	https://www1.folha.uol.com.br/bbc/2015/11/1708752-um-lider-deve-ter-tolerancia-zero-com-violencia-contra-mulher-diz-onu.shtml	Folha online/BBC	Globalização do problema; legitimidade da pauta por uma instituição internacional
Justiça proíbe 12 homens por dia de chegar perto de mulheres em SP	08/03/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1747489-justica-proibe-12-por-dia-em-sp-de-chegar-perto-de-mulher.shtml	Folha Online/cotidiano	Dia da Mulher; Judicialização da Violência
'Chorei quando vi o vídeo', diz avó de garota que afirma ter sido estuprada em morro do Rio	26/05/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775345-chorei-quando-vi-o-video-diz-avo-de-garota-que-afirma-ter-sido-	Folha online/Cotidiano	Estupro como um fenômeno a ser interpretado.

		estuprada.shtml ; https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/chorei-quando-vi-o-video-diz-avo-de-garota-que-afirma-ter-sido-estuprada-0t1a1p4t13ndn1lwecaocho9		
Novos casos revelam o quanto a cultura do estupro impera no país	27/05/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775446-novos-casos-revelam-o-quanto-a-cultura-do-estupro-impera-no-pais.shtml	Folha Online/Cotidiano	Dataficação de um fenômeno social; Violência de gênero como um problema inerente a toda a sociedade
Futura secretária para mulheres é contra aborto em caso de estupro	31/05/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776954-futura-secretaria-para-mulheres-e-contra-aborto-em-caso-de-estupro.shtml	Folha Online/Cotidiano	Violência de gênero como um fenômeno circunstancial; aborto como uma pauta da saúde pública.
Temer admite onda de violência contra mulher e anuncia núcleo de proteção	31/05/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776668-temer-admite-onda-de-violencia-	Folha online/Cotidiano	Violência de gênero como um fenômeno circunstancial; reconhecimento de violências

		contra-mulher-e-anuncia-nucleo-de-protecao.shtml		motivadas por intolerância
A cultura do estupro no jornal	05/06/2016	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/06/1778394-a-cultura-do-estupro-no-jornal.shtml	Colunas	Crítica de mídia à cobertura realizada pelo jornal; estupro como violência
Um terço dos brasileiros culpam mulheres por estupros sofridos	21/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml	Folha online/cotidiano	Cobertura sobre a culpabilização da mulher em casos de violência
Para PM pernambucana, evitar uso exagerado de álcool previne estupros	23/09/2016	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1816230-para-pm-pernambucana-evitar-uso-exagerado-de-alcool-evita-estupros.shtml	Folha online/cotidiano	Cobertura sobre a culpabilização da mulher em casos de violência

